

UFRRJ

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**O PARTIDO DE CAIO PRADO JUNIOR: O COMITÊ DE AÇÃO E A
REORGANIZAÇÃO DO PCB (1941-1945)**

Daniel de Souza Sales Borges

2016



UFRRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**O PARTIDO DE CAIO PRADO JUNIOR: O COMITÊ DE AÇÃO E A
REORGANIZAÇÃO DO PCB (1941-1945)**

DANEL DE SOUZA SALES BORGES

Sob a Orientação do Professor
RAIMUNDO NONATO SANTOS

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais** no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Setembro de 2016

324.20981
B732p
T

Borges, Daniel de Souza Sales.

O Partido de Caio Prado Junior: o Comitê de Ação e a reorganização do PCB (1941-1945) / Daniel de Souza Sales Borges, 2016.

70 f.

Orientador: Raimundo Nonato Santos

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 67-70.

1. Comunismo - Teses. 2. Democracia – Teses. 3. Partidos políticos – Teses. I. Santos, Raimundo Nonato. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

DANIEL DE SOUZA SALES BORGES

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Ciências.

Dissertação aprovada em 13/09/2016.



Prof. Dr. Raimundo Nonato Santos (CPDA/UFRRJ)
Orientador



Prof.ª Dr.ª Dora Vianna Vasconcellos (CPDA/UFRRJ)



Prof. Dr. Ricardo José de Azevedo Marinho (UNIGRANRIO)

Para Annagesse, inspiração pela inabalável perseverança.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho é fruto, além do esforço sincero do autor, de uma série de colaborações e contingências que permeiam o universo acadêmico e se refletem com mais ou menos intensidade no processo de escrita da dissertação. Trata-se de um trabalho realizado individualmente, mas que sem as trocas com o orientador, os colegas e com as minúcias da realidade de uma forma geral não se pode concretizar.

Nesse sentido, gostaria de agradecer aos funcionários do CPDA/UFRRJ, todos, mas especialmente à Diana Rosa, Ana Lídia e Gabriela pela eficiência em sanar todos os apuros burocráticos e ainda tratar todos os discentes com a mesma paciência e simpatia, garantindo o bom funcionamento da parte administrativa do programa. Agradeço ainda à Janete e Silvia, pela gentileza e pelas divertidíssimas conversas nos corredores do CPDA entre uma aula e outra.

É preciso registrar ainda meus agradecimentos a Pedro e Gabriela, funcionários do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, sem os quais eu teria muita dificuldade com a pesquisa no acervo de Caio Prado Junior.

Aos colegas que compartilharam a experiência de cursar o mestrado e dos quais me lembrarei e espero ter aprendido alguma coisa, em especial Ligia, Bethania, Nadja, Maria, Tiago e as longas digressões musicais, Rafael e os cariocas – além de mim mesmo – Eric e Marcius e as igualmente longas análises de conjuntura, quase sempre divergentes, mas importantíssimas por manterem a reflexão renovada – assim como as provocações. Aos colegas e pessoas ótimas que passaram pelo CPDA nesse tempo e que não fazem parte da turma do mestrado, em especial Valdênio, interlocutor sagaz e *intelligentsia*, Laila pelas trocas de ideias sobre educação, Elis e Andreia pela agradável convivência.

Aos professores que muito colaboraram com esta dissertação aceitando gentilmente participar da banca de qualificação, José Antonio Segatto, cujas observações foram importantes para o desenvolvimento do trabalho após a qualificação e Eli de Fátima Napoleão de Lima, pelas contribuições para o trabalho, as aulas, as confraternizações e o interesse sincero em saber dos problemas de desenvolvimento da dissertação, além de ter aceitado participar como suplente na banca de defesa, obrigado. Aos professores que tão prontamente aceitaram participar da banca de defesa da dissertação, Dora Vianna Vasconcellos, com quem cheguei a conversar, assistir à sua defesa e ler a (ótima) tese de doutorado ainda em 2014, ao professor Ricardo José de Azevedo Marinho, pelo interesse no trabalho e ao professor Pedro Vilela Caminha, por aceitar a suplência.

À Annagesse, minha namorada, pelas leituras, pelos conselhos, pelo interesse e principalmente pelo amor, companheirismo e equilíbrio nas horas difíceis. Este trabalho não teria sido concluído sem o suporte que me foi dado durante as muitas contingências que se impuseram durante a sua elaboração.

Por fim, gostaria de agradecer ao meu orientador, Raimundo Santos, por aceitar a mudança de tema já com o mestrado iniciado e os atrasos decorrentes dessa escolha, por compreender minhas demandas relativas às áreas de interesse dentro e fora dos limites desta dissertação e por jamais se omitir durante a orientação. Agradeço ainda por se importar estritamente com questões relativas à elaboração do trabalho em detrimento de formalismos acadêmicos estéreis, pelas orientações espontâneas em alguns cafés do centro do Rio e por ser de fato um democrata e ponderar todas as nossas divergências teórico-ideológicas e suas implicações no trabalho, cujos limites, lacunas, erros e reduções eu assumo integralmente.

RESUMO

BORGES, Daniel de Souza Sales. O Partido de Caio Prado Junior: O Comitê de Ação e a reorganização do PCB (1941-1945). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Caio Prado Junior, intelectual e militante revolucionário, manteve ao longo da vida muitas divergências com PCB, seu partido. Durante a disputa pela sua reorganização, duas tendências disputam mais intensamente este processo, a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) formada no Rio de Janeiro e apoiada pelo Comitê Regional da Bahia, e o Comitê de Ação em São Paulo. A partir da militância de Caio Prado Junior no Comitê de Ação (CA) e o embate com a CNOP entre os anos de 1941 e 1945, buscamos investigar os nexos entre sua produção intelectual e sua militância política a fim de investigar qual o papel do partido político na sua elaboração sobre a revolução brasileira, de caráter democrático e nacional em contraposição à união nacional com Vargas, linha política oficial do PCB naqueles anos.

Palavras-Chave: Comunismo, Democracia, Partidos Políticos.

ABSTRACT

BORGES, Daniel de Souza Sales. Caio Prado Junior's party: The Comitê de Ação and the PCB reorganization (1941-1945). Master's thesis (Post-Graduate Program of Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Human and Social Sciences Institute, Rural Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2016.

Caio Prado Junior, intellectual and revolutionary militant, remained lifelong many disagreements with PCB, his party. During the dispute for its reorganization, two tendencies competed more intensely this process, the Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) formed in Rio de Janeiro and supported by the Bahia Regional Committee and the Comitê de Ação (CA) in São Paulo. From the Caio Prado Junior militancy in the CA and the clash with the CNOP between the years 1941 and 1945, we sought to investigate the connections between their intellectual production and its political militancy in order to investigate the role of the political party in his Brazilian revolution theory, essentially democratic and national, as opposed to national unity with Vargas , official policy line of the PCB in those years.

Keywords: Communism, Democracy, Political Parties.

Lista de siglas

AIB –	Ação Integralista Brasileira
ADP –	Aliança Democrática Popular
ANL –	Aliança Nacional Libertadora
CA –	Comitê de Ação
CC –	Comitê Central
CNOP –	Comissão Nacional de Organização Provisória
CPJ –	Caio Prado Junior
CR –	Comitê Regional
DIP –	Departamento de Imprensa e Propaganda
FUP –	Frente Única Paulista
IC –	Internacional Comunista
PCB –	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB –	Partido Comunista do Brasil
PCI –	Partido Comunista Italiano
PCUS –	Partido Comunista da União Soviética
PD –	Partido Democrático
POL –	Partido Operário Leninista
PRP –	Partido Republicano Paulista
PSR –	Partido Socialista Revolucionário
SN –	Secretariado Nacional
UDN –	União Democrática Nacional
USP –	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. O LUGAR DO COMITÊ DE AÇÃO NA HISTORIOGRAFIA	13
1.1 Explicitação do objeto: Caio Prado Junior e sua relação com o Comitê de Ação	13
1.2 Uma lacuna historiográfica	18
2 A LONGA REORGANIZAÇÃO: O PCB E AS VISÕES DISSIDENTES SOBRE AS LUTAS NO PERÍODO DE 1930 A 1945	26
2.1 A ANL como alternativa	26
2.2 A ANL como utopia: Cisão, Estado Novo e União Nacional	32
2.3 Um raio em céu nublado: o Comitê de Ação e a reorganização dos anos 1940	37
2.4 O PCB e a questão democrática: uma avaliação	41
3 CAIO PRADO JUNIOR: TEORIA E PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA NO PÓS-ANL	49
3.1 Depois da tragédia: ampliando o leque de alianças	49
3.2 Como farsa: o Comitê de Ação e a formação da UDN	54
3.3 A longa duração de Caio Prado Junior: a centralidade do processo histórico e a conjuntura de 1945	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	67

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo investigar os nexos entre a obra de Caio Prado Junior e sua militância no contexto de reorganização do Partido Comunista Brasileiro (PCB) durante o final do Estado Novo, entre 1940 e 1945. Este estudo pretende contribuir para um ponto ainda pouco esclarecido da história do PCB e do próprio CPJ, pois embora haja uma variedade de estudos sobre o partido e sobre o historiador, quase nenhum aborda com profundidade o Comitê de Ação, grupo que se formou em 1943 e disputava a reorganização do PCB. O ensejo para o trabalho se originou da constatação de que a tanto a historiografia quanto os jornais oficiais do PCB abordam o tema de forma redutiva, quando não o ignoram por completo a existência do CA.

O trabalho foi realizado através da revisão da bibliografia disponível e pesquisa documental nos diários de CPJ pertencentes ao arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (USP). Buscou-se relacionar os diários de CPJ com a bibliografia existente no intuito de obter subsídios para compreender o que foi o grupo que formou o CA e seu ideário político. Reunido em torno do CA, articulação oriunda do antigo Comitê Regional de São Paulo, CPJ era a figura mais expressiva do referido grupo que iria se opor à CNOP na disputa pela reorganização do partido e oferecia uma alternativa à política de união nacional e apoio a Vargas. Esta alternativa foi formulada a partir de uma interpretação da realidade brasileira, afastando-se do pragmatismo do PCB daqueles anos, que se fundava num projeto democrático. A partir da crítica e do desenvolvimento da luta contra o Estado Novo, CPJ esteve no centro de uma divergência a qual buscamos explicitar as raízes teóricas que a orientaram.

A tradição da produção ensaística dos clássicos brasileiros que se dedicaram a formular elementos para a compreensão do Brasil encontra em CPJ o potencial para uma leitura da realidade na qual prevalece o caráter histórico-estrutural, diferenciando-se consideravelmente das outras obras clássicas como *Casa Grande e Senzala* e *Raízes do Brasil*, de Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda, respectivamente.

O empreendimento de nosso autor, intelectual e militante revolucionário, foi um dos pioneiros da tradição marxista no país, tanto por sua atuação política quanto por sua atividade de intérprete do Brasil. Oriundo de uma tradicional e rica família de São Paulo, obteve formação privilegiada estudando na Inglaterra e posteriormente ingressando na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (incorporada à Universidade de São Paulo em 1934). Após obter o título de bacharel em direito, ainda se dedicou aos estudos de geografia, história e filosofia, não tendo obtido formação acadêmica em nenhuma dessas disciplinas.

Ingressa no PCB em 1931, época em que o partido possuía pouca penetração na classe operária (SECCO, 2008), e logo fica nítida a sua independência perante as interpretações e teses oficiais do partido, as quais, em sua generalidade, considerava dogmáticas e estranhas à realidade brasileira. Embora as divergências entre o intelectual e o partido não sejam superficiais – e o presente trabalho procura investigar este ponto a partir de uma delas – é necessário seguir a observação de Lincoln Secco (2008) e evitar maniqueísmos interpretativos que obscureçam a relação entre CPJ e seu partido. Isto é, entendemos a militância do referido intelectual e os meandros de suas formulações não só como um cisma de natureza teórica, mas como uma disputa interna pela condução do partido no referido contexto.

Diante disso, temos de um lado a documentação relativa às movimentações dos anos 1940, registrada na bibliografia e nos diários de CPJ, disponíveis para consulta no Instituto de Estudos Brasileiros da USP e os jornais oficiais do PCB que se encontram na biblioteca

nacional, inclusive para consulta online. De outro, temos as memórias publicadas de alguns militantes dissidentes do PCB, participantes ou próximos ideologicamente ao CA em São Paulo, além da própria obra de CPJ.

Estruturamos o trabalho em três capítulos nos quais serão discutidos e problematizados tanto a bibliografia relativa ao PCB e CPJ, quanto a obra do autor relacionada ao conjunto dos seus diários, nos quais o historiador relatava suas movimentações após sair da prisão em 1937 até a reorganização do PCB e 1945. No primeiro capítulo passamos a explicitar com maiores detalhes o objeto deste trabalho, seus pressupostos e o tratamento de suas fontes. No subcapítulo seguinte localizamos o CA na historiografia, buscando apontar lacunas e identificar que tipo de tratamento foi dispensado ao tema na bibliografia clássica sobre o PCB fazendo um balanço da bibliografia relativa à era Vargas e as condições de atuação do PCB, bem como seus antecedentes.

No segundo capítulo procuramos avaliar a centralidade da influência da ANL sobre o CR de São Paulo e posteriormente no CA. Iniciamos com o resgate da discussão acerca da Revolução de 1930 e o rompimento da ordem oligárquica até o estabelecimento da ANL como movimento democrático e popular de oposição a Vargas. Buscamos fazer uma avaliação da ANL como alternativa política e seus impactos ideológicos no PCB, relacionando as mobilizações aliancistas com os comunistas que estiveram ao redor do CR de São Paulo, menos alinhados com a direção do partido. No segundo tópico do referido capítulo buscamos avaliar os impactos do levante de 1935 nas atividades do PCB, o início da linha de união nacional – ainda não adotado de forma oficial pelo partido – com o recrudescimento da repressão com a instituição do Estado Novo e a cisão ocorrida no partido. No terceiro tópico relacionamos o surgimento do CA com a insatisfação dos comunistas de São Paulo com a aproximação do PCB com Vargas e a divergência sobre a formação da frente ampla com os liberais. Entendemos o CA como o ápice de uma divergência política que esteve presente no partido desde os anos 1930, procurando compreendê-lo como expressão de uma conjuntura de desagregação ideológica do PCB. Nossa intenção é esclarecer como se configurou a crise do Estado Novo e a perseguição ao PCB que resultou no seu esfacelamento no final da década de 1930 e início de 1940. Tendo como referência uma literatura pouco explorada, composta basicamente por memórias de militantes dissidentes que estavam dentro ou próximos ao CA, ou que simplesmente divergiam da linha adotada na reorganização do partido, evidenciaremos as divergências e os projetos que estavam em disputa no interior do partido. No quarto tópico realizamos uma breve avaliação sobre a questão democrática no PCB, buscando contextualizá-la com a conjuntura e com os usos do debate acerca da democracia, bem como seus ideólogos.

No terceiro capítulo, a partir da leitura dos diários de CPJ, pretendemos elaborar uma síntese de sua produção intelectual e sua militância nos anos 1940, a fim de caracterizar o partido que o historiador tentava construir, suas tarefas revolucionárias ante a classe trabalhadora e as possibilidades que se colocavam entre Caio Prado e suas circunstâncias, desde a luta pela reorganização do PCB até os descaminhos da formação da União Democrática Nacional (UDN), em cuja articulação esteve muito presente movimentando-se no âmbito do CA, dissolvido em 1945 (IUMATTI, 1999). Tendo em conta a obra de CPJ, buscamos relacionar sua produção intelectual à militância em oposição a política de união nacional promovida pelo PCB nos anos finais do Estado Novo, quando a linha seguida pela CNOP, reconhecida por Prestes ao sair da prisão, desagradava o grupo do CA de São Paulo pela condescendência com Vargas e pela desconfiança de haver policiais infiltrados no grupo da CNOP (DULLES, 1985).

Na última seção são delineadas as considerações finais do trabalho recapitulando os pontos básicos e buscando relacionar as questões da pesquisa com possibilidades futuras, bem como suas lacunas e limitações.

CAPÍTULO I

O LUGAR DO COMITÊ DE AÇÃO NA HISTORIOGRAFIA

1.1 Explicitação do objeto: Caio Prado Junior e sua relação com o Comitê de Ação

A obra de Caio Prado é ao mesmo tempo uma grande interpelação às teses oficiais do PCB e inclusive à divulgação da declaração de março de 1958¹, ele critica o partido a partir de uma formulação própria sobre o processo histórico (e seus inúmeros condicionantes) que consolidou a estruturas fundamentais da economia e da sociedade e estendeu suas consequências através do tempo. O ponto inicial de interpretação do Brasil é a colonização, entendida por CPJ como um empreendimento comercial português num contexto de expansão do capitalismo mercantil pela Europa, baseada na exploração da terra em larga escala, com a produção voltada para o exterior e, não inicialmente, mas fundamentalmente, no trabalho escravo. Derivam daí os principais estruturantes da sociedade brasileira, reminiscências da grande permanência legada pela colonização, e que se adaptam às transformações que começam a se realizar a partir da decadência da primeira república, a perda da hegemonia política das oligarquias e a Revolução de 1930. A modernização capitalista brasileira intensificada com a Revolução de 1930 não destruiu plenamente as formas arcaicas de relações sociais e econômicas realizando sua superação, mas as incorporou como elementos formativos de uma via não clássica para a modernização, na qual prevaleceram, segundo CPJ, a dependência da economia orientada para o abastecimento de produtos primários no exterior e a consequente debilidade da sociedade civil².

Dessa forma, a superação do atraso é entendida como a reestruturação da economia juntamente com a ativação da vida social e a elevação do nível da população brasileira (SANTOS, 2001). Teoricamente, significa interferir no processo histórico e alterá-lo, tornando-o efetivamente nacional, isto é, trata-se de construir um novo processo histórico autônomo que supere o que é subsidiário do empreendimento comercial português na fase de expansão do capitalismo mercantil, a colonização, e acelerá-lo em sua temporalidade de tal modo que se possa superar os resquícios dessa longa permanência.

Politicamente, o papel do PCB como partido de mobilização da classe trabalhadora, seria o de organizar os interesses de classe para atuação política a partir e no sentido do aprofundamento da democracia, e do caráter pedagógico das experiências de classe que só podem se realizar na concretização plena das condições para superar os resquícios de relações sociais pré-capitalistas. As críticas de CPJ às teses do PCB ocorrem pela discordância com o diagnóstico do partido sobre a realidade brasileira, as quais ele considerava extrínsecas. Faltava ao PCB, segundo o historiador, uma orientação para a ação política baseada nas

¹ Sobre a renovação da política do PCB a partir de 1958, a influência do XX congresso PCUS, as denúncias contra Stalin e os debates que resultaram na declaração de março de 1958, consultar a obra de Raimundo Santos, A Primeira Renovação Pecebista – Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956/1957). A declaração de março de 1958 está disponível aqui: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>

² O termo usado refere-se à acepção de Gramsci e embora Caio Prado não tenha sido um leitor do comunista italiano e nem utilizado o termo, há muita proximidade analítica entre o que Caio compreende por vida social e Gramsci por sociedade civil. Optamos, pois, por utilizar o termo de Gramsci devido a sua grande influência na literatura marxista brasileira no século XX.

necessidades e, principalmente, nas possibilidades de mudança ensejadas pela realidade brasileira. Mais do que isso, era tarefa do partido se colocar ao lado das lutas dos trabalhadores cotidianamente, de modo a satisfazer as demandas reais da população e não utilizar o potencial de mobilização para satisfazer os interesses do PCB.

Por isso entendemos que o esforço para compreender a realidade brasileira e a constatação, na conjuntura da crise do Estado Novo, de que o partido deveria colocar-se ao lado das necessidades mais imediatas da classe trabalhadora expressam, na ação política, um desdobramento do fio condutor de toda a teoria de Caio Prado. Isto é, defendemos a ideia de que o sentido da colonização é antes a premissa fundamental que estrutura todo o desenrolar analítico do autor e suas posteriores complexificações, do que a determinação do desenvolvimento da modernidade no Brasil. Obviamente, se submetida tal ideia ao escrutínio histórico, encontraremos visões críticas, sobretudo em relação à importância que o autor atribui aos tipos de colonização na América do Sul e na América do Norte e suas respectivas implicações³.

Não é intenção do presente trabalho atribuir uma chancela de validade para as ideias do CPJ, nem estabelecer o quão relevantes são na história contemporânea do Brasil. Tomamos a priori e de forma axiomática que as formulações do autor mantêm elevado grau de correspondência com a realidade, a despeito de suas elipses. Desta forma definimos claramente os limites deste trabalho ao mesmo tempo em que dirimimos possíveis ambiguidades localizando CPJ na sua posição de pioneiro da tradição marxista no Brasil. Buscamos, através da sua teoria de revolução brasileira, estabelecer de que forma emerge uma concepção de partido no pensamento do autor, e como ela entra em conflito com o PCB.

Ao evidenciar a divergência, que não consideramos meramente tática, que se impôs aos comunistas que tentavam reorganizar o PCB, o CA e a CNOP, a partir de 1942, buscamos, subsidiados pelo material que dispomos, partindo de um impasse mal registrado (mal documentado e, em termos práticos, de relevância questionável na ação do PCB), analisar a práxis política de CPJ em comparação com a do seu partido. Paulo Teixeira Iumatti (1998), trabalhando sobre parte dos diários políticos de CPJ, nos apresenta uma leitura das tensões políticas no ano de 1945, uma interpretação a partir dos relatos do referido autor. De certa forma, pretendemos fazer o caminho inverso. Partindo de um dado bastante objetivo das tensões que se exacerbam no final do Estado Novo, pretendemos dedicar nossos esforços num ponto específico do pensamento de CPJ, sua ideia de revolução e de que maneira o PCB se insere nesta formulação. Pretendemos, a partir de uma divergência tratada simplisticamente como tática, desenvolver uma argumentação que sustente que a disputa pela reorganização do PCB se deu entre pelo menos duas concepções essenciais distintas sobre o partido comunista, dentre as quais, escolhemos uma, não pela sua penetração no PCB, mas por ser a expressão prática de uma formulação sobre a realidade brasileira na qual prevalece o processo histórico, e a luta pela democracia, tendo até hoje indiscutível influência sobre as ciências sociais no Brasil, a saber, a obra de CPJ.

Enveredamos, pois, pelo árduo caminho de trazer à luz certo aspecto do pensamento do referido intelectual. Procedemos desta forma porque apesar da enorme negligência da historiografia sobre o CA, não temos a perspectiva de fazer um levantamento de suas principais fontes, não sabemos inclusive se é possível fazê-lo. Esta contingência impõe uma relação distinta com o tema na medida em que determina uma mudança aparentemente sensível, porém metodologicamente considerável em relação ao objeto de estudo. O trabalho mais especificamente identificado com o ofício do historiador, coleta, análise, tratamento crítico das fontes e etc., fica aqui matizado, na medida em que preferimos estruturar o

³ Sobre este ponto, consultar a obra *Evolução Política do Brasil*.

trabalho como análise da teoria caiopradiana⁴, e nesse sentido realçamos sob prevalência de uma categoria que consideramos chave e intimamente relacionada com a militância do historiador de 1942 a 1945, a saber, a concepção que nosso autor elabora sobre o partido.

Trata-se, portanto, de uma opção por uma metodologia de pesquisa na qual as fontes primárias, num sentido mais restrito à práxis historiográfica, dão suporte a um problema de ordem interpretativa cuja expressão está circunscrita ao período indicado no título do trabalho, mas sua temporalidade não pode ser determinada de forma tão rígida, a não ser pelo tempo de atividade intelectual e política que considerarmos relevante de nosso autor. Isto significa que consideramos que as obras escritas após 1945 tem suas raízes no período de amadurecimento das ideias de CPJ e da militância política contra o Estado Novo.

O Partido Comunista Brasileiro foi por quase todo o século XX o principal partido da esquerda nacional e não faltam, desde a sua criação em 1922 até a sua grande desagregação na década de 1990 ocasionado pela queda da União Soviética, estudos sobre sua história passando desde a simples apologética até o revisionismo, o solapamento e por vezes a negação de episódios controversos. Haveria então este trabalho de percorrer uma extensíssima bibliografia consolidada tanto na historiografia quanto em todo pensamento social produzido sob influência ou inspiração comunista para tentar contribuir de forma mínima com os estudos sobre o PCB. A proposta que num primeiro momento se apresenta tão óbvia quanto tentadora pela possibilidade de atualização de um tema relevante, extrapola, no entanto, as possibilidades de uma dissertação de mestrado.

Opta-se neste trabalho por privilegiar um momento específico que sustentamos ser, numa interpretação despreziosa das palavras de Walter Benjamin, um “tempo de agora” no qual o acúmulo histórico do passado se exacerba na conjuntura abrindo novas possibilidades e se encaminha para definição. Referimo-nos ao momento que corresponde à reorganização do PCB na primeira metade da década de 1940 no contexto do Estado Novo, no qual se acirram as disputas pela hegemonia do processo, disputas que consideramos ter raízes históricas em momentos anteriores, oriundas de uma divergência primordial em relação tanto às tarefas do partido, quanto à formação da sociedade brasileira.

Dessa forma, existiam basicamente três grupos que concorriam pela reorganização do partido, aqueles considerados *liquidacionistas*, que não viam sentido em dar prosseguimento ao PCB, uma vez que extinta a IC em 1943 por Stálin, a CNOP que lidera o processo, e o CA, de alcance mais restrito, basicamente São Paulo. É justamente a tentativa de expor e analisar o tipo de formação política que se realizou no CA que move o presente trabalho. Para tanto, é preciso, primeiramente, considerar o nível de relevância de sua atuação no pouco tempo em que esteve em atividade, 1943-1945, que nos parece, à primeira vista, bastante baixo. Um olhar desprovido de historicidade nos levaria a considerar tal agrupamento uma das muitas minúcias episódicas da história do PCB, registrada sem maiores pretensões ou com indisfarçável desdém, quando não solenemente ignorada pela literatura pertinente.

De fato, não há dúvida que a existência do CA está inscrita no âmbito da história reservado aos vencidos. Como exporemos no capítulo posterior, seus militantes fracassaram na tentativa de liderar a organização do partido, e não somente, seus históricos militantes, ou aqueles que de alguma forma se encontravam próximos às suas concepções, foram *sistematicamente* derrotados em disputas internas anteriores. Ressalta-se que não existe a pretensão de acertar contas com a historiografia pertinente ao tema, nem muito menos de construir uma perspectiva idealista dos militantes não alinhados à direção do partido, até

⁴ Termo utilizado por Raimundo Santos, para quem a obra de Caio Prado se apresenta como partes complementares de uma linha de raciocínio contínua, numa teorização sobre a realidade brasileira. O presente trabalho concorda com esta premissa e busca estabelecer os nexos fundamentais entre a teoria caiopradiana e a problemática a ser desenvolvida ao longo do trabalho.

porque, escrever sobre o que *poderia ter sido*, transformaria esta dissertação numa obra ficcional. Além disso, existe ampla bibliografia disponível, tanto memorialística, quanto acadêmica que tomam posições variadas, como já mencionado, desde a apologética até a negação, estando contidas nesse emaranhado interpretações menos extremadas.

Nossa pretensão é mais modesta. Ela tem o objetivo de dar visibilidade a uma conjuntura específica, deslocando o foco de análise do tradicional problema de reorganização frente ao ocaso do Estado Novo e a união nacional pela legalização do PCB para as divergências internas que movimentavam o partido desde a década de 1930. Diante disso, nos baseamos em dois fatores, uma constatação e uma hipótese.

O primeiro está diretamente ligado ao precário registro do surgimento e atuação do CA no interior do PCB como corrente dissidente. Isso ocorre pelo fato de ser uma fração minoritária e enfraquecida, principalmente a partir do momento em que Prestes reconhece a CNOP como o PCB de fato, pelas perdas consideráveis de jornais e documentos de época apreendidos pela polícia do Estado Novo, e pelo solapamento memorialístico produzido pela imprensa oficial do PCB no início dos anos 1940, a *Tribuna Popular*⁵, que naturalmente preocupou-se em preservar a versão oficial da disputa em torno da reorganização. Em suma, faltam registros materiais variados sobre o CA.

O segundo está relacionado à hipótese que ora construímos para orientar esta dissertação, uma vez que já indicada a impossibilidade de escrever a história do CA em suas minúcias. Trata-se de percebê-lo como práxis política, herdeiro de experiências anteriores, como a ANL e sob inspiração teórica reformista, autônoma e de uma forma heterodoxa, democrática e marxista⁶. Consideramos, portanto, o CA na sua dimensão teórica orientada para prática política caracterizada pela defesa da democracia na sua variante liberal e organização de frente pluriclassista com tendência à forma de um partido dinâmico, fluído e com objetivos claros. Assumindo que nossa hipótese faz algum sentido, não é difícil presumir dificuldades básicas de organização, conflitos de interesse e disputas de hegemonia de suas frações internas. Entretanto, em continuidade à explanação, associamos essa práxis ao pensamento de seu mais proeminente militante, CPJ, mais especificamente sua teoria revolucionária.

Se há alguma relevância em dedicar algumas páginas ao CA, muito se deve à militância de CPJ e sua obra, tomada como um *continuum*, mas com especial atenção à sua teoria da revolução brasileira. O intelectual notabilizou-se por sua capacidade formuladora, tendo sua obra ficado, por algum tempo, marginalizada dentro de seu próprio partido, pois o historiador mantinha divergências profundas com o PCB em relação às raízes históricas da formação brasileira. Considerava dogmáticas e extemporâneas as teses do PCB sobre o Brasil, demasiadamente influenciadas pela IC, e afirmava que o marxismo era antes um modo de interpretar a realidade, do que uma receita revolucionária.

O que o intelectual entende por revolução não está restrito ao exemplo soviético ou às revoluções burguesas da era moderna que na Europa romperam com o antigo regime e instituíram uma ordem liberal. O termo *revolução* tal como empregado por CPJ denota um conjunto amplo de transformações sociais cuja principal tarefa no Brasil é a de elevar o nível geral de vida da população, compreendidos tanto seus fatores estruturais como

⁵ O periódico *A Classe Operária* não se encontra na biblioteca nacional no registro do período que nos interessa, enquanto que a *Tribuna Popular* consta apenas dos anos de 1945, 1946 e 1947, sem fazer qualquer menção significativa para o objeto de estudo do presente trabalho. A *Tribuna Popular* pode ser consultada aqui: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pasta=ano%20194&pesq=>

⁶ No caso, nos referimos ao principal elemento intelectual do CA e sua formulação teórica de revolução brasileira, como será explicitado a seguir.

superestruturais, isto é, num país de herança colonial e escravista, cabia ao partido a tarefa de estar junto aos trabalhadores no sentido de atender suas necessidades primordiais e desenvolver, através de uma ação pedagógica, o potencial de mobilização política das massas.

Nessa perspectiva de realização da nacionalidade, a revolução é antes de qualquer caracterização, – socialista, democrático-burguesa, etc. – brasileira, isto é, ela se realiza enquanto enfrentamento de problemas concretos próprios da realidade nacional e suas causas histórico-estruturais. Tal formulação, como se sabe, não encontra eco no PCB durante a periodização que nos propusemos a estudar. Isso se deve – e complementamos aqui a explicitação da hipótese iniciada algumas linhas acima – ao fato de que tais ideias não cabem no PCB das décadas de 1930 e 1940 por estarem vinculadas a uma concepção de partido que sempre encontrou considerável resistência no interior do próprio PCB⁷.

Consideramos, portanto, o CA como agrupamento político que incorporou de certa maneira e num momento chave na história do partido, a reorganização dos anos 1940, as formulações de Caio Prado sobre a ação revolucionária e conseqüentemente a forma do partido que poderia realizá-la. Além disso, consideramos que a militância anterior na ANL, na qual CPJ era um dirigente, é o emblema que quase dez anos após, com toda a experiência e acúmulo histórico, exacerba as tensões entre os grupos no interior do PCB e abre novas possibilidades na conjuntura do enfraquecimento do Estado Novo.

Esclarecidos o objeto, as motivações, a estrutura, e a organização do trabalho, tratamos agora de justificar brevemente tanto as características, quanto a sua relevância. Como expresso anteriormente, nossa pesquisa pretende ser um trabalho de reflexão, uma vez que seu objeto de estudo é a militância partidária de CPJ, vinculada a um aspecto particular de uma tradição de pensamento que buscou interpretar a realidade brasileira, e não a realidade brasileira em si, e na qual o historiador é o pioneiro e um dos maiores expoentes, a saber, o marxismo. Neste sentido, orientamos a análise para um problema conceitual sobre o partido no campo do marxismo brasileiro e do PCB, bem como seus desdobramentos de ordem prática dentro e fora do partido.

Consideramos nossa abordagem relevante pois explicita um aspecto particular do pensamento de CPJ, isto é, nossa leitura se realiza no sentido de estabelecer nexos entre sua obra e as polêmicas travadas pela sua militância política com uma concepção de partido – essencialmente democrático –, que sustentamos, permanece latente nas suas obras como uma das condições para o estabelecimento de um novo paradigma revolucionário dentro de uma tradição de pensamento da qual o autor é parte de um dos grupos em disputa. Nas palavras do próprio Caio Prado, “desbastando-a do cipoal” dos muitos estruturantes de sua teoria, buscamos evidenciar a elaboração sobre a revolução brasileira e a ideia de partido e sua relação com a militância, que consideramos fundamentais para a compreensão tanto da ação política, mas principalmente da teoria revolucionária.

A partir de Caio Prado, sua trajetória militante e sua teoria revolucionária, buscamos compreender o CA como práxis, isto é, a passagem da teoria à ação numa relação dialética, relacionando-a com o desenvolvimento histórico das ideias do historiador e das divergências próximas a tais ideias no PCB. Sustentamos que, ainda que derrotado, é o resultado de um processo histórico que explicita uma divergência conceitual sobre a questão da democracia como estratégia de atuação do PCB e suas apropriações por grupos distintos. Não propomos um trabalho que determine a gênese dessa divergência, mas, identificando-a na conjuntura da reorganização de 1945, tentamos analisar as contendas do partido a partir do viés caiopradiano.

⁷ E que conseguiria angariar apoiadores anos mais tarde após a Declaração de março de 1958 por ocasião da crítica ao stalinismo.

1.2 Uma lacuna historiográfica

A ausência do CA na maioria dos registros bibliográficos, como já exposto resulta do fato de que muitos documentos da década de 1940 se perderam ou foram sumariamente destruídos, e também pelo fato de ter sido expressão de uma corrente não hegemônica e definitivamente derrotada no interior do PCB em 1945. Daí resulta certo silêncio da bibliografia relativa à história do período, mais ou menos específicas sobre o PCB, já que há uma quantidade igualmente vasta sobre a Era Vargas.

Entre as obras que se dedicam especificamente ao estudo do PCB, o quadro mais geral é uma perspectiva panorâmica, quando não abrangendo longos períodos, abordando as grandes polêmicas como a questão da nacionalização dos pressupostos marxistas de interpretação da realidade.

Michel Zaidan Filho esboça a construção do PCB até às vésperas da Revolução de 1930. Na obra *PCB (1922-1929) – Na busca das origens de um marxismo nacional*, o autor investiga o processo criação político-ideológica do PCB a partir de uma perspectiva histórica de apropriação, readaptação e orientação do marxismo para os grandes problemas de formação social do Brasil, transcendendo o universo de interesses anarcossindicalistas. Sobre esse ponto, Zaidan Filho observa:

Outro aspecto importante ligado à natureza do processo que deu origem ao Partido Comunista Brasileiro é o da herança ideológica de suas primeiras lideranças. Aqui, mais uma vez, deu-se demasiada importância ao legado anarquista. Embora não seja de se desprezar os restos da influência anarcossindicalista sobre as práticas sindicais dos comunistas brasileiros, não decorre daí, certamente, o interesse, sempre vivo, do Partido pelas grandes questões político-nacionais (o problema da terra, das liberdades democráticas, a luta antiimperialista etc.) e, em consequência, de suas tentativas de articulação com outras forças sociais, que não a classe operária. Com isso, queremos nos referir a à formação positivista ou semipositivista de algumas de suas lideranças mais expressivas: Astrojildo Pereira, Luís Carlos Prestes, Cristiano Cordeiro etc. É que o positivismo foi no início da República, a expressão político-ideológica do “jacobinismo” brasileiro, tendo se tornado, assim, proto-ideologia de dois grandes movimentos sociais: o Trabalhismo e o Comunismo. Será, aliás, graças ao positivismo que se viabilizará, na sociedade brasileira, a possibilidade de um partido (comunista) operário. É claro que, como toda herança, o positivismo colocará para o PCB o problema da superação de seu rescaldo ideológico pequeno-burguês, sobretudo naquelas conjunturas onde os atores políticos mais “revolucionários” sejam, de alguma forma, pequeno-burgueses. Mas a história de superação dessas amarras será um difícil e lento aprendizado que vai desde o reforçamento das bases comunistas nos meios sindicais urbanos e agrários até sua depuração ideológica propriamente dita.⁸

Zaidan Filho sustenta que as bases ideológicas do PCB estiveram ao longo da história num processo de construção permanente e em disputa, muitas vezes, com proposições primárias regressivas. A observação do autor nos permite identificar, ao analisarmos o contexto referido nesta dissertação, a emergência de uma construção político-ideológica

⁸ ZAIDAN FILHO, Michel. *PCB (1922-1929) – Na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985. Pag. 19-20.

contra hegemônica que tenta se afirmar através da formação do CA, relacionando suas raízes históricas com o CR de São Paulo, contra o pragmatismo da CNOP e a política de união nacional. Se nos atermos ainda especialmente à experiência da ANL, podemos constatar que ela não só proporcionou uma grande mobilização especialmente dos comunistas ligados ao CR de São Paulo não só durante seu período de atuação, mas também de derrotada como ideal, essência de um partido que se engajasse numa agenda de reformas estruturais incontornáveis. Uma crítica que vai em certa medida no mesmo sentido é a realizada por Marcos Del Roio em *A Classe Operária na Revolução Burguesa – A política de alianças do PCB: 1928-1935*, obra na qual o autor percebe na ANL um movimento positivo de construção política, no sentido de uma atuação agregadora – participavam da ANL tanto o PCB e as classes populares quanto camadas médias democráticas e antifascistas – e a formulação de um projeto comum no qual se tentava dar direção.

Numa obra clássica, fruto de sua tese de doutorado, Gildo Marçal Brandão constrói uma análise do PCB dividida entre o período pré e pós 1945. Em *A Esquerda Positiva – As duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*, o autor investiga como o PCB, segundo sua concepção, passa a ter uma atuação positiva, isto é, passa a construir e a se constituir politicamente passando a considerar “que o processo eleitoral seria o terreno privilegiado da arregimentação de forças, que não havia como fugir de uma aliança entre a esquerda e os liberais” (BRANDÃO, 1997 pag. 15). A partir da constatação sobre a atuação do PCB no período ditatorial, Brandão, voltando-se para o histórico do partido, identifica na ANL uma tradição de valorização da política sob a tática de frente ampla.

Embora o livro Brandão seja referência imprescindível pela qualidade da escrita e rigor acadêmico, ainda que não faça menção específica ao CA, a presente dissertação manifesta uma discordância pontual. Consideramos que a ANL teve um grande impacto no imaginário de alguns comunistas, não só no período iniciado com o golpe de Estado, como também nos anos 1940, na movimentação em torno do CA. Entretanto, tal leitura nos anos 1940, esperamos esboçar dentro das possibilidades deste trabalho, estava expressa numa conjuntura bastante específica de seguidas derrotas e perseguições impostas ao PCB. Além disso, havia a dificuldade de manter contato com os grupos comunistas que não estavam na prisão. Embora alguns militantes, entre eles o próprio CPJ, passem a considerar *a posteriori* o levante de 1935 como uma “aventura golpista”, a (re)valorização da ANL passa pelo caráter educativo da sua capacidade de mobilização na qual as classes populares estiveram numa posição de protagonismo próxima ao PCB, e não sob influência de sindicatos sob intervenção ou simplesmente a mercê dos fatos. Essa é a leitura que fazemos da atuação do CA na década de 1940 e sua intransigência na questão da democracia e mobilização das massas (devido em grande parte pela práxis política de CPJ), posição que nos parece, assim como a de união nacional, permeada por contradições.

Em *O Partido Comunista na gênese do populismo – Análise da conjuntura de redemocratização no pós-guerra*, Arnaldo Spindel, realiza um trabalho de análise cuja delimitação temporal se restringe aos anos do Estado Novo e os imediatamente posteriores, o que certa tradição sociológica considera como o surgimento do fenômeno populista no Brasil. Spindel constrói uma interpretação a partir de um arcabouço teórico-conceitual com grande penetração nas ciências sociais na década de 1980, quando a teoria do populismo ainda não havia sofrido ainda uma melhor problematização em relação às experiências operárias, nem tampouco exposta ao revisionismo legitimador do regime de Vargas. Em relação ao processo que reorganizou o partido na década de 1940, o registro de Spindel é breve:

O Partido Comunista do Brasil no período entre 1935 e 1942 praticamente deixou de existir baixo a feroz repressão do Estado Novo. A maneira como esse partido reestrutura-se é determinante para a compreensão de suas

atitudes posteriores. Por volta de 1943 três grupos tentam iniciar os trabalhos para o renascimento do PCB, dois em São Paulo e um no Rio de Janeiro. A figura de Prestes, ainda preso, transforma-se em pivô deste processo; dentre os três grupos, dois pretendiam dar-lhe a liderança enquanto que o terceiro contentava-se em sondá-lo acerca de suas perspectivas. Prestes prefere apoiar os grupos que prometiam-lhe a liderança imediata e, na Conferência da Mantiqueira, dá-se a fusão destes dois grupos e o reaparecimento do Partido Comunista com a eleição de seu Comitê Central. A forma assumida pela recomposição do PCB fornece seguros indícios da linha que passará a ser seguida pelo partido; influência ideológica pequeno-burguesa cimentada pelo prestígio, transformaram-se em componentes de primeira grandeza na produção ideológica dos comunistas.⁹

A aproximação simplificada da tensão política devido a reorganização, a única referência ao CA foi numa nota na qual menciona a “dissidência paulista”. Para além da constatação de ser uma dissidência, os militantes do CA, como observado por Carone (1991) e Prestes (2001), compartilhavam uma trajetória mais ou menos comum de isolamento no PCB desde a década de 1930, passando pela experiência da ANL e a cisão do CR de São Paulo.

Pouco esclarecedora é também a menção de Eliezer Pacheco ao comentar sucintamente que o CA não concordava com a posição da CNOP de apoio incondicional a Vargas, destacando que a luta contra o fascismo deveria ser feita também a nível nacional (PACHECO, 1984). Outra referência clássica, *O Partido Comunista Brasileiro – Conflito e Integração - 1922 – 1972*, de Ronald H. Chilcote, é ainda mais impreciso ao afirmar que os militantes de São Paulo na época da reorganização – o autor não cita especificamente o CA nesta passagem – “desconfiavam de Prestes e desejavam reviver o partido dentro da linha tradicional e de uma política independente” (CHILCOTE, 1982 pag. 89). Não há explicitação sobre qual linha tradicional ou que tipo de política independente, embora se possa inferir que tal independência esteja relacionada com as diretrizes da IC. Subjaz, entretanto, toda a construção da dissidência que se manifesta no CA. Moisés Vinhas (1982), no também clássico *O Partidão – A luta por um partido de massas – 1922-1974*, passa ao largo da problemática ao se referir apenas aos paulistas “que relutam em aceitar a liderança de Prestes e consideram que o eixo da luta contra o fascismo é o combate ao inimigo interno, isto é, Vargas” (VINHAS, 1982 pag. 75).

A historiadora Anita Leocádia Prestes, professora do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ e filha de Luiz Carlos Prestes, ao investigar a problemática da união nacional na política do PCB na obra intitulada *Da Insurreição Armada (1935) à União Nacional (1938-1945) – A Virada Tática na Política do PCB*, busca compreender de que forma variados atores e conjunturas confluíram para a “virada tática” do PCB em relação a Vargas. Uma das teses sustentadas pela historiadora é a de que não há contradição entre as propostas frentistas do PCB e da ANL e os levantes de 1935. Desse modo, o trabalho de Prestes se insere num debate pouco explorado sobre o fracionamento do PCB no final dos anos 1930. Além disso, é um dos poucos a atestar de forma categórica as relações da experiência aliancista com o CR de São Paulo e atuação de seus integrantes, embora a passagem sobre o CA se resume a detalhes, a pesquisadora explora a desde o início os embates entre Hermínio Sacchetta e seu grupo, chamados pejorativamente de trotskistas, mas que uma vez fora do PCB assumiram tal identidade, e a direção do PCB. Prestes ainda faz

⁹ SPINDEL, Arnaldo. O Partido Comunista na gênese do populismo – Análise da conjuntura da redemocratização no pós guerra. São Paulo: Edições Símbolo, 1980. pag. 52.

importante observação sobre questão da tradição democrática no CR de São Paulo, herdada pelo CA.

Dainis Karepovs nos oferece algumas pistas sobre as raízes ideológicas do CA na sua pesquisa sobre a cisão de 1937 na qual o CR de São Paulo e, mais especificamente, Hermínio Sacchetta estavam envolvidos. Ao longo de seu livro, *Luta Subterrânea – O PCB em 1937-1938*, deparamo-nos provavelmente com a melhor pesquisa empreendida até agora sobre as problemáticas relações entre distintos grupos dentro do PCB. Ampla e minuciosamente documentada, diversificada em suas fontes e dotada de profundo rigor teórico, a obra de Karepovs perpassa a história do PCB relacionando a conjuntura nacional à internacional através dos vínculos dos comunistas com militantes exilados, inquéritos policiais, cartas, imprensa e documentos partidários. Trata-se de obra fundamental para a compreensão da formação, atuação e orientação entre 1943 e 1945 do CA por trazer à tona momentos chave do CR de São Paulo no período pós ANL e, principalmente, na época da cisão.

A pesquisadora e professora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Dulce Pandolfi, desenvolve no seu livro, *Camaradas e Companheiros – História e Memória do PCB*, um trabalho de resgate da memória do partido buscando analisar o processo da construção da sua identidade. O livro se insere entre os clássicos da historiografia tanto pelo acervo de que se utiliza a autora, quanto pelo momento em que é lançado, pouco depois da grande cisão e reorganização (mais uma) do PCB de 1992 que dá origem ao PPS, fruto de divergências internas por ocasião do colapso da União Soviética e a emergência de uma ideologia neoliberal cuja tendência passou a ser hegemônica no início da década de 1990. O referido livro é uma obra de história abrangendo desde a formação do partido até a sua divisão em 1992¹⁰. Sobre a reorganização dos anos 1940, a autora nos diz, sem maiores detalhes:

Sem dúvida, a Conferência da Mantiqueira constituiu um marco importante na história do PCB. O partido conseguiu reorganizar-se, adotar uma nova linha política e eleger uma direção, esfacelada desde 1940. Foi a partir daí que políticos como Diógenes Arruda Câmara, João Amazonas, Maurício Grabois, Carlos Marighella, Pedro Pomar tornaram-se dirigentes do PCB. Entretanto, é importante ressaltar que, apesar da memória oficial do partido tratar a Conferência da Mantiqueira como um momento de unidade, as divergências persistiam no interior da organização. Para uma parte dos militantes a situação era no mínimo constrangedora. Durante o Estado Novo o PCB havia sido dizimado. Centenas de comunistas foram presos e muitos torturados. A proposta de União Nacional provocava descontentamentos e perplexidades. Coube ao próprio Prestes fazer um trabalho de convencimento junto aos seus companheiros de partido.¹¹

O trecho em destaque, entretanto, constitui valioso *insight* para o desvelamento – ainda que parcial – de uma trama de acontecimentos e personagens que subjazem ao aparentemente harmonioso processo de reorganização a partir da Conferência da Mantiqueira. Se a historiografia em sua generalidade manteve silêncio sobre o tema em questão, o livro de Dulce Pandolfi tem o mérito de problematizá-lo, ainda que sucintamente.

¹⁰ Curiosamente, o livro de Pandolfi inicia pelo “fim” do PCB e o seu polêmico congresso de 1992, passando pelos grandes temas de sua história e retomando a questão do partido no mundo pós-soviético.

¹¹ PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e Companheiros – História e Memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995. Pag. 138.

No sentido de contrapor parte da historiografia, Berenice Cavalcante¹² ressalta o descompasso entre o PCB e o proletariado (a classe que se pretendia representar) no contexto da redemocratização brasileira. Sobre o período final do Estado Novo, a autora destaca a presença dos comunistas, basicamente intelectuais mais ou menos organizados, e sua inserção nas camadas da sociedade brasileira, enquanto o núcleo do PCB, na sua linha política ortodoxa isolava-se. O que transparece no livro, fruto da tese de doutorado da autora, é uma crítica que parte da historiografia vai incorporar principalmente após o golpe empresarial-militar de 1964, no qual a questão democrática começa a obter centralidade em oposição a concepções ditas stalinistas, já que na época o partido optou por não fazer um enfrentamento aberto da ditadura baseando suas pautas na luta pelas liberdades democráticas. Escrito e publicado no período de abertura do regime (o ano da publicação é 1986), a obra aproxima-se ideologicamente de uma tendência composta tanto por militantes quanto por intelectuais autodenominada de renovadora, que tentava fazer com que o PCB se adequasse à nova realidade brasileira face à conjuntura internacional¹³.

O professor titular aposentado do departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Leôncio Martins Rodrigues, no capítulo de sua autoria intitulado *PCB: Os dirigentes e a organização*, integrante da coletânea organizada por Bóris Fausto¹⁴, esboça as raízes das principais problemáticas do partido em relação aos dirigentes e a militância partidária. Rodrigues observa que a criação do PCB se caracterizou por um esvaziamento teórico fruto da influência anarcossindicalista, e não da radicalização de um partido social democrata. Desse modo, a dificuldade em construir uma perspectiva que se relacionasse com os problemas históricos de formação a nível nacional acompanhou o partido seja na questão do isolamento de seus quadros intelectuais, seja na dificuldade, segundo certa historiografia, de valorizar a política como caminho privilegiado de atuação.

De forma parecida, o sociólogo Luiz Werneck Vianna no artigo *Questão nacional e democracia: o ocidente incompleto do PCB*, presente no livro *A Transição – Da Constituinte à Sucessão Presidencial*, uma coletânea de artigos do autor, analisa a história do PCB trazendo à tona o de bate sobre a relação entre o partido e a questão democrática. Vianna utiliza os conceitos de ocidente/oriente formulados por Gramsci para tratar da questão Estado brasileiro, fortalecido e *orientalizado*, frente a demandas de uma sociedade civil de tipo ocidental e moderna. Como sugere o título do artigo, o PCB, ao longo da história e em especial na década de 1940, não conseguiu assumir uma forma moderna de partido que pudesse se universalizar na sociedade civil. O autor atenta para a incongruência dessa atuação política numa sociedade civil constituída por elementos modernos na qual a base social está próxima às instituições, ao contrário de uma sociedade de tipo oriental. O que Vianna está dizendo em seu artigo é que ao longo de sua história o PCB esteve permeado por tensões internas nas quais tendências *ocidentalizantes* disputavam espaço com tendências *orientalizantes*, cujas quais, as primeiras estariam vinculadas a uma valorização da arregimentação de forças na sociedade civil, no sentido de consolidação da democracia, uma vez que os melhores intelectuais do PCB apontaram, por vezes, problemas de formulação nas teses do partido, e as segundas estariam vinculadas à intervenção da URSS e seu Partido Comunista.

¹² CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro – Universidade Federal Fluminense/EDUFF, 1986.

¹³ Essa questão será brevemente esboçada no capítulo dedicado às considerações finais. Entretanto, ressalta-se que para os fins desta dissertação ela tem valor colateral apenas para contextualização, não sendo o centro da análise.

¹⁴ *História Geral da Civilização Brasileira - tomo III - O Brasil Republicano* vol. 10.

Cabe notar que Vianna expressa as ideias de uma historiografia que passou a ler a história do PCB a partir de uma revalorização das teses defendidas pelo partido a partir da Declaração de Março de 1958, na qual a questão da “democratização da vida política nacional”¹⁵ ganha destaque, principalmente após o golpe de 1964, cuja resistência promovida pelo PCB teve um caráter exclusivamente político, isto é, na defesa de liberdades democráticas, enquanto parte da oposição de esquerda radicalizava-se na luta armada. No contexto de 1942-1945, que é o que nos interessa por ora, estão postas, de certa forma, essa oposição entre estratégica entre possibilidades de conceber e construir o partido.

No livro *Os homens do passo certo – O PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961)*, o autor, Frederico José Falcão, faz um balanço das ações e das perspectivas do PCB no período que vai da reorganização ao início do governo de João Goulart. Falcão junta sua obra a uma historiografia crítica ao stalinismo predominante no partido, como ao problematizar a situação de marginalidade dos intelectuais, a falta de um projeto nacional. No que toca mais especificamente os objetivos desta dissertação, Falcão é um dos poucos pesquisadores a traçar um quadro mais detalhado sobre as tendências que disputavam o partido na época de sua reorganização, além disso, no primeiro capítulo, integralmente dedicado ao período da luta pela legalidade do PCB, nos apresenta uma minuciosa análise expondo de que forma tais grupos atuavam na conjuntura e suas vinculações teóricas, ou a falta delas.

Escritos fundamentais, tanto pelo pioneirismo quanto pela relevância, temos praticamente toda a obra de Edgard Carone. Pesquisador, professor e provavelmente o mais prolífico escritor da história do PCB, sua produção abrange ainda diversos períodos da história nacional. Optamos, pois, por selecionar algumas obras que se relacionam mais intimamente com nosso objeto de estudo.

Em *O P.C.B. – (1922 – 1982)*, o autor organizou em três volumes uma série de documentos que compuseram o corpus documental fundamental para a compreensão do PCB ao longo de 60 anos, de sua fundação até à década de 1980, quando o livro foi editado. Não se trata de um estudo, propriamente, mas de uma compilação do que de mais relevante foi produzido pelo PCB ou por militantes ligados ao partido ao longo do tempo. Constitui material básico introdutório para qualquer pesquisa que aborde a história do PCB, principalmente pelo fato de alguns documentos terem se perdido, deteriorado ou se espalhado por diferentes arquivos espalhados pelo país.

No estudo que fez sobre o Estado Novo (CARONE, 1977) o autor põe em evidência a consolidação do período ditatorial instaurado por Vargas e seus impactos no PCB. Traça as raízes do golpe de Estado promovido por Vargas e sua progressiva preparação ainda em 1936, a formação do aparato de Estado legitimador do golpe e a criação do mito em torno de Vargas. Localiza o PCB no contexto de recrudescimento das forças repressivas e as dificuldades do processo de reorganização. Ainda que boa parte da historiografia que começou a ser escrita a partir dos anos 1980 tenha ido num sentido de revisão das principais ideias defendidas por Carone, as suas obras ainda mantêm elevado grau de importância, principalmente pelo alto grau de conhecimento e sua familiaridade com o tema. Carone faz a melhor exposição sobre os grupos em disputa pela reorganização do PCB na década de 1940. Tanto no referido livro quanto no que dedicou à era Vargas em sua completude, *Brasil: Anos de Crise (1930-1945)*, Carone nos apresenta toda a complexidade da teia de relações que perpassava o PCB num momento de refluxo do movimento comunista. Ainda que tacitamente alinhado com as posições oficiais do PCB, sua escrita é abrangente, minuciosa e rica em dados.

¹⁵ A declaração pode ser lida aqui: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>

Entre as referências incontornáveis para a construção de qualquer estudo sobre o PCB está a obra de John Watson Foster Dulles, *O Comunismo no Brasil*. Dono de uma biografia incomum em relação à maioria dos intelectuais que prestam a escrever sobre temas do comunismo, Dulles, antes de se tornar professor de história do Brasil e estudos latinoamericanos na Universidade do Texas e do Arizona, ocupou um cargo executivo numa empresa de mineração, tendo se formado também em engenharia. No livro em questão nos apresenta sua versão para dez anos da militância comunista no Brasil, no período que vai de 1935 a 1945. Não se trata de um estudo analítico *stricto sensu*, mas um trabalho de caráter mais expositivo no qual o autor, através de inúmeras entrevistas colhidas com personagens chave do período, proporciona uma visão ampliada dos acontecimentos no período do pós ANL até o final do Estado Novo. Trata-se, assim como os livros de Carone, das obras que mais minuciosamente abordaram as principais polêmicas na história do PCB.

Entre a produção mais recente, já nas primeiras décadas dos anos 2000, destacam-se as obras *Um Partido, Duas Táticas: uma história organizativa e política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de 1922 a 1935* e *Os impasses da estratégia: Os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível. 1936-1948.*, respectivamente a dissertação de mestrado de Apoena Canuto Cosenza e a tese de doutorado de Carlos Zacarias Figueirôa de Sena Junior. Na dissertação são analisadas as mudanças políticas e organizativas do PCB e suas motivações. O autor observa que entre a fundação e a criação da ANL o partido mudou sua linha estratégica por quatro vezes, evidenciando a inconsistência da atuação do PCB, ora reformista, ora revolucionária.

Na referida tese, o autor analisa a trajetória do PCB do período pós ANL até a consolidação da política de união nacional e seu desdobramento no breve período de legalidade após 1945, destacando a estratégia de revolução democrático-burguesa e libertação nacional. Sena Junior reforça as experiências comunistas fora do eixo Rio-São Paulo ao utilizar boa parte de suas fontes referentes às movimentações dos comunistas na Bahia. Sobre o contexto da reorganização, classifica os comunistas do CA como um grupo vinculado a uma tradição paulista de “rebeldia” em relação as diretrizes nacionais do partido, além de apresentar um quadro bastante rico das discussões que animaram o PCB na época da reorganização, o que costuma ser relegado a um plano secundário na maior parte da bibliografia.

Nas obras de cunho memorialístico, optamos por destacar alguns militantes com maior ou menor grau de dissidência, isto é, que por alguma razão divergiram da política oficial do partido e puderam, posteriormente, publicar suas respectivas visões dos acontecimentos. Faz-se aqui a devida ressalva de que pelo caráter e objetivos desta dissertação, não incluímos como fontes primárias memorialistas que estivessem fora do conjunto que ora chamamos dissidente ou afastados do CR de São Paulo.¹⁶ Dessa forma, as obras referidas são as de Tito Batini¹⁷, Heitor Ferreira Lima¹⁸, Leôncio Basbaum¹⁹ e Elias Chaves Neto²⁰, e com exceção do último, cuja relevância para o presente trabalho é pontual, as outras formam junto com os diários de CPJ o registro de época do qual parte a nossa reflexão.

¹⁶ Como por exemplo as memórias de Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu), indicadas nas referências do livro de Dainis Karepovs como manuscrito.

¹⁷ BATINI, Tito. Memórias de Socialista Congênito. Campinas: Editora Unicamp, 1991.

¹⁸ LIMA, Heitor Ferreira. Caminhos Percorridos – Memórias de Militância. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

¹⁹ BASBAUM, Leôncio. Uma vida em seis tempos. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1978.

²⁰ CHAVES NETO, Elias. Sentido Dinâmico de Democracia. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Batini (1991) relata suas experiências no PCB desde sua filiação em 1932, com destaque para as mudanças de conjuntura a partir da década de 1930. Destaca os efeitos destrutivos da cisão de 1937 nos acontecimentos posteriores durante o Estado Novo:

A pior, mais danosa e desgastante cisão acontecida em nosso partido foi a de 1937 pelos banguzistas – a direita oportunista depois chefiada por Prestes, a qual buscava legalizar-se através de apelos ao ditador, enquanto caluniava nossos melhores dirigentes, cujos nomes legais apontava à polícia de Felinto Muller e dos Apolônios. Testando nosso descrédito nas bases, determinava aos assalariados que apertassem o cinto... E em sua inclinação eleitoreira dividia as forças da frente ampla por nós preconizada com liberais e antifascistas dando causa a que uma parte de nossos melhores teóricos escorregasse para o esquerdismo – estabelecendo enfim a maior confusão que favoreceu os latifundiários, a direita burguesa e o imperialismo. Nossa resposta à tão desorientada atuação foi a insistência com que nos dirigimos às bases apontando o caminho a seguir pela aliança desde o proletariado da cidade e dos campos à classe média e aos industriais não submetidos ao imperialismo, notadamente os pequenos e médios, preconizando a revolução democrático-burguesa ao ensejo da reforma agrária com que se desenvolveria a indústria nacional, esvaziando-se o domínio imperialista.²¹

A avaliação de Batini (1991) é muito próxima a de Lima (1982) em relação a formação da frente ampla e de Basbaum (1978) em relação à influência de Prestes. Basbaum inclusive relata o tempo em que abrigou Prestes, a despeito da antipatia que nutria por ele desde o primeiro encontro (BASBAUM, 1978). Pelo contexto de militância e pelas suas respectivas escolhas, as memórias selecionadas constituem amplo material para nossa investigação.

Por fim, há os diários políticos de CPJ, disponíveis para consulta no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), assim como uma série de documentos pessoais como correspondências e fotos de família. Pouco explorados pela bibliografia²², constituem material de inestimável relevância para os propósitos desta dissertação. Caio Prado registra suas atividades desde as movimentações pelas eleições de 1938, passando pelo esforço de organização do CA e a constituição da frente ampla – que os paulistas intransigentemente tentaram reeditar – através da UDN. As anotações do historiador são os melhores registros sobre o CA, uma vez que Caio era um dos mais engajados na construção de uma alternativa à CNOP.

Através das lacunas na historiografia, a explicitação do problema e dos meios de investigação expostos acima, este trabalho pretende inserir-se num campo de discussão a partir de um ponto de partida ainda pouco explorado da história do PCB com a modesta pretensão de analisar os nexos entre o CA e a estratégia política que esteve em desacordo com o PCB pelo menos desde a década de 1930.

²¹ BATINI, Tito. Op. Cit. pag. 29/30.

²² Destaca-se, pioneiramente, o Livro do historiador Paulo Teixeira Iumatti, Caio Prado Junior – Diários Políticos de 1945. Além dele, há a tese de doutorado de Yuri Martins Fontes Leichsenring, O Marxismo de Caio Prado e Mariátegui – Formação do Pensamento Latinoamericano Contemporâneo e recém lançada Biografia Política de Caio Prado pelo historiador Luiz Bernardo Pericás.

CAPÍTULO II

A LONGA REORGANIZAÇÃO: O PCB E AS VISÕES DISSIDENTES SOBRE AS LUTAS NO PERÍODO DE 1930 A 1945

2.1 A ANL como alternativa

A Revolução de 1930 que alçou ao poder o presidente Getúlio Vargas pôs fim ao período que ficou conhecido como Velha República e à hegemonia política das oligarquias agrárias, especialmente a de São Paulo, vinculada à produção de café. Vargas inicia um processo de modernização da economia brasileira com estímulos à industrialização e centralização política. Paralelamente, iniciou-se um período de provação da capacidade política e organizativa do PCB. Se por um lado eram estabelecidas, já em 1930, as bases do anticomunismo varguista e os principais mecanismos de restrição participativa e centralização política que seriam aprofundados durante a ditadura do Estado Novo (FAUSTO, 2008), por outro, havia pouco consenso entre uma estratégia revolucionária brasileira que fosse capaz de modernizar o país e ao mesmo tempo se contrapor ao governo provisório.

O PCB, ainda em seus primeiros anos, não havia conseguido formular uma estratégia que pudesse estabelecer as bases para um projeto nacional, embora a experiência do Bloco Operário Camponês tenha significado um passo importante de atuação política, ainda que não aceito pela IC. Finda tal experiência por ocasião da Revolução de 1930, o partido inicia um período no qual suas possibilidades de atuação estiveram dificultadas tanto pela repressão, quanto pelas suas divergências internas. Teoricamente, havia formulações muito frágeis sobre propostas de intervenção na sociedade brasileira além de certa tendência ao divisionismo (SEGATTO, 1981). O marco de efetiva influência do partido na vida política nacional se dá por ocasião da formação da ANL, uma frente nacional pluriclassista sob hegemonia do PCB que tinha como principal objetivo a luta contra o fascismo, a nível internacional, e sua corruptela a nível nacional, o integralismo da AIB. A mobilização em torno da ANL termina em novembro de 1935 com um levante²³ militar, esmagado sem muitas dificuldades pelo governo Vargas.

A derrota da ANL mostrou que a heterogeneidade de sua composição se expandia para além dos grupos sociais de seus militantes e expunha não só as divergências táticas, mas principalmente teórico-políticas no interior da frente ampla. É possível identificar pelo menos duas práxis distintas expostas a partir de sua desagregação que se evidenciam no referido episódio e vão se exacerbar, dez anos após, com o fim do Estado Novo.

Uma delas vincula-se intimamente à figura de Luiz Carlos Prestes²⁴ e sua influência no PCB após o fim da ANL. É preciso observar que em 1935, Prestes, que estava em Moscou,

²³ O levante comunista de 1935 que precipitou o fim da experiência da ANL é também referenciado por certa historiografia como Intentona Comunista, expressão usada também pelo governo de Vargas para legitimar a repressão ao movimento, sua criminalização e posterior trama com o Plano Cohen, a fim de sustentar ideologicamente o golpe e a posterior ditadura do Estado Novo (1937-1945).

²⁴ O presente trabalho não possui qualquer intenção de se inserir numa infrutífera discussão sobre a grafia do nome de Prestes. Há, entretanto, uma polêmica pública e uma disputa pela memória da biografia do referido líder comunista, não somente em relação a seu nome, mas a episódios chave de sua vida, protagonizada por dois distintos professores especialistas e com vasta experiência em temas de história do Brasil, Daniel Aarão Reis Filho, professor titular do departamento de história da UFF e

volta de forma clandestina ao Brasil como dirigente da ANL, à época, já um comunista, gozava de grande prestígio entre os comunistas brasileiros por conta dos feitos da Coluna Prestes e seu histórico de lutas sociais. Houve inclusive uma tentativa de aproximação entre o PCB e Prestes quando uma delegação do partido se encontrava na Argentina por ocasião da primeira Conferência de Partidos Comunistas da América Latina ocorrida em Buenos Aires em 1929. O chefe da delegação do PCB, Leôncio Basbaum, em suas memórias afirma que ao saber da presença de Prestes em Buenos Aires tomou a iniciativa de buscar seu apoio, que não se concretizou, tendo a sua filiação sendo somente concretizada em 1934, apresentando a ele a pauta do programa do PCB para as eleições de 1930:

Havia um outro problema: procurar entrar em contato com Luis Carlos Prestes e seus amigos, que se encontravam em Buenos Aires. Eleições eram previstas para o ano seguinte e era nossa intenção apresentar um candidato. Se Prestes aceitasse ser nosso candidato, acreditávamos, poderíamos ter oportunidade de dar um novo caráter à nossa luta, procurando “unir o proletariado à pequena burguesia que acompanhava Prestes”, já transformado em Cavaleiro da Esperança pelo jornal *A Esquerda*, dirigida por Pedro Mota Lima. Seria o início de uma aliança de classes, capaz de levantar o povo e leva-lo à conquista do poder. Eu deveria aproveitar a viagem a Buenos Aires para conversar com ele. Levei uma credencial do Partido e outra que me deu Maurício de Lacerda, irmão de Paulo e Fernando, que nada tinha de comunista nem gostava dos comunistas, mas admitia essa aliança. Além disso, Maurício de Lacerda era considerado uma espécie de “representante civil” de Prestes no Brasil. (Seu representante militar seria, na ocasião, o capitão Silo Meirelles.) Eu levava as credenciais ocultas na costura da lapela do paletó. (BASBAUM, 1976 pag. 68/69).

A outra é relativa a uma dissidência surgida no PCB que se expressou principalmente através do CR de São Paulo, caracterizando-se pelo empenho em formular proposições teóricas, diferenciando-se do pragmatismo do PCB e sua subordinação à IC. Sua ação implicava maior autonomia em relação a Moscou assimilando algumas premissas liberais, bem vistas pelo fato de considera-las imprescindíveis à consolidação das liberdades democráticas e da industrialização, processo que sedimentaria as bases de um capitalismo nacional renovado, em oposição ao arcaísmo vigente. Os militantes que compuseram o CR de São Paulo, e os herdeiros de sua tradição política em 1945, o CA (CARONE, 1977), não por acaso, eram formuladores e possuíam perfil mais independente e intelectualizado²⁵.

Anita Leocádia Prestes, professora do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ e filha de Prestes. *Luís Carlos Prestes – Um revolucionário entre dois mundos* (Companhia das Letras, 2015) e *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro* (Boitempo, 2015), respectivamente, se inserem num debate muito mais profundo tanto sobre a historiografia brasileira quanto em relação ao ofício do historiador e seus métodos, e que pela relevância de seus autores, são obras que já nascem clássicas. Opta-se no presente trabalho por manter a grafia utilizada pela professora Anita Prestes, considerando seu acesso facilitado a um *corpus* documental consideravelmente maior e sua própria experiência de vida e militância, não resultando tal opção em concordância tácita com todas as interpretações da historiadora sobre seu pai ou o PCB.

²⁵ Todos os memorialistas consultados eram alfabetizados, alguns com formação acadêmica como Leôncio Basbaum e Caio Padro Júnior, dedicados às letras e profissões liberais, ainda que de forma autodidata. Observa-se ainda, a despeito das fragilidades, o pioneirismo da obra de Octavio Brandão, *Agrarismo e Industrialismo*, no esforço de compreender o Brasil sob uma perspectiva nacional a partir dos elementos teóricos do marxismo.

O fato de terem se estabelecido em São Paulo não constitui fator menos importante, uma vez que o estado abrigava até outrora a mais poderosa oligarquia do país, influente tanto na proclamação, quanto na consolidação republicana através do arranjo político conhecido como política do café com leite²⁶ (MENDONÇA, 1997), e desarticulado com a Revolução de 1930. O Partido republicano Paulista (PRP), principal partido da oligarquia cafeeira na República velha, era o principal sustentáculo institucional dos interesses de classe dos grandes produtores de café. Sua dissidência, o Partido Democrático (PD)²⁷, criado em 1926 com a mesma base social, não dura mais do que oito anos, para em 1934 se incorporar ao Partido Constitucionalista, não sem antes, ainda em 1932, recompor com PRP numa Frente Única Paulista (FUP), em oposição a Vargas²⁸. Como observa Dulles (1985), há a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco como polo de resistência a Vargas, fornecendo quadros para o PRP, o PD e também o PCB. Skidmore (1982) observa que São Paulo concentra a maior oposição liberal (inspirada pelo pensamento liberal clássico) expressa por setores constitucionalistas que romperam com a Aliança Liberal de Vargas e iniciaram o movimento de 1932.

Evitando o risco de evocar um abstrato e cômodo conceito de cultura política que nos oferece menos uma explicação do que um determinismo pela superestrutura, e admitindo que não temos condições na presente dissertação para *explicar* (mas podemos constatá-las) as raízes ideológicas do antivarguismo que impregna o campo político paulista, tendo reflexos inclusive numa tradição de pensamento das mais influentes e prolíficas na sociologia brasileira²⁹, optamos por conceber, de forma axiomática, a existência de um consenso em torno de algumas prerrogativas de inspiração liberal presentes em São Paulo, e que se contrapunham à centralização política promovida por Vargas. Brandão (1997), citando Astrojildo Pereira, atenta para a influência de certo republicanismo de esquerda, enquanto Elias Chaves Neto observa que São Paulo assumiu a vanguarda do capitalismo brasileiro ainda na década de 1930:

Assim, o período entre as duas guerras que em todo o mundo foi um período de depressão econômica, em São Paulo, apesar de uma crise de curta duração, constituiu uma época de prosperidade econômica em virtude de haver-se constituído, pela elevação do nível de nossa população rural, um mercado nacional para nossa indústria, isto mesmo antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, que havia de orientar decididamente o país no sentido da sua industrialização. (CHAVES NETO, 1982 pag.21).

²⁶ Convencionou-se chamar de política do café com leite o arranjo político extra institucional que tinha o objetivo de estabelecer um rodízio entre os presidentes ligados à oligarquia mineira e à paulista, no período que a historiografia chamou de República Oligárquica.

²⁷ Fundado entre outros por Antonio Prado, tio-avô de Caio Prado Junior, militante do PD até 1931, quando ingressou no PCB.

²⁸ Para uma visão mais detalhada da resistência a Vargas no estado de São Paulo, ver: (DULLES, 1977), e o domínio do CPDOC da FGV, <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica/PartidoDemocraticoSP>

²⁹ É necessário observar que tanto as interpretações marxistas mais clássicas de teóricos do populismo, principalmente Francisco Weffort e Octavio Ianni, mas também outros estudiosos da USP, comungam com a crítica liberal a oposição a Vargas tanto na questão do controle do aparato estatal quanto a um pretenso enfraquecimento da sociedade civil. Pretendemos desenvolver alguns argumentos pontuais sobre a relação Estado-sociedade civil no próximo capítulo, mas salientamos desde já que embora redundem numa oposição tácita ou declarada a Vargas, tratam-se de elaborações de matrizes teóricas completamente distintas. A exceção está nas formulações de Caio Prado Junior, cuja influência liberal está manifesta na sua teoria revolucionária, e que também pretendemos pormenorizar no capítulo dedicado a seu pensamento e ação política.

Sobre as problemáticas internas do PCB, menos explícitas, se impunham as condições externas, desfavoráveis à ação dos comunistas, à difusão de suas ideias, à sua realização como partido de massas e as várias concepções do partido e de suas respectivas tarefas revolucionárias. Basbaum (1976) relata que foi enviado para São Paulo e incumbido de reorganizar o que fosse possível do CR após a prisão de seus militantes por ocasião da Revolução de 1930, quando “praticamente se acabou o PCB em São Paulo, onde, aliás, nunca fora grande coisa” (BASBAUM, 1976 p. 111). É possível afirmar com alguma segurança que o PCB esteve num movimento de organização/reorganização durante toda a década de 1930, com exceção da breve experiência da ANL.

Ainda em 1931, nossos memorialistas marcam as primeiras posições ante o processo de proletarização³⁰, orientado por uma ideologia *obreirista*, que afastou todos os intelectuais dos cargos de direção do PCB, sendo substituídos por operários (BASBAUM, 1976), (BATINI, 1991), (LIMA, 1982), (SEGATTO, 1981). Segatto (1981) ainda observa que essa mudança privilegiou “antigos tenentes de esquerda”, que passaram a ocupar postos chave, aumentando a influência de Prestes. Nesse contexto de disputas internas, estão abrigadas no PCB não só, mas fundamentalmente, duas tendências políticas que se diferenciam na forma de fazer política, em relação à concepção de partido e suas atribuições. Trata-se de uma divergência teórico-conceitual sobre o caráter da revolução no Brasil e suas possibilidades de transformação na qual se insere um grupo de militantes radicados em São Paulo³¹ que não apenas representa certa intelectualidade, mas uma práxis política de composição de forças e valorização intransigente (e até ingenuamente) da democracia na sua variante burguesa.

Era importante pois, mobilizar amplamente a sociedade civil em contraposição a um Estado que, historicamente, no Brasil assumiu o protagonismo dos processos políticos nos quais a transformação estava a serviço da conservação na forma de uma revolução passiva, como teorizou Antonio Gramsci sobre o processo de *Risorgimento*, e como alguns intelectuais brasileiros, inspirados pelo filósofo italiano, interpretaram a Revolução de 1930 (COUTINHO, 1979), (VIANNA, 1976). Gramsci (2001) entretanto, concebia a relação sociedade civil/sociedade política (Estado) em sua radicalidade, não como contraposição, mas como dois âmbitos de luta nos quais as classes disputam hegemonia e criação de consensos em torno de seus interesses. Os referidos militantes comunistas (que não eram leitores de Gramsci e tampouco possuíam seu refinamento) buscavam composições entre classes baseadas numa certa influência liberal idealista na qual a correlação de forças não necessariamente os favorecia. Considerando a necessidade de uma democratização plena, Tito Batini observa que “uma vez que a burguesia não tinha cumprido o seu papel na revolução

³⁰ Leôncio Basbaum nos oferece uma breve explicação sobre seu entendimento acerca dos termos “proletarização” e “obreirismo”, que nos serve menos para a discussão e caracterização de tal processo, do que para traçarmos as percepções e as raízes teórico-ideológicas do referido militante: “(...A proletarização era, em suma, dar ao Partido Comunista, que era um Partido do proletariado, uma ideologia proletária, o que se devia conseguir por dois meios principais: 1) atrair para o partido, **principalmente** (grifo do autor), operários das grandes indústrias, ferroviários, marítimos, metalúrgicos, mineiros, transportes em geral; 2) levar-lhes a “teoria revolucionária”, ensinando-lhes os fundamentos do “marxismo-leninismo”. O obreirismo era apenas um “desvio”, uma incompreensão da proletarização, o desprezo pelos aliados de classe, sobretudo pelos intelectuais, endeusamento do operário, em vez de lutar pela hegemonia do proletariado, copiar os modos de vida e o comportamento dos operários, principalmente os mais atrasados do ponto de vista político.)” (BASBAUM, 1976 pag. 94)

³¹ Titi Batini, Heitor Ferreira Lima, Octávio Brandão, Elias Chaves Neto, Leôncio Basbaum e Caio Prado Junior, cujas memórias e contribuições teóricas servem de material de análise desta dissertação, e estavam vinculados ao CR de São Paulo, e posteriormente, ao CA.

democrática e anti-imperialista, forçava uma composição de maior amplitude.” (BATINI, 1991 pag. 189)

Em março de 1935 era formada a ANL, ampla frente composta por “intelectuais de renome, sindicalistas, “tenentes”, comunistas, socialistas, entidades democráticas e populares de diferentes colorações ideológicas e políticas. (PRESTES, 2005 pag. 5) [http://www.dhnet.org.br/memoria/1935/a_pdf/anita_leocadia_70_anos_anl.pdf] Tal movimentação acontecia por ocasião da ascensão mundial do fascismo e de uma insatisfação mais ou menos generalizada com o governo Vargas, sob o slogan de inspiração comunista “Pão, terra e liberdade”. Sob a decisiva influência de Luiz Carlos Prestes, aclamado presidente de honra por ainda se encontrar exilado, possibilitou a penetração das ideias aliancistas em grupos sociais nos quais o PCB não tinha influência (PRESTES, 2005). Era uma “expressão política não corporativa e especificamente política das classes subalternas” (BRANDÃO, 1997 pag. 90) na qual o PCB começava a ter relevância para além dos círculos operários.

Um movimento antifascista, amplo em sua composição de forças, atuando na legalidade, sob influência dos comunistas e em consenso sobre a oposição à AIB e a Vargas. Assim era vista a ANL pelos militantes de São Paulo, que registraram em suas respectivas visões o potencial transformador do movimento aliancista. Observa Tito Batini, dirigente da ANL após voltar ao Brasil em 1935:

Enquanto deixo a área próxima à guerra do Chaco que chega ao fim com a confraternização dos soldados e a miséria que consome as retaguardas, e enquanto cresce o fascismo na Itália quanto o nazismo na Alemanha, na França e na Espanha surgem as frentes populares. Em meu país encontro em organização na semilegalidade vigiada pelos esbirros, policiais de Vargas e Felinto, a Aliança Nacional Libertadora sob a presidência do comandante Hercolino Cascardo. [...] É amplo e bem propositado o programa da Aliança, em que se incluem a suspensão do pagamento das dívidas ao imperialismo, nacionalização empresas estrangeiras, reforma agrária, liberdade plena e constituição de um governo popular.³²

Heitor Ferreira Lima:

Em consequência, já em abril de 1935, criava-se no Rio de Janeiro a Aliança Nacional Libertadora, presidida por Hercolino Cascardo, com rápida difusão em todo o país, desencadeando intensa campanha contra Getúlio e o imperialismo. Formava-se assim amplo clima de ebulição popular.³³

Considerada ilegal pela lei de segurança nacional em julho de 1935, após um manifesto escrito por Prestes no qual conclamava um governo popular nacional-revolucionário, e sob o pretexto de estar sob influência do comunismo internacional (PRESTES, 2005), é deflagrada contra a ANL uma repressão que se estendeu até 1941 (BASBAUM, 1978). Diante da mudança de conjuntura, há uma desmobilização considerável da ANL, que passa a atuar de forma clandestina e fundamentalmente com os comunistas que ainda insistiam em articular contra Vargas. Em novembro de 1935 acontecem levantes nos quais tomaram a frente militares oriundos do movimento Tenentista em Natal, Recife e Rio de Janeiro. A insurreição tinha liderança de Prestes, mas não era consenso entre os comunistas, tendo muitos dirigentes ficado alheios aos fatos. Lowy (2006) argumenta que a insurreição de

³² BATINI, Tito. Op. Cit. p. 195.

³³ LIMA, Heitor Ferreira. Op. Cit. p. 185.

1935 foi um descompasso entre a tática de classe contra classe (VI Congresso da IC) e a de frentes populares (VII Congresso da IC), ao passo que a tese sustentada pela historiadora Anita Leocádia Prestes afirma que não há qualquer discrepância entre as movimentações promovidas pela ANL e o levante militar que culminou com o seu fechamento, e ao qual uma historiografia conservadora costuma chamar de “intentona comunista”³⁴.

Reprimido o movimento armado e enterrada de vez a ANL, a partir da segunda metade da década de 1930, o PCB terá, antes de (mais uma vez) se reorganizar e sobreviver à intensa repressão que se abateu sobre o partido que resultou na prisão da maioria de seus dirigentes e no seu quase total desmantelamento. Além disso, a formação de grupos concorrentes nos comitês regionais, e a animosidade entre eles e a direção do partido, extremam as posições e as disputas no PCB. Em São Paulo, há a formação de dois grupos, ambos divergentes da direção. O primeiro é liderado pelo jornalista Herminio Sacchetta, que assumindo uma orientação trotskista, logo abandona o PCB para fundar o PSR (Partido Socialista Revolucionário). O segundo é objeto de nossa análise e vai congrega ex-dirigentes da ANL, e intelectuais democratas como CPJ, Tito Batini, Heitor Ferreira Lima, entre outros, buscarão uma forma de “fazer política”³⁵ engajados na luta pela democratização e na histórica oposição a Vargas, que Prestes e o PCB abandonam sob a consigna da união nacional (PRESTES, 2001) na reorganização dos anos 1940, já durante o Estado Novo.

Não por acaso, a análise *a posteriori* dos memorialistas que integraram o CA, e cujos registros compõem os meios de investigação deste trabalho, sobre o desfecho da ANL é bastante negativo. Caio Prado se refere ao levante como uma quartelada (IUMATTI, 1998), enquanto Heitor Ferreira Lima, um dos mais críticos ao “praticismo” do PCB, demonstrava entusiasmo com o alastramento da ANL por todos os estados brasileiros (LIMA, 1982). Ao tomar ciência do resultado dos levantes, registra:

Fiquei cético, por isso, mas guardei meu ceticismo para mim mesmo, pois qualquer manifestação minha nesse sentido, o que me sucedera no ano anterior, seria tomada como ação derrotista, de repercussão imprevisível para mim. [...] Nos dias seguintes, entretanto, com o esmagamento fácil das insubordinações dos quartéis e o desencadeamento de feroz reação policial no país inteiro, a situação pareceu-me clara: tratava-se de tentativa frustrada de revolução, sem o devido preparo, com ausência total das massas populares, sem crise profunda que a abalasse de modo a impulsioná-la a uma decisão armada em busca de solução para sua situação de desespero³⁶

Batini lamenta:

Esta era a verdade que até hoje faz com que chore e lamente as oportunidades perdidas, lembrando sempre o perigo de não se avaliarem a correlação de forças, o crime do baluartismo, o aventureirismo pequeno

³⁴ PRESTES, Anita Leocádia. 70 anos da Aliança Nacional Libertadora. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/memoria/1935/a_pdf/anita_leocadia_70_anos_anl.pdf

³⁵ A expressão “fazer política” significava valorizar a atuação do grupo ao qual se fazia parte para criticar outros, “os que não fazem política”. Nesse contexto, significava valorizar a democracia como forma de compor uma aliança com os liberais em contraposição à linha de união nacional oficializada pelo PCB. Posteriormente, a historiografia sobre o PCB empreenderá um resgate dessas posições considerando-as como forma mais elevada de “valorizar a política”. Sobre a questão, ver: SANTOS, Raimundo; SEGATTO, José Antonio. A Valorização da Política na Trajetória Pecebista: Dos Anos 1950 a 1991. IN: RIDENTI, M.; AARÃO REIS, D. (orgs.), História do Marxismo no Brasil, Vol. 6, Campinas: Editora Unicamp, 2007.

³⁶ LIMA, Heitor Ferreira. Op. Cit. p. 203.

burguês, erros que nos levaram ao fracasso de 1935 – entretanto cometidos dentro das melhores intenções. (BATINI, 1991 pag. 160)

A derrota foi entendida por esses militantes como um passo em falso, uma precipitação devida ao vácuo teórico que levou os insurretos a fazerem uma má avaliação da conjuntura, resultando numa reação que os aliancistas não estavam preparados para conter. A ANL passa a ser compreendida, com exceção do seu desfecho, como uma etapa de construção na qual agregou setores liberais, democratas e populares promovendo atos e mobilizações em torno de um programa comum razoavelmente definido. Embora não fosse oficialmente um partido, possuía a *forma* de um partido dinâmico, mobilizador e abrangente, um aparelho privado de hegemonia, nas palavras de Gramsci, no qual seguia numa direção de enfrentamento estritamente político e democrático a Vargas.

O esforço por formular uma teoria que orientasse o PCB de forma menos doutrinária e que compreendia a democracia como um valor universal e não apenas acessório, configurava-se como uma alternativa, na visão dos referidos militantes, de oposição ao adesismo expresso pela “União Nacional com Vargas” na primeira metade dos anos 1940. Para esses comunistas, a ANL é a representação superior da capacidade de fazer alianças e caminhar sob a égide da grande política, e a inspiração dos comunistas que formaram o CA como contraponto à CNOP.

2.2 A ANL como utopia: Cisão, Estado Novo e União Nacional

Desfeitas, pelo menos por ora, as possibilidades abertas com as movimentações aliancistas entre março e novembro, inicia-se a perseguição aos militantes comunistas e o desmonte da estrutura partidária. Em novembro de 1935, Vargas decreta Estado de Sítio, que permanece até março de 1936, mesmo mês da prisão de Luiz Carlos Prestes. A repressão desencadeada após novembro de 1935 não se direcionou apenas aos comunistas, mas a qualquer oposição a Vargas. Ainda assim, houve certa movimentação por ocasião das eleições presidenciais previstas para 1938. O PCB, fragilizado pela prisão de grande parte de seus militantes, buscava soluções para a reconstrução avaliando qual das candidaturas à presidência engajaria seu apoio.

O que sobrou do partido e os resquícios de sua coesão, quase que exclusivamente os comitês regionais do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, para onde foi transferido o SN, não bastasse o isolamento, duas tendências começavam a ganhar contorno a partir de grupos exilados no exterior. Segundo Carone (1977), uma se identifica mais com a experiência aliancista e a outra com “os que sempre pertenceram ao PCB”. A distinção categórica proposta por Carone explicita um certo essencialismo que permeia uma gama de obras que voltaram suas atenções para o PCB e que frequentemente caracterizam as divergências internas como disputas entre reformistas e revolucionários. Convém, entretanto, que evitemos certos vícios consagrados pela historiografia no tratamento do objeto desta dissertação, uma vez que ainda abundam reducionismos, desatenções e solapamentos memorialísticos³⁷.

³⁷ Exceção é o livro de Dainis Karepovs, *Luta Subterrânea – O PCB em 1937-1938*, que joga luz sobre a cisão ocorrida no CR de São Paulo que culminou com a saída de Hermínio Sacchetta e outros trotskistas que posteriormente fundariam o POL. A pesquisa de Karepovs, amplamente documentada, é um dos poucos estudos profundos sobre o período em questão e as disputas internas do PCB. O livro de Gildo Marçal Brandão, *A Esquerda Positiva – As duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*, embora com uma abordagem menos pontual, também ilustra a problemática no período, assim como as memórias de Heitor Ferreira Lima, *Caminhos Percorridos – Memórias de militância*, sendo este último um relato, e não propriamente um estudo sobre o PCB.

De fato, é possível dizer que o legado da ANL como experiência positiva³⁸ de enfrentamento ao fascismo, ao imperialismo e defesa da soberania nacional, perdurou de forma mais intensa entre os militantes do CR de São Paulo e sua zona de influência, restando não só a tática de frente popular, mas primordialmente uma intransigente ideologia antivarguista que marcou o desajuste do CR de São Paulo com a direção do PCB após o fim da ANL (divergência que permaneceria até 1945). Vargas, que já era identificado por boa parte dos comunistas pela sua proximidade e condescendência com o fascismo³⁹, quando não um fascista de fato⁴⁰, era para os militantes de São Paulo (inclusive suas frações trotskistas) um obstáculo a ser superado para o estabelecimento da democracia no Brasil.

A eleição presidencial que deveria acontecer em 1938 mobilizava os comunistas por vislumbrarem numa eventual derrota de Vargas a legalização do partido e o estabelecimento de liberdades democráticas (BATINI, 1991), (LIMA, 1982), (BASBAUM, 1976). Além disso, começava a ganhar corpo uma polêmica surgida no interior do CR de São Paulo entre dois grupos que disputavam influência. Batini (1991) observa, no que já havia sido relatado por Basbaum (1976), e que se encontrava na Bahia durante o ano de 1937, que de um lado estava o Secretariado Nacional do PCB, grupo formado por Bangu (Lauro Reginaldo da Rocha), André (Elias Reinaldo da Silva) e Xavier (Eduardo Ribeiro Xavier, o Abóbora), do outro, o de Hermínio Sacchetta e Rocha Barros. Entre eles, a divergência sobre o papel da burguesia na revolução brasileira:

Em primeiro lugar havia a questão da determinação das forças hegemônicas da revolução brasileira, que os “bangusistas” atribuíam à burguesia nacional, por se tratar de movimento caracterizado como revolução democrático-burguesa. Enquanto nós [o CR de São Paulo em sua generalidade, inclusive suas frações trotskistas] sustentávamos ser a burguesia nacional incapaz de assumir tal papel, dadas suas ligações com os restos feudais ainda persistentes no país e com o imperialismo, cabendo então essa função ao proletariado, pela inexistência, da sua parte, de qualquer compromisso desse gênero, tratando-se, por conseguinte, da única classe consequente, interessada em conduzir tal revolução até o fim.⁴¹

Rememorando um encontro com Heitor Ferreira Lima, Tito Batini reitera:

Ora, pelo que me lembre era essa a análise que aqui em São Paulo se fazia, desde que o fracasso aliancista de 1935 nos levava a traçar a tática do recuo estratégico. Não havia razão, pois, para que eu pensasse de outra forma.⁴²

³⁸ O termo “positiva” é utilizado aqui por caracterizar uma plataforma de reivindicações de base comum, além de mobilizações políticas de grandes proporções, em contraste com uma atuação política estritamente reativa. O termo é utilizado com o mesmo sentido utilizado na obra de Gildo Marçal Brandão, embora a presente dissertação não tenha qualquer pretensão de generalizá-lo.

³⁹ Aqui representado pela AIB.

⁴⁰ Erro conceitual que serve ao enfrentamento ideológico, mas em nada serve à análise diante da complexidade do período conhecido como Era Vargas. Embora tivesse se estabelecido como um ditador (principalmente no período compreendido entre 1937 e 1945, com certo relaxamento em 1943) e compartilhasse algumas características de governantes de regimes fascistas, entre elas o personalismo, o anticomunismo, a centralização em torno poder executivo e a restrição dos meios de decisão política, o rótulo de fascista se esvai completamente por ocasião do rompimento de relações com a Alemanha nazista e o envio de tropas brasileiras para lutar na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados.

⁴¹ LIMA, Heitor Ferreira. Op. Cit. pag. 210.

⁴² BATINI, Tito. Op. Cit. pag. 222.

O recuo tático ao qual se refere Batini significava aumentar a composição de forças numa frente ampla antifascista como a ANL, sem, entretanto, precipitar um impulso insurrecional ou *putsch*. Urgia no imaginário dos comunistas de São Paulo a constituição de uma força eminentemente política que pudesse mobilizar os trabalhadores como classe na organização dos próprios interesses. O que se forma muito precocemente entre eles é uma concepção de enfrentamento na qual não cabem insurreições como a de 1935, ações consideradas “golpistas”, mas a intransigente ação política de defesa de interesses dos trabalhadores. Tal divergência entre a direção e o CR de São Paulo originou, entre muitos manifestos e acusações mútuas, o Documento dos 15⁴³, que reivindicava, entre outras coisas, a realização de uma conferência nacional para resolver os problemas do partido, e do qual Heitor Ferreira Lima e Tito Batini foram signatários⁴⁴.

Após a expulsão da fração trotskista do partido⁴⁵, que tinha em Herminio Sacchetta seu principal expoente, restava ainda a divergência entre o CR de São Paulo e o Secretariado Nacional a respeito das eleições presidenciais. Enquanto em São Paulo os membros do CR pretendiam apoiar um candidato que se comprometesse com uma pauta mínima apresentada pelos comunistas, o grupo de Bangu pretendia apoiar o candidato de Vargas, José Américo de Almeida. Nas palavras de Heitor Ferreira Lima:

Em segundo lugar apresentava-se o problema da sucessão presidencial, em agudo foco naquele instante, com três candidatos definidos: José Américo de Almeida, com a chancela do Catete; Armando de Salles Oliveira, representante da oposição, apoiado por São Paulo e Rio Grande do Sul, e Plínio Salgado, chefe integralista, encorajado pelas forças mais agressivamente reacionárias. A fração “bangusista”, entretanto, postulava nossa adesão pura e simples ao candidato do Catete, sem qualquer compromisso prévio, por parecer-lhe mais avançado politicamente, possuidor de características nacionalistas, esperando dele anistia e medidas populares de interesse econômico. Nosso ponto de vista era contrário a qualquer compromisso antecipado, propondo a formação de ampla frente única democrática, criticando as plataformas dos candidatos, de modo a forçá-los a assumirem compromissos cada vez maiores com os interesses populares. Aderindo antecipadamente a um deles, fechávamos o caminho para uma pressão sobre eles. Bangu arguia ser *utopia a frente democrática acima dos candidatos, por ela só poder constituir-se em torno de um candidato*, (destaques do autor) o que conduziria, na realidade, a nosso ver, ao apoio incondicional, hipótese inaceitável para nós.⁴⁶

A linha ficava ainda mais clara numa circular do CR de São Paulo de março de 1937:

Na questão da sucessão presidencial, como fora dela, nós não estamos com Sicrano nem com Beltrano, com este ou com aquele candidato. Nós estamos COM UM PROGRAMA, que é nosso programa mínimo do momento (que não significa o abandono de uma só linha do nosso programa total) e que está concretizado na fórmula Cascardo: anistia, volta à Constituição, abolição das leis terroristas, luta contra o integralismo e o

⁴³ Cujas reprodução pode ser encontrada na biografia de Heitor Ferreira Lima.

⁴⁴ Assinaram com os pseudônimos.

⁴⁵ Sobre essa cisão não há melhor e mais documentada análise do que o já citado livro de Dainis Karepovs, *Luta Subterrânea – O PCB em 1937-1938*.

⁴⁶ LIMA, Heitor Ferreira. Op. Cit. pag. 210-211.

getulismo, luta contra a carestia de vida, pelo aumento dos salários. Nós estamos, pois, é com a democracia, e na luta pela democracia aceitamos a aliança *de todo o mundo que por ela também queira de fato lutar*. Nós lutamos e lutaremos por esse programa mínimo, independentemente do apoio desta ou daquela corrente. Lutamos e lutaremos por ele de todas as formas. Isso não quer dizer que não aceitemos, e mesmo não *procuremos* mobilizar todo o mundo em seu redor, ao nosso lado, formando uma intransponível barreira contra o fascismo, uma indestrutível alavanca pela democracia. Assim, pois, se algum partido, ou bloco de partidos, que tenha seu candidato, incluir em seu programa de candidato esse programa mínimo, *e passar desde já a realiza-lo* em seu estado e nos estados que o apoiam, isso significará para nós, a concretização da frente única.

É preciso ficar bem claro, porém, que nós não vamos ficar de braços cruzados, à espera de que este ou aquele candidato se levante com uma bandeira popular e democrática. É preciso nós nos convenceremos de que temos um grande papel a jogar nessa luta, de que somos um peso considerável na balança, e que seremos nós – vanguarda do proletariado e do povo – que em última análise decidiremos da questão, com a condição apenas de que saibamos fazê-lo. Isso, em outras palavras, significa que **É A MASSA QUE IRÁ FORÇAR ESTE OU AQUELE CANDIDATO A TOMAR POSIÇÃO DEFINIDA DE LUTA**. Serão as lutas do povo brasileiro, tendo à cabeça o proletariado, lutando pelas suas reivindicações e pela liberdade, que irão constituir o ímã que atrairá todos esses grupos, partidos e homens vacilantes e, pois, esse poder de atração será tanto maior *quanto maiores, mais numerosas e mais imediatas* forem as manifestações de massas, pelo aumento de salários, contra os impostos, pelo tabelamento dos gêneros, pela redução dos fretes e taxas, contra os trustes o monopólios imperialistas, contra o estado de guerra, a prorrogação do mandato de Getúlio e o Integralismo, pela anistia, em defesa da democracia e da liberdade.⁴⁷

A direção nacional, cujo membro mais importante nessa época era Bangu, ensaiava uma aproximação com Vargas visando a arregimentação de forças contra o integralismo (PRESTES, 2001). A linha, dita oficial, que começava a se definir no PCB desvinculava a luta antifascista à derrubada de Vargas, a despeito de seus flertes com a AIB. Pelo contrário, legitimava uma estrutura de poder montada por e para o executivo, no que Prestes (2001) chamou de “virada tática do secretariado nacional”. Era o início de uma linha de ação política conhecida como União Nacional que colocaria o PCB progressivamente na esfera de influência e apoio de Vargas.

Por outro lado, em São Paulo, a posição da direção era considerada capitulacionista e direitista (BATINI, 1991). O apoio a Armando Salles nas eleições presidenciais previstas para 1938, acreditavam os militantes, representava a possibilidade, não de pôr em prática um programa político de transição socialista, nem sequer formulado pelos comunistas, mas de criar alternativas a Vargas dentro do processo eleitoral que pudessem incluir as pautas mais urgentes dos comunistas.

Em disputa, o PCB, entre duas concepções políticas distintas fundadas, de forma genérica, em conciliação e enfrentamento, escamoteadas pela problemática das “forças motrizes da revolução brasileira” (LIMA, 1982). Além disso, diante da dificuldade crônica do PCB na década de 1930 em se organizar, e abandonada a possibilidade de um governo

⁴⁷ A luta pela sucessão presidencial e a posição do Partido Comunista. São Paulo, março de 1937. Apud KAREPOVS (2003, pag. 184-185)

popular e de massas, restava a desconfiança mútua entre os dois grupos exposta pela existência de dois CCs como observa Edgard Carone:

O PCB, força minoritária, não escapa desta opção que, como vimos, vê a questão, taticamente, como superação do Estado de exceção e do perigo da permanência do Getulismo no poder. Dos três candidatos, Armando de Salles Oliveira, José Américo e Plínio Salgado, o último automaticamente está excluído, por ser fascista e chefe da Ação Integralista Brasileira. A preferência do PCB volta-se, assim, pelos dois outros: o CR de São Paulo, ficando a favor do primeiro; todos os outros CRs e o CC, dirigido por Bangu, com José Américo. Cria-se, desta maneira, uma divisão grave, com consequências negativas em São Paulo, mas cujos resultados não serão maiores porque o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937 estanca o processo conflitante.⁴⁸

Se a aliança com Vargas ensejava num primeiro momento uma possibilidade de refrear seu impulso anticomunista, a oposição orientada por princípios clássicos democrático-liberais dos paulistas buscava um cerceamento político do presidente ao marcar posição com tendências politicamente mais fortalecidas que o PCB. As duas expressam, no entanto, a fragilidade do partido no período pós-ANL, internamente dividido, e externamente sob repressão, restavam poucas opções para o partido nas movimentações no período pré-eleitoral. O historiador Thomas Skidmore (1982) observaria, entretanto, que a articulação que tentava levar Armando Salles de Oliveira à presidência do Brasil era “liberal e constitucionalista” e cujo objetivo era democratizar o país para evitar os perigos da agitação “bolchevista” (SKIDMORE, 1982). Fica claro que se havia crítica à centralização de Moscou, os dissidentes estavam alheios ao projeto que apoiavam, como se verá no próximo capítulo que abordará as movimentações de CPJ por ocasião da formação da UDN.

As esperadas eleições presidenciais de 1938, no entanto, não chegariam a acontecer. Vargas, com apoio de militares, boa parte dos governadores e integralistas, inicia com um golpe o período do Estado Novo, caracterizado por uma ditadura aberta que intensificou a repressão aos comunistas, extinguiu partidos, fechou o congresso e apoiou-se numa constituição outorgada. O golpe é caracterizado por Carone (1977) como um processo que tem suas primeiras movimentações em 1936, quando Vargas começa a articular a continuidade de seu mandato por perceber tanto o fortalecimento da oposição em torno de Armando Salles, quanto o apoio a José Américo:

É contra as duas candidaturas que Getúlio Vargas articula a conspiração, que se desenrola nos fins de 1936 a novembro de 1937: Francisco Campos prepara esboço da futura Constituição; os generais Goes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra provocam incidentes e afastam oficiais liberais dos comandos, reforçando seu poderio; Plínio Salgado, sem o conhecimento de outros integralistas, dá apoio ao golpe; o Exército e Getúlio Vargas, ajudados pelos oposicionistas gaúchos (P. Liberal e P. Republicano Rio-Grandense), obrigam Flores da Cunha a entregar o governo do estado e a fugir para o Uruguai; Negrão de Lima, em viagem pelos estados do Nordeste e do Norte do país, obtém aquiescência dos governadores (menos os da Bahia e de Pernambuco, não visitados por ele) para o futuro golpe de Estado; afinal, as oposições de São Paulo e do Rio Grande do Sul aderem à ideia de participarem da nova situação.⁴⁹

⁴⁸ CARONE, Edgard. Brasil: Anos de Crise. Rio de Janeiro: Ática, 1991.

⁴⁹ CARONE, Edgard. O Estado Novo. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

Inaugurado o período de ditadura aberta do Estado Novo, o movimento comunista no Brasil entrou na sua fase mais crítica com a dispersão de militantes que fugiram para o exterior, prisão de muitos outros e concentrações não muito significativas nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia (CARONE, 1977). A situação era de terra arrasada na virada da década de 1930 para a de 1940. A polarização que havia tomado o partido durante as campanhas para a eleição presidencial de 1938 – que não chegou a ocorrer – permanecia latente e voltaria a emergir de forma mais tensa na disputa pela reorganização do PCB.

2.3 Um raio em céu nublado: o Comitê de Ação e a reorganização dos anos 1940

No início da década de 1940, devastado, o PCB iniciaria um processo de reorganização que oporia de forma mais definida as tendências representadas pela direção do PCB e seus apoiadores – os CRs do Rio de Janeiro e da Bahia – e os comunistas do CR de São Paulo, em sua maioria ex-aliancistas:

Internamente, o PCB mantém política prática e ideológica coerente, mas externamente os grupos que o compõem se dividem nitidamente entre os que defendem continuidade do espírito ideológico da Aliança Nacional Libertadora, de frente aberta, e os que pensam em termos partidários comunistas, de sentido do organizatório e ideológico mais rígido. Nos primeiros anos, a distinção não aparece claramente, pois o próprio Prestes em 1943 fala em “declaração conjunta da ANL e do PCB”. Mas com a II Guerra Mundial e as vicissitudes que se seguem, a divisão torna-se inevitável. O fato aparece demonstrado nas posições ideológicas adotadas no decorrer do período.⁵⁰

A divisão a qual se refere Edgard Carone foi o ápice de uma polêmica que se inicia no PCB ainda em 1935, com a extinção da ANL, e se exacerba na primeira metade da década de 1940. A repressão que se abateu sobre o partido o manteve fragmentado e isolado da vida política nacional, Prestes estava preso assim como boa parte das demais lideranças e toda a atividade comunista esteve limitada a reivindicações fracas e isoladas até 1941 (CARONE, 1977). Nesse contexto, emerge novamente o tema da união nacional, originalmente lançado pelo Bureau Político de Bangu em 1938 no documento “União Nacional pela democracia e pela paz” (DULLES, 1985), que iria, não sem resistências, vigorar no PCB até o fim do Estado Novo.

De fato, o fim da ANL e a mudança de orientação da IC já indicavam, desde 1935, a adoção da tática “frentista” pelos partidos comunistas. Em São Paulo, – local de histórica resistência a Vargas – a formação da frente não significava elaborar uma pauta nem muito menos assumir qualquer compromisso com Vargas, a união nacional do CR de São Paulo era com os setores interessados em derrubá-lo⁵¹. A intransigente oposição dos comunistas de São Paulo a Vargas se devia tanto à perseguição ao PCB, quanto à situação de guerra e o início da expansão da Alemanha nazista pela Europa. Vargas, na concepção destes militantes, estava ideologicamente alinhado ao fascismo, e, portanto, incompatível com qualquer aspiração democrática (PRESTES, 2001).

⁵⁰ CARONE, Edgard. Op. Cit. pag. 224.

⁵¹ Isso ficaria claro no relato de Heitor Ferreira Lima, Tito Batini e Leôncio Basbaum, mas principalmente nos diários escritos por Caio Prado Junior, nos quais registrava suas movimentações para a articulação da UDN. O historiador reafirmaria sua posição pela derrubada de Vargas numa entrevista concedida ao jornalista Lourenço Dantas Mota, em 1981.

É formada em 1941 a CNOP (Comissão Nacional de Organização Provisória) no Rio de Janeiro, que sob a consigna da união nacional (PRESTES, 2001) ganharia adesão do CR da Bahia, mas não de São Paulo. Os paulistas desconfiavam de elementos infiltrados na CNOP (LIMA, 1982), (BATINI, 1991) e (BASBAUM, 1976) e tentavam formar uma frente nos moldes da ANL, mas sem apoiar o Estado Novo. A historiadora Anita Prestes observa que:

Os comunistas de São Paulo, por exemplo, passaram a apoiar Roosevelt, assim como a guerra contra Hitler. Quanto aos comunistas do Rio de Janeiro, em outubro de 1941, Vargas recebeu uma carta aberta assinada por três militantes que diziam falar em nome do Secretariado Nacional do PCB, sediado no DF, explicando que uma carta anterior, datada de 8/9/41 e também dirigida a Vargas, era falsa e não representava a verdadeira orientação do PCB, pois defendia uma União Nacional com “completo apoio ao Estado Novo, apresentando-o como uma aspiração e necessidade do povo brasileiro”. Revelando a confusão presente nas fileiras comunistas, os três signatários da mensagem de 13/10/41 defendiam uma “união nacional democrática” que “entrelace as mais justas aspirações do povo brasileiro, dentro de um governo *constitucionalmente democrático*”. A seguir, no mesmo documento, afirmava-se que “o Estado Novo não pode participar, com os demais países americanos, na luta pela democracia, porque é uma ditadura que impossibilita toda e qualquer aspiração democrática da família brasileira”.⁵²

O episódio, mais do que uma confusão, expunha a disputa que ganhava contorno entre os comunistas e colocava o CR de São Paulo em choque com o bloco do Rio de Janeiro e da Bahia, que tomava forma na CNOP⁵³. Cada grupo, a partir deste momento, iniciaria suas respectivas movimentações com o objetivo de fazer arranjos políticos que fossem capazes de se tornar hegemônicos no PCB, a CNOP compondo em torno de Vargas e o CR de São Paulo buscando alianças com liberais e democratas a partir do grupo que ficou conhecido como CA – que entre outros, tinha CPJ em suas fileiras – e foi formado em 1943⁵⁴.

A política de união nacional se expressava pelo apoio incondicional dos comunistas ao presidente Getúlio Vargas e o combate ao nazifascismo num momento em que a Segunda Guerra Mundial começava a ganhar contornos decisivos com as potências europeias somando forças contra os países do eixo. Prestes, num discurso no estádio de São Januário em 23 de maio de 1945, expressa a posição oficial do PCB dialogando com os trabalhadores pela manutenção do “caminho democrático da ordem da paz e da união nacional” (PRESTES, 1945). A reorientação tática (PRESTES, 2001) no discurso do líder comunista desde a insurreição de 1935 apelava aos trabalhadores a submissão das suas demandas mais

⁵² PRESTES, Anita Leocádia. Da Insurreição Armada (1935) à União Nacional (1938-1945) – A virada tática na política do PCB. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

⁵³ Havia, além dos dois grupos em questão, uma tendência que ganhou expressão e voz no ex dirigente Fernando de Lacerda, que após a extinção da IC por Stalin em 1943, pretendia acabar com o PCB e qualquer organização ilegal e apoiar Vargas incondicionalmente. Tratava-se, na prática, de extinguir qualquer resquício do que foi o movimento comunista no Brasil sob a inspiração do que fez o secretário geral do Partido Comunista dos Estados Unidos, Earl Browder. Os assim chamados liquidacionistas, constituíam a menor das tendências que disputavam reorganização, tendo alguns, como o próprio Fernando de Lacerda, apoiado posteriormente o CA contra a CNOP (CARONE, 1991).

⁵⁴ Não é possível, a partir da bibliografia, determinar com exatidão a data de criação do CA. Nos seus diários, CPJ só vai mencioná-lo diretamente pela primeira vez entre os meses de março e abril de 1945, entretanto, Carone, Falcão e Sena Junior afirmam que já estava em atividade em 1943.

elementares em favor do esforço de guerra e do apoio a Vargas. A avaliação era de que ao fim da guerra não haveria legitimação para um regime como o Estado Novo, e que Vargas deveria convocar uma constituinte.

Os dissidentes de São Paulo, por outro lado não aceitavam o apoio conferido a Vargas e definiram uma linha de atuação contrária ao nazifascismo e contrária ao Estado Novo. Caio Prado, após da derrota definitiva do CA, tenta uma aproximação com os liberais da UDN, tendo inclusive formulado o nome do partido (MOTA, 1981), como será melhor explicado no próximo capítulo.

Após Conferência da Mantiqueira, realizada em agosto de 1943 pelo grupo da CNOP formado por Amarílio Vasconcelos, Maurício Grabois, Péricles Azevedo, Pedro Pomar, João Amazonas, Ivan Ribeiro, Francisco Leivas Otero e Júlio Cesar Machado (FALCÃO, 2012), em sua generalidade, militares egressos do tenentismo e recém-chegados a postos de direção, em detrimento dos antigos dirigentes e fundadores do PCB (SEGATTO, 1982, 2015). Na conferência foi ratificada, mas pela primeira vez de forma oficial (PANDOLFI, 1995), a linha de união nacional – apoiar Vargas e o envio de tropas brasileiras para a guerra – que deveria nortear a reorganização do PCB. A decisão advinda da Conferência da Mantiqueira precisava então prevalecer sobre os grupos dissidentes, e, embora tanto a imprensa oficial do partido quanto a historiografia mais alinhada com a CNOP e Prestes, de uma maneira geral, minimize as polêmicas concernentes ao processo de reorganização, ele se revela extremamente traumático.

Prestes, preso, não apoia categoricamente nenhum grupo nesse primeiro momento. CPJ, que seria um dos representantes do CA a tentar buscar o apoio de Prestes e trazê-lo para sua zona de influência (DULLES, 1985), mantinha grandes esperanças de que o líder comunista usasse seu prestígio em favor do referido agrupamento. Por sua vez, o CA se manteria nas atividades de base entre alguns poucos sindicatos paulistas, mas, principalmente, fazendo oposição à CNOP e à linha política aprovada na Conferência da Mantiqueira, a qual não consideravam legítima. Segundo Carone:

A ação do grupo não é extensa, limitando-se à luta a favor de criação de cooperativas operárias na zona fabril do Ipiranga, São Paulo; na Sociedade Amigos da América, liderada pelo general Manoel Rabelo, e voltada para o esforço da guerra; ou na publicação de revistas, como *Ilustração e Hoje*, onde aparecem artigos sobre a guerra, o esforço da Rússia, além de realce de problemas nacionais.⁵⁵

Por sua vez, Dulles observa que:

Uma das respostas à Conferência da Mantiqueira foi o estabelecimento, em fins de 1943, do Comitê de Ação, por comunistas avessos à cooperação com Vargas e hostis à transformação da CNOP em PCB. Um dos organizadores do Comitê de Ação foi Glauco Pinheiro Meneses, que participara do levante de 1935 em Pernambuco, fugira para o Paraguai e fora preso em meados de 1936 com Sócrates Gonçalves da Silva, perto da fronteira paraguaia. Fazendo campanha pela democracia e pela derrubada de Vargas, o Comitê atraiu grande número de seguidores entre estudantes e jornalistas, alguns dos quais não eram comunistas.

Líderes estudantis como Paulo Silveira, que romperam com a CNOP, uniram-se ao Comitê de Ação e tiveram papel preeminente na mais popular de suas campanhas: a da anistia. Contando obter para essa campanha apoio substancial dos sindicatos, no seio dos quais a CNOP ganhava adeptos, o

⁵⁵ CARONE, Edgard. Brasil: Anos de Crise (1930-1945). São Paulo: Ática, 1991. P. 335.

Comitê de Ação entrou em contato com CNOP. Mas a CNOP, decidida, desde a Conferência da Mantiqueira, a lutar pela anistia, não queria tomar parte numa campanha liderada por inimigos jurados de Vargas.⁵⁶

A oposição a Vargas, e por consequência, à CNOP e suas teses – e posteriormente, de forma mais explícita, também a Prestes – é o que de mais significativo subjaz à concepção de democracia do CA. Só é possível avaliar desta forma, como sustentamos no presente trabalho, entendendo o fio condutor que perpassa o PCB desde a ANL. O espírito aliancista que perdurou entre alguns comunistas e se expressou como uma concepção de partido democrático e nacional, assumiu, por vezes, a forma da nostalgia, ou do mais puro ressentimento. A centralidade da IC na coordenação dos partidos comunistas pelo mundo, que já era objeto de crítica dos aliancistas (BASBAUM, 1976), (BATINI, 1991) e (LIMA, 1982), arrefece a partir do momento que URSS entra na guerra ao lado dos aliados, em outras palavras, ao lado das potências capitalistas do ocidente e contra o nazifascismo.

É neste aspecto que a problemática ganha contornos mais drásticos, principalmente pela dificuldade do PCB em interpretar a realidade brasileira, o que se explica, entre outros fatores, pelo tratamento dispensado aos seus intelectuais. A disputa pela reorganização do PCB opunha divergências ideológicas claras, isto é, foi essencialmente, uma disputa de poder entre grupos distintos e suas respectivas visões de mundo, de partido e principalmente, suas análises de conjuntura e projeções para o futuro. O CA se apresenta entre 1943 e 1945 como uma ofensiva de quadros intelectuais outrora desprestigiados que avistaram a possibilidade de garantir a hegemonia do partido e moldá-lo, exatamente como fez a CNOP.

A luta pela democracia, principal mote do CA, expressava-se internamente tanto pela crítica à aproximação da CNOP com o Estado Novo, quanto pela crítica ao dogmatismo – que na década posterior suscitaria críticas ao stalinismo – que de certa predominou no PCB e relegou o grupo do CA, inspirados pela experiência aliancista de 1935, progressivamente isolados, ou estrategicamente distantes dos cargos de direção. Externamente, a ideia de democracia estava fundada numa aproximação com os liberais e democratas – termos que identificavam qualquer um que se opusesse ao Estado Novo – no sentido de uma composição de forças sociais decisivamente renovadora, porém imprevisível, quando não abertamente reacionária. Isso ficou mais claro com o desenrolar dos acontecimentos que culminaram com o final do Estado Novo e a deposição de Vargas e o surgimento da UDN, partido conservador que foi concebido por liberais e parte da esquerda brasileira, socialistas não marxistas e comunistas próximos ao CA.

Se para o CA Vargas era um entrave à democratização da sociedade brasileira pela sua aproximação com o fascismo, o seu ministro das relações exteriores, Oswaldo Aranha, mantinha boas relações com a diplomacia americana, o que aos olhos de alguns militantes do CA influenciados por Roosevelt (PRESTES, 2001) ia ao encontro das aspirações democratizantes no pós Estado Novo. A CNOP, cabe ressaltar, também reivindicava, a despeito das acusações mútuas, um caráter democrático (DULLES, 1985) fundando seu apoio ao Estado Novo na inevitabilidade de redemocratização após a guerra, que teve sua primeira virada em 1943, quando o Exército Vermelho impôs a primeira derrota aos alemães na Batalha de Stalingrado.

O fator determinante nessa disputa seria Prestes. Ainda que adversários, os dois grupos reconheciam, de forma mais ou menos crítica, a liderança e o prestígio de Prestes, e que sua manifestação em favor de um ou outro implicaria na legitimação do respectivo grupo como o PCB. Prestes apoia a CNOP em 1944, reafirma a linha de união nacional e o apoio ao Estado

⁵⁶ DULLES, John W. Foster. O Comunismo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. P. 254-255.

Novo no momento decisivo da guerra, consolidando a tradição do partido representada pela CNOP.

Com a derrota política, o CA não se dissolveu instantaneamente. CPJ articulava a criação da UDN, uma “frente democrática”, ao mesmo tempo em que tentava construir uma oposição a Vargas em espaços privados como o I Congresso Brasileiro de Escritores, ocorrido no início de 1945 – evento essencialmente elitista e exclusivo de intelectuais – e que congregava uma variedade de opositores de Vargas que:

A despeito da influência, os comunistas eram minoria no Congresso, do qual participavam aproximadamente 250 escritores. Mas seu ódio ao Estado novo era partilhado por outros. Liberais e comunistas advogavam resoluções em favor da democracia, da liberdade de expressão e da restauração da república na Espanha. Adotaram a proposta de Paulo Zingg, que atacava diretamente o DIP. Pedro Mota Lima, Astrojildo Pereira, Antonio Franca, Carlos Lacerda e Antonio Candido de Melo e Sousa (sic) encontravam-se entre os assinantes da longa proposta com sugestões, como a educação livre em todos os graus, destinada a democratizar o ensino. [...]

Típica do sentimento antigetulista dos intelectuais comprometidos com o comunismo era a atitude de dois escritores delegados do Congresso, Astrojildo Pereira e Cristiano Cordeiro, que tinham figurado entre os nove fundadores do PCB em 1922.

Astrojildo, adversário da CNOP, presidiu a primeira sessão plenária do Congresso de Escritores e foi eleito secretário da comissão de assuntos políticos. Redigiu a primeira versão da Declaração de Princípios, a qual, antes de adotada por aclamação, foi revista por dois outros membros da comissão política, o não-comunista José Eduardo do Prado Kelly (presidente da comissão) e o comunista Caio Prado Junior.⁵⁷

Com um raio de atuação bastante restrito entre as camadas populares e grandes sindicatos, o CA viu sua influência dispersar e diluir-se em algumas associações civis e círculos intelectuais interessados no tema da democracia. Após a saída de Prestes da prisão, a CNOP consolidou-se como o PCB e iniciou uma grande campanha por uma constituinte com Vargas, até a sua deposição e o retorno à ilegalidade.

2.4 O PCB e a questão democrática: uma avaliação

Ao longo de sua história, desde a sua formação em 1922, o PCB enfrentou uma série de disputas internas, além da *sisífrica* tarefa de existir. O partido constituiu-se assim como o maior, mais influente e relevante partido do campo da esquerda brasileira – e possivelmente da América Latina – até o final da ditadura militar, quando começa a perder relevância durante a redemocratização e até os anos 1990, quando sai enfraquecido da maior de suas cisões, perdendo militantes e parlamentares que enxergavam na queda da União Soviética uma conjuntura favorável para a superação do comunismo.

Surgido num período no qual as oligarquias se revezavam no poder e sendo colocado na ilegalidade poucos meses após sua fundação por Epiácio Pessoa, condição na qual passaria a maior parte de sua existência, o PCB tinha ainda o desafio de propor soluções transformadoras para os problemas nacionais e ser, de fato, um partido revolucionário. Surgido sob o influxo da Revolução Russa em militantes anarquistas, não são poucos os autores que sustentaram a tese de que o “vazio teórico” do PCB – na visão desses autores, a falta de elaboração marxista a partir da complexidade da realidade nacional – estava ligada à

⁵⁷ DULLES, John W. Foster. Op. Cit. p. 262-263.

sua origem anarcossindicalista (KONDER, 1980), (DEL ROIO, 1990), (BRANDÃO, 1997), (ZAIDAN FILHO, 1985), (RICUPERO, 2000). O partido era vinculado – assim como todos os partidos comunistas que surgiram sob influência da Revolução Russa – à IC, que tinha centralidade e superioridade hierárquica perante os PCs do resto do mundo, com todos os problemas que isso poderia acarretar e acarretou.

O crescimento e a experiência alcançada pelo PCB, forjados nas lutas sociais ao longo do século XX, o tornaram relevante no cenário político brasileiro e internacional, assim como a sua complexificação social interna começou impô-lo desafios ao consenso. Apesar disso, “as correntes ligadas ao campo do marxismo político brasileiro não têm porque aceitar marco zero de ideias de esquerda” (SANTOS, 2009), a trajetória do PCB oferece um legado muito amplo de materiais e ideias que certamente devem fazer parte da construção de alternativas, seja como pontos de partida, ou como superação crítica. Desse modo, é inescapável considerar a matriz pecebista que dá origem ao que de melhor se produziu no campo do pensamento social brasileiro, influenciado por suas rupturas, inflexões, revisões e autocríticas.

Na década de 1930, com a ANL, o PCB inaugura uma relativamente bem-sucedida política de frente na qual congregou setores médios, liberais, egressos do tenentismo e trabalhadores contra o governo Vargas. A capacidade mobilizadora da ANL só se desfez com a reação do governo ao levante de 1935, liderado, entre outros, por Luiz Carlos Prestes. A capacidade agregadora e democratizante expressa no slogan “Pão, Terra e Liberdade” criou um ponto de inflexão na historiografia que seria potencializado com a declaração de março de 1958 e a atuação do PCB nos anos da ditadura, um emblema que impactaria decisivamente a história do PCB e sua relação com o seu maior expoente, Luiz Carlos Prestes.

Após a morte de Stalin e a apresentação do relatório de Krushev no XX Congresso do PCUS em 1956, fato que teve reflexos no movimento comunista ao redor do mundo, o PCB buscará, através da “autocrítica”, uma renovação, a primeira pela qual passa o partido de acordo com Santos (1988). Tal renovação não se deu de maneira fácil, rápida, ou consensual, mas lentamente, através do debate e da tomada de posições e da crítica aberta e frontal ao stalinismo, em oposição a manifestações tímidas ou a simples ignorância (SANTOS, 1988). Isso significou uma mudança que se refletiu na Declaração de março de 1958 e se consolidou como emblema da linha política do PCB na resistência à ditadura a partir de 1964, caracterizando-se pela valorização da democracia como valor universal e âmbito privilegiado para a ação, colocando sob escrutínio suas escolhas pretéritas, o que gerou traumas como a cisão que deu origem ao PCdoB em 1962.

Santos (1992) identifica dois grupos renovadores da tradição *pecebista*, um em 1956-1957 e outro em 1976-1983, mas esclarece que a noção de *pecebismo* como uma “longa trajetória de pensamento no interior do partido que rompe com a ideia de revolução a curto prazo” (SANTOS, 1992) e que opunha a democratização progressiva à modernização conservadora e excludente. Desse modo, tal inflexão incidiu de forma decisiva em parte da historiografia dessas décadas – como é possível perceber mais claramente nas memórias dos dissidentes selecionadas neste trabalho – que passou a reavaliar a história do PCB, isto é, a promover uma *revisão* a partir da derrota das esquerdas no ato do golpe em 1964, e no recrudescimento da ditadura, em 1968, com o AI-5. Tal revisão possui duas características fundamentais que podem desenrolar-se desenvolver em outras, mais ou menos radicalizadas: crítica ao marxismo-leninismo (referido também como stalinismo), e conseqüentemente à liderança de Prestes e sua influência ao longo do tempo no PCB, e a elevação da frente única como tática privilegiada de ação política, resultando no gradualismo reformador pluriclassista, afastando-se da tese de centralidade operária (SANTOS, 1992).

Ao publicar o ensaio *A democracia como valor universal* em 1979, Carlos Nelson Coutinho estabeleceu um marco nos debates na esquerda brasileira, principalmente pela tão propalada “derrota da luta armada” no Brasil, mas por conferir centralidade à ideia de

democracia como condição *sine qua non* para o socialismo – e também, ressalta-se, o socialismo como condição para o estabelecimento da democracia – e defender uma proposta de construção que se distanciasse do modelo soviético, oriental. Influenciado tanto por Lukacs e Gramsci quanto pelo eurocomunismo, mais especificamente o do PCI de Berlinguer, o autor afirmava que:

Não seria difícil mostrar como a formação desses sujeitos políticos coletivos — não previstos pela atomista teoria liberal clássica — corresponde aos processos de socialização da produção que se acentuam no capitalismo e, em particular, no capitalismo monopolista de Estado. Portanto, é a própria reprodução capitalista enquanto fenômeno social global que impõe essa crescente socialização da política, ou seja, a ampliação do número de pessoas e de grupos empenhados politicamente na defesa dos seus interesses específicos. A essa socialização objetiva da participação política deve corresponder, em medida cada vez maior, uma socialização dos meios e dos processos de governar o conjunto da vida social. Nesse sentido, o socialismo não consiste apenas na socialização dos meios de produção, uma socialização tornada possível pela prévia socialização do trabalho realizada sob o impulso da própria acumulação capitalista; ele consiste também — *ou deve consistir* numa progressiva socialização dos meios de governar, uma socialização também aqui tomada possível pela crescente participação das massas na vida política, através dos sujeitos políticos coletivos que as vicissitudes da reprodução capitalista — sobretudo na fase monopolista — impõem às várias classes e camadas sociais prejudicadas pela dinâmica privatista dessa reprodução.

Em outras palavras: o socialismo não elimina apenas a apropriação privada dos frutos do trabalho coletivo; elimina também — *ou deve eliminar* — a apropriação privada dos mecanismos de dominação e de direção da sociedade como um todo. A superação da alienação econômica é condição necessária, mas não suficiente para a realização do humanismo socialista: essa realização implica também a superação da alienação política.⁵⁸

A intervenção de Coutinho, a partir do resgate da relação dialética entre base e superestrutura, localizava na segunda possibilidades efetivas de ação que parte das esquerdas que enveredaram pela luta armada não reconheciam, isto é, seria viável, na conjuntura brasileira, formar consensos em torno do socialismo – ou da resistência democrática à ditadura – e dar direção a interesses sociais convergentes a partir da complexificação e organização desses interesses sociais por múltiplos sujeitos coletivos – aparelhos privados de hegemonia, nas palavras de Gramsci – que estão atuando na sociedade civil e em sua relação com o Estado (sociedade política). Como alguns intelectuais de sua época, especialmente aqueles ligados ao PCB, significava, em termos práticos, admitir a impossibilidade de derrotar ditadura através do confronto aberto, e trabalhar na construção da resistência democrática⁵⁹.

⁵⁸ COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. Disponível online: <https://www.marxists.org/portugues/coutinho/1979/mes/democracia.htm>

⁵⁹ É preciso ressaltar que a “resistência democrática” não ficou restrita aos comunistas e liberais que optaram por militar pelas liberdades democráticas dentro e fora do âmbito institucional possível, uma vez que parte do revisionismo cometido pela historiografia brasileira e relação ao golpe exclua os grupos de esquerda ditos “radicalizadas” ou que se engajaram na luta armada contra a ditadura da “resistência democrática”, apontando sua irresponsabilidade de atuação, e consideradas como parte de um projeto de revolução antidemocrático que pretendia “instaurar a ditadura do proletariado”, sendo, por vezes acusadas de terem desencadeado a reação do aparato repressivo da ditadura. O que essa historiografia convenientemente ignora é que a ideia de ditadura do proletariado, ainda que pareça

A crítica ao marxismo-leninismo – ou ao stalinismo – que passa a atravessar em maior ou menor grau os comunistas a partir da declaração de março de 1958, ganhou vulto durante a ditadura e a “resistência democrática” empreendida pelos comunistas. Segundo Santos (1994), tratava-se de uma cultura política essencialmente democrática que considerasse as particularidades da formação brasileira e privilegiasse política de frente única, no que o autor chamou de *pecebismo*, palavra que sintetiza todo universo conceitual e de ação dos comunistas brasileiros a partir da crítica ao “socialismo real” soviético.

Tais modos de agir não se constituíam como uma novidade, a IC, já nos anos 1930, reconhecia as experiências de frente ampla contra o fascismo. Além disso, como procuramos demonstrar, alguns grupos dentro do PCB já se afastavam da ideia de serem apenas uma ramificação da IC. Zaidan Filho (1985) aponta lacunas na construção história oficial da criação do PCB ao observar que o partido em seus primórdios já se afastava da influência das ideias anarquistas em direção a uma elaboração própria, embora elementar, do marxismo. Marcos Del Roio observa que:

Entre 1927 e meados de 1929, vinha se formando no PCB um grupo dirigente, ao mesmo tempo que, de modo relativamente autônomo, procurava-se formular um projeto revolucionário centrado na classe operária, buscando compreender os mecanismos da crise de dominação oligárquica. Essa relativa autonomia de elaboração da linha política em relação à IC terminou no momento em que se estabeleceu a ditadura stalinista na União Soviética em meados de 1929, estendida às seções da IC, na mesma época em que aumentava o interesse pela América Latina e particularmente pelo Brasil. Assim, uma intervenção direta da IC no PCB, a partir do segundo semestre de 1929, colaborou para desarticular o grupo dirigente do PCB, bloquear o desenvolvimento da análise crítica da formação social brasileira e isolar politicamente a classe operária no processo de desagregação da ordem oligárquica.⁶⁰

Tendo em conta que a centralização a qual se refere Marcos Del Roio não se inicia com a chegada de Stalin ao poder na URSS, é possível encontrar exemplos de divergências entre o partido e seus intelectuais militantes. É preciso considerar, entretanto, que as iniciativas de interpretar o Brasil à luz do marxismo, foi, na primeira década de existência do PCB, uma tarefa que se mostrou improfícua.

A exceção foi a atividade intelectual de CPJ, que inicia na década de 1930 uma obra de indiscutível valor para o pensamento social brasileiro, entrando, quase sempre em conflito com as ideias de seu partido. O historiador é um dos primeiros dentro do PCB a reconhecer a importância da democratização da sociedade brasileira para que esta superasse a alienação política, no sentido da socialização dos meios de decisão, a qual se referia Carlos Nelson Coutinho. Nesse sentido, CPJ, antes da construção do seu paradigma revolucionário em A

extemporânea, não tem a ver necessariamente com a ditadura política e a restrição de direitos como algumas experiências que ganhavam notoriedade naquela conjuntura, mas sim com a possibilidade do proletariado deliberar diretamente a partir da conquista do poder, como pontua Engels ao relacionar o referido conceito com a Comuna de Paris (<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1871/civil-war-france/postscript.htm>). Sobre a questão da “desvalorização da política” atribuída aos grupos armados, cabe dizer que faz parte de uma narrativa construída a posteriori para desqualificar *um tipo* de resistência à ditadura e valorizar *outro*. Sobre essa questão, ver: RIDENTI, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970". In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (Org.) Revolução e democracia (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁶⁰ DEL ROIO, Marcos. A Classe Operária na Revolução Burguesa – A política de alianças do PCB: 1928-1935. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

Revolução Brasileira em 1966, vai, através de sua militância, elaborar uma teoria revolucionária que fosse entendida como transformação de longo prazo dentro das exigências da realidade nacional. Isso ficou explícito através da análise de sua militância ao longo da década de 1930 e 1940 (cap. III), na qual CPJ empreende um esforço hercúleo para a formalização de uma frente democrática contra Vargas e o Estado Novo, e oposição à união nacional proposta pelo PCB. O historiador entendia que a tarefa do partido era estar ao lado dos interesses da população e deveria estar aberto a uma conformação interna menos rígida, dinâmico, nas palavras de Iumatti (1998) aproximando-se de setores democratas para construção de um projeto nacional e afastando-se da ideia de partido-seção da IC.

O contexto da militância de CPJ explorado nesta dissertação se limita à ditadura do Estado Novo e seus antecedentes imediatos a partir da Revolução de 1930, localizando Caio Prado na conjuntura de uma modernização autoritária posta em curso pela industrialização via Estado (VIANNA, 1976). Vianna (1989) ainda atentaria para a emergência de uma “expressividade moderna” no seio da sociedade civil em oposição ao arcaísmo representado pelo Estado Novo. Nas palavras de Vianna:

O tema nacional, então confundido com a industrialização do país torna-se o *leitmotiv* do regime de 1937, e o Estado Novo se apresenta para a sociedade, inclusive pelo seu reconhecimento dos direitos sociais do proletariado urbano, como realmente novo.

Agente da modernização, o Estado se afirma perante a sociedade como mais moderno que ela. Além de reprimidos, os comunistas se vêem expropriados do seu discurso. O Estado Novo se apresentaria como o embrião de um desejado capitalismo de Estado progressista e identificado com a expansão das forças produtivas nacionais.⁶¹

A constatação de Vianna já tinha sido de certa forma observada por CPJ no contexto da transição de 1945 e através de todo o esforço do historiador para consolidar a oposição ao Estado Novo, e posteriormente, em *A Revolução Brasileira*. Na visão de CPJ, o PCB naquela conjuntura deveria ser um agente coletivo de politização e coligação das forças democráticas anti Estado Novo, enraizar-se na sociedade civil e generalizar os interesses democráticos. Não por acaso, Santos (2001) vai enxergar em CPJ uma espécie de vanguarda da “tradição pecebista” antes da divulgação do relatório de Krushev e a generalização da crítica ao stalinismo. Dessa forma o *pecebismo* nos é apresentado não como *uma* forma superior de se fazer política (SANTOS, 1994), mas como *a* forma de fazê-la, privilegiando a formação de coligações pluriclassistas, e rompendo com a ideia de revolução a curto prazo. Trata-se, segundo o autor, de um pensamento moderno, avançado e responsável (SANTOS, 1994, 2009, 2012). Como consequência, a influência revolucionária de 1917 foi pulverizada ao longo do tempo não só como referência obrigatória para o desenvolvimento de uma alternativa anticapitalista, mas como exemplo de anacronismo político numa sociedade ocidental com uma “expressividade moderna” e uma sociedade civil desenvolvida em oposição a um Estado historicamente com tendências à centralização.

A problemática entre o binômio Estado-sociedade civil ganhou novos contornos a partir da difusão das ideias de Gramsci no Brasil, algumas décadas depois de sua morte. Há, entretanto, algumas divergências conceituais que permeiam as apropriações do pensamento do intelectual Italiano, o que frequentemente, com maior ou menor precisão, expõe as raízes

⁶¹ VIANNA, Luiz Werneck. Questão nacional e democracia: o ocidente incompleto do PCB. In: VIANNA, Luiz Werneck. *A Transição – Da constituinte à sucessão presidencial*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1989. P. 136.

teóricas de seus enunciadores. Desse modo, o sociólogo e professor José Antonio Segatto observa:

O Estado no Brasil, independentemente das formas e composições que assumiu nos diferentes momentos e períodos (Monarquia e República; imperial, oligárquico, corporativo, ditatorial, liberal, democrático), tem ao longo da história uma característica essencial comum: de se impor autoritariamente sobre a sociedade civil. A classe dominante organizou o Estado como um aparato de poder exclusivo, dissociado da sociedade. Sem capacidade dirigente ou hegemônica, valeu-se sempre do Estado para exercer seu domínio pela coerção. Em quase todas as tentativas de organização, mobilização, reivindicações, contestação da ordem, por parte das classes dominadas, o Estado agiu prontamente para impedi-las, seja pela repressão pura e simples ou por outras formas como a manipulação e a cooptação ou ainda por meio da criação de instrumentos jurídico-políticos de controle e exclusão.⁶²

A oposição, por vezes tácita, entre os conceitos de Estado e sociedade civil admitindo que o primeiro seja o âmbito da coerção, enquanto o segundo o do consenso e da livre associação na qual se possa contrapor ou regular o poder estatal nos curtos limites da democracia – sob hegemonia burguesa. Chambers e Kopstein (2001) argumentariam num artigo intitulado *Bad Civil Society* (Bad Civil Society Author(s): Simone Chambers and Jeffrey Kopstein Source: *Political Theory*, Vol. 29, No. 6 (Dec., 2001), pp. 837-865 Published by: Sage Publications, Inc.) que o fortalecimento da sociedade civil não se relaciona necessariamente com o fortalecimento da democracia liberal. O argumento dos autores é que a sociedade civil como espaço de formação de associações livres está igualmente atravessada por grupos que eventualmente estão reunidos sob alguma forma de consenso reacionária e antidemocrática. Num sentido similar a historiadora Sônia Regina de Mendonça afirma:

No entanto, se a luta de hegemonias em Gramsci não é apenas uma luta entre visões de mundo, mas igualmente uma luta entre as agências que dão suporte material a essas ideologias, articulando o consenso das grandes massas, é óbvio que os cortes classistas e suas divergências atravessam as próprias agências, muitas vezes contrapondo-as umas às outras. Neste sentido, a sociedade civil guarda não somente forte dose de conflitividade, como também de coerção, equivocando-se os que a tratam como mero “espaço de liberdade”, pelo simples fato situar-se em âmbito distinto do Estado restrito.⁶³

A partir das observações de Mendonça e tendo em consideração o conceito de Estado formulado por Gramsci em seu sentido ampliado, a sociedade civil passa a ser concebida em sua heterogeneidade na qual uma variedade de interesses e ideologias disputam hegemonia, assim como suas respectivas agências. Nesse sentido, mesmo sociedades capitalistas avançadas, com um alto grau de ocidentalização, no qual a sociedade civil possui força, expressão e direção, podem ser o nascedouro de expressões políticas autoritárias, regressivas ou restauradoras, uma vez que mesmo o argumento liberal reconhece que o Estado tem poder

⁶² SEGATTO, Jose Antonio. Política, relações sociais e cidadania. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP); Rio de Janeiro: Contraponto, 2015. P. 107.

⁶³ MENDONÇA, Sonia Regina. Sociedade Civil em Gramsci – Venturas e Desventuras de um Conceito. IN: Sociedade Civil – Ensaios Históricos. Dilma Andrade de Paula; Sonia Regina de Mendonça (orgs.). Jundiaí: Paco Editorial, 2013. P. 20.

para favorecer, se apropriar ou “cooptar” práticas, discursos ou organizações inteiras em detrimento de outras. Tal aspecto nos faz ponderar que a direção do Estado se dá pela sua base social de apoio em detrimento de outras e *apesar* da oposição de outras, isto é, a premissa marxista fundamental sobre o Estado – expressão da classe dominante – sob a investigação de Gramsci ganha complexidade ao identificar as possibilidades de ação revolucionária ainda que nos marcos da democracia.

Dessa forma, a contradição fundamental não está na aparente oposição Estado-sociedade civil, mas nas classes e frações de classes das quais o Estado é instrumento e expressão de hegemonia e sua respectiva base na sociedade civil em oposição às classes não hegemônicas e suas respectivas agências, inclusive instâncias estatais não hegemônicas. Gramsci expande os limites da luta anticapitalista que não estaria mais restrita a combater seus fundamentos econômicos, mas suas práticas cotidianas de ordem ideológico-culturais (MENDONÇA, 2013 p. 21). Isso significa que o Estado não é um espaço de exercício exclusivo de dominação, “ele pode expressar instâncias universais que se originam na luta das classes subalternas” (LIGUORI, 2007 p. 54 – roteiros para Gramsci rio de janeiro editora ufrj). Ainda de acordo com Liguori (2007), só uma análise histórico-concreta poderia estabelecer as potencialidades positivas ou negativas tanto da sociedade civil quanto do Estado.

Assim o conceito de *pecebismo* se constitui *a posteriori* numa conjuntura na qual a os comunistas brasileiros – ou pelo menos uma parte deles – passaram a olhar para o passado do partido como uma série de erros sucessivos e a valorizar a ideia de democracia, conjuntura essa, ressalta-se, de colapso da URSS. Considerando que a centralidade do pensamento de Gramsci, que passa a ter influência crescente no PCB a partir da segunda metade do século XX, não está na questão da democracia – embora a englobe – nem muito menos na defesa do “Estado democrático de direito” como forma avançada de organização social, a defesa do *pecebismo* como cultura política que sintetiza os traços característicos da ação dos comunistas brasileiros nos esclarece, por conseguinte, mais sobre o momento de sua elaboração do que propriamente sobre a história do PCB.

Como procuramos demonstrar a partir do objeto desta dissertação, o PCB esteve marcado por diferenças conceituais e político-ideológicas desde muito cedo. O marco da ANL passou a representar a amplificação de um horizonte político, nos anos 1940 como acumulação de forças e enfrentamento ao Estado Novo por militantes que não tiveram a importância devidamente reconhecida no partido, e a partir da década de 1980, como expressão dos limites do que é possível, isto é, como forma privilegiada de fazer política a formação de frente única com setores liberais e não comunistas – por vezes anticomunistas – colocando a centralidade da lutas sociais dentro dos limites da democracia. No primeiro caso, sob um Estado ditatorial com forte influência sobre as classes trabalhadoras, o tema da democratização da sociedade brasileira emerge como ponto estratégico da transformação proposta por CPJ, embora o historiador reconheça que sua articulação superestimou os anseios democráticos de seus interlocutores na UDN⁶⁴. No segundo, ela é a base ideológica para o argumento que enterra qualquer alternativa à ordem mundial no imediato período pós-Guerra Fria e constrói uma narrativa positiva das divergências que permaneceram no PCB até o a Declaração de março de 1958 e, por consequência, passa desvalorizar os rumos do partido e de sua direção, especialmente a figura de Luiz Carlos Prestes, maior expoente do PCB.

A partir dessa reorientação, os reflexos na historiografia se tornam visíveis principalmente nas décadas de 1980 e 1990, a partir da abertura da ditadura militar e em consonância com os últimos anos da URSS. O livro *O Pecebismo Inconcluso*, obra de grande

⁶⁴ Ver a entrevista concedida pelo historiador ao jornalista Lourenço Dantas Mota em A história vivida. O assunto é tratado mais detidamente no próximo capítulo.

influência sobre a referida vertente comunista e cuja primeira edição data de 1994, buscava teorizar o que o autor, Raimundo Santos, chamou de *pecebismo*, tema que ainda retomaria em artigos e livros. Em *A Esquerda Positiva – As duas almas do PCB*, obra que se origina da tese de doutorado defendida em 1992 do cientista político e editor chefe do jornal *A Voz da Unidade*, Gildo Marçal Brandão, procura reavaliar a história do PCB destacando a estratégia de frente democrática e negando o paradigma revolucionário, destacando a aliança com os liberais. No mesmo sentido, escrevem Dulce Pandolfi (1995), Leandro Konder (1980) e Berenice Cavalcante (1986), cuja obra, também originada de sua tese de doutorado, realiza uma profunda crítica tanto ao PCB quanto à figura de Prestes.

Desse modo, faz sentido que essa vertente de pensamento tenha em CPJ uma de suas principais referências no Brasil, já que o historiador foi um dos primeiros dentro do partido a tratar do tema da democracia e incluí-lo na sua teoria revolucionária. É necessário, entretanto, pontuar algumas diferenças entre CPJ e a referida vertente. O historiador não pensava em extinguir o PCB como alguns de seus contemporâneos por ocasião do encerramento da IC, mas em agir na conjuntura, premissa fundamental de sua teoria revolucionária. As possibilidades postas à frente de CPJ e do PCB nos anos 1940 eram basicamente duas, a linha política vitoriosa de união nacional que na prática tirava o PCB da oposição, e a derrotada, que significava construir uma aliança com os liberais que se opunham ao Estado Novo e com a qual o historiador pensava haver uma direção política comum. O que esperamos demonstrar no próximo capítulo, através dos diários do próprio CPJ, é que especificamente no período ao qual nos referimos o que unia os liberais aos dissidentes comunistas era, de forma estrita, a oposição a Vargas.

Embora não fosse um leitor de Gramsci, CPJ observava a importância do fortalecimento da vida social – termo análogo ao de sociedade civil – como contraposição à coerção de Estado, que no momento em que o historiador está militando no CA se caracteriza por seu viés ditatorial e centralizador. É preciso ressaltar ainda, que a teorização de CPJ se propõe transformadora e aponta para superação do capitalismo, – ainda que de forma gradual – processo no qual o estabelecimento da democracia está intrinsecamente relacionado. O historiador agia nos limites de suas próprias formulações e de seu próprio tempo.

CAPÍTULO III

CAIO PRADO JUNIOR: TEORIA E PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA NO PÓS-ANL

3.1 Depois da tragédia: ampliando o leque de alianças

Os primeiros diários escritos por CPJ após sua saída da prisão datam de 1937, quando ele ainda se engajava na campanha de Armando Salles para as eleições presidenciais abortadas de 1938. Ex-presidente regional da ANL, extinta em 1935, e ideologicamente muito próximo ao CR de São Paulo, onde grande parte dos dirigentes eram ex-aliancistas (PRESTES, 2001), Caio oferece, involuntariamente e muitos anos após, através de seus escritos, uma perspectiva que embora pessoal, possibilita que os pesquisadores construam uma linha de raciocínio na qual sua militância política esteja articulada à sua orientação teórica. Mais do que isso, possibilita compreender a conjuntura do período em questão a partir de um dado de realidade, as disputas em que esteve envolvido e os dilemas na sua trajetória política. Constituem os diários prolífico e interessantíssimo corpus documental menos para as pretensões de análise do período em questão do que para uma atualização da perspectiva revolucionária expressa por sua militância aliada à sua construção teórica, em suma, sua práxis revolucionária.

O historiador e professor Paulo Teixeira Iumatti (1998) foi quem pioneira e sistematicamente explorou os diários de CPJ para compreender os momentos chave do ano de 1945. O empreendimento de Iumatti está focado essencialmente nas movimentações daquele ano e busca legitimar as escolhas do historiador frente às grandes polêmicas que se interpunham entre CPJ e o PCB naquela conjuntura. Mais recentemente, o material referido foi explorado na tese de doutorado do historiador Yuri Martins Fontes Leichsenring, *O Marxismo de Caio Prado e Mariátegui – Formação do pensamento Latino-Americano contemporâneo*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo em 2015. O trabalho de Leichsenring estabelece uma comparação entre as ideias de CPJ e José Carlos Mariátegui e a influência do marxismo no projeto nacional elaborado pelos respectivos intelectuais. Dentre o grande *corpus* documental da tese de Leichsenring, os diários possuem uma função acessória assim como nas obras *Caio Prado Junior – O sentido da revolução* (2008) e *Caio Prado Junior – Uma biografia política* (2016), respectivamente dos historiadores Lincoln Secco – orientador de Yuri Leichsenring – e Luiz Bernardo Pericás, obras de cunho predominantemente biográfico.

Na presente dissertação os referidos diários constituem aporte fundamental para o desenvolvimento da hipótese que ora embasa nossa análise. Tratamos de localizar CPJ e sua obra na conjuntura à qual o historiador está inserido e os reflexos da referida conjuntura na sua práxis.

Em fevereiro de 1937, Caio Prado, que fora preso em 1935 por causa de seu envolvimento com ANL e libertado apenas naquele ano, demonstrava pessimismo em relação à articulação em torno de Armando Salles por conta de notícias veiculadas nos periódicos *Diário de São Paulo* e *Estado de São Paulo* (*Diário Político* número 2, CPJ002 – 226, 1937, pag. 217) de que o acordo em São Paulo não se concretizaria. Anota, entretanto, no dia 18 de fevereiro que as articulações em São Paulo estariam se fortalecendo com representantes do Rio Grande do Sul:

Dia de grandes atividades em torno do problema de sucessão. Estiveram reunidos os deputados Otavio Mangabeira, Roberto E. Moreira, João Carlos Imaculado e Waldemar Ferreira. Este último, líder da bancada pecuarista, continua procurando articular as oposições coligadas em torno da candidatura de Armando Salles. Falando em jornais o sr. Mangabeira afirma que encara c/ grande simpatia o bloco São Paulo – Rio Grande.

O sr. Waldemar Ferreira estava em Petrópolis, passando a tarde c/ o presidente da república.

A candidatura Salles parece que ganha terreno novamente. As declarações de João Carlos Machado de (ilegível), a estadia em Porto Alegre de Assis Chateaubriand, naturalmente emissário do sr. Armando junto a Flores, indicam que as démarches para a articulação do P.C. com o situacionismo gaúcho prosseguem.

E no momento parece que contam c/ probabilidade de êxito.

Doutro lado, oposições coligadas.⁶⁵

Caio assumia a tarefa de tentar organizar uma frente antivarguista de caráter liberal-democrática. Havia consenso entre os paulistas que anseios revolucionários *rupturistas* não se apresentavam como possibilidade de transformação. Assumiram, dessa forma, uma postura *etapista* na qual importava mais a tarefa de construção política de um *processo* democrático que pudesse garantir, conjuntamente, o combate a Vargas e ao fascismo. Não sem contradições, entretanto. O empenho de Caio Prado em formar, a partir de uma frente ampla, um consenso dentro do PCB em oposição a Vargas, era só mais uma expressão da profunda divergência entre a direção e o CR de São Paulo. Assim, aproximou-se por exemplo do deputado Roberto Moreira que à revelia do partido assinou um manifesto em apoio à candidatura de Armando Salles junto com outros membros dissidentes do PRP, que oficialmente apoiava José Américo. Entre as justificativas dos dissidentes perrepistas, constava que Salles não estava “entre os dos que depuseram, encarceraram e baniram o grande presidente Washington Luís”⁶⁶.

Além de Moreira, outro interessado na composição por Armando Salles segundo os registros de Caio Prado, era o deputado Otavio Mangabeira, que perderia o mandato com a instauração do Estado Novo e mais tarde ingressaria na UDN.

É possível perceber a intrincada articulação que Caio pretendia construir com uma orientação política determinada, mas com elementos tão distantes de qualquer causa histórica do PCB ou dos trabalhadores. Se Caio era, ele mesmo, um dissidente, cabe salientar que o PCB se encontrava sem uma direção forte e influente que pudesse unificar o partido, uma vez que Prestes ainda estava preso. Ao contrário de nosso intelectual militante, os quadros citados, estranhos a qualquer luta social do PCB e dos trabalhadores, mantinham a histórica resistência paulista a Vargas, mas não indicavam qualquer possibilidade de compor uma frente como uma ANL. Mesmo uma composição que pudesse, através de um projeto, dar um impulso transformador ao país, como teorizado em *A Revolução Brasileira*, parecia distante. Embora a preocupação essencial de Caio Prado seja a construção de uma sociedade democrática e o ingresso das classes subalternas na política (PRADO JUNIOR, 1977), destacava-se, no nível das ideologias e pelas possibilidades de composição da frente, mais o antivarguismo que a própria democratização do país. As articulações em torno da candidatura de Armando Salles

⁶⁵ Diário Político número 2. CPJ002 – 231, 1937. pag. 229.

⁶⁶ Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20PAULISTA%20\(PRP\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20PAULISTA%20(PRP).pdf)

cessarão, entretanto, com o Estado Novo, instaurado em novembro de 1937 e sobre o qual Caio Prado só voltaria a fazer um registro em dezembro do mesmo ano:

Dezembro de 1937

Situação inalterada no país. O governo é absolutamente senhor da situação e está contando com apoio das forças armadas e grande parte das correntes políticas. As situações nos estados agitaram o nosso regime, as oposições desapareceram de cena. Não houve prisões políticas. Apenas os sr. Armando Salles, Artur Bernardes e Pedro Ernesto foram confinados em pequenas cidades do interior de Minas, onde permanecerão em domicílio forçado.

O governo dissolveu os partidos políticos (ilegível) não houve a menor reação. Apenas elementos integralistas isolados tentaram protestos mais ou menos isolados.

[...]

A situação econômico-financeira é de expectativa. A liberação do comércio do café e sua desoneração fiscal trouxeram grande satisfação e grandes esperanças. Mas seguindo uma queda brusca de cotações, o que obrigou o governo, dada a representação do fato sobre a balança comercial, a tomar providências relativamente ao câmbio, que foi submetido ao rigoroso controle, (ilegível), criando-se numa taxa de 3% sobre as operações cambiais, taxa cujo produto (ilegível).⁶⁷

Após o golpe, e suspensas as eleições presidenciais, inicia-se um período de recrudescimento do poder repressivo de Vargas, abertamente um ditador a partir de então. As prisões políticas que Caio afirma não existirem nesse momento iriam se intensificar no início da década de 1940, especialmente entre os comunistas. Ainda no mesmo diário o historiador deixaria clara sua avaliação sobre o Estado Novo:

Politicamente o golpe do novembro é o epílogo de uma revolução no sentido do fortalecimento crescente do poder executivo c/ o paralelo enfraquecimento e desmoralização dos demais poderes. Paradoxo histórico: a fase que se segue à revolução de 30, (ilegível) sob uma bandeira liberal, anti-autoritária, visando particularmente o poder executivo do presidente da república, uma fase se encerra justamente c/ o advento do regime em que o autoritarismo presidencial resulta não apenas de uma situação de fato contrária à constituição vigente (como foi o caso até hoje), mas está inscrito expressamente no texto da lei orgânica do país.⁶⁸

A Revolução de 1930 marca, segundo CPJ, o fim de um sistema político caduco e enseja uma perspectiva liberalizante na política brasileira, que funcionava até então baseada num arranjo entre oligarquias. Leôncio Basbaum (1977) ao passar em exame sobre os acontecimentos de 1930 afirma que os comunistas não os haviam compreendido satisfatoriamente, deixando escapar a oportunidade de impulsioná-la para demandas populares. Caio, assim como o PCB, não apoiou o movimento de 1930, mas reconhecia o potencial transformador da Aliança Liberal em romper com a política do café com leite. A avaliação sobre seu desdobramento, no entanto, frustra as expectativas do historiador, que sempre se orientaram para ideais democratizantes.

O excessivo fortalecimento do poder executivo, ao qual o historiador dirige algumas de suas críticas, constitui um grande entrave à modernização nacional. Mesmo que o impulso

⁶⁷ Diário Político número 4. CPJ004 – 281, 1937.

⁶⁸ Diário Político 4. CPJ004 – 286.

à industrialização tenha se dado a partir do governo Vargas, esse impulso, na visão do historiador, era uma solução inócua que não modificaria as bases da economia, orientada por uma lógica colonial de sustentação de um mercado externo que nada oferece de retorno para os setores envolvidos na produção (PRADO JUNIOR, 1973; 1975; 1977; 2011). Esse ponto já era exposto por Caio nas suas primeiras obras, ganhando maior desenvolvimento especialmente em *Formação do Brasil Contemporâneo* e *A Revolução Brasileira*.

Em março de 1938, o intelectual fazia os primeiros registros daquele ano em seus diários, dissertando sobre a reaproximação de Vargas com a política norteamericana. Passado o golpe e consolidada ditadura do Estado Novo, CPJ voltava suas atenções para o problema da divisão no PCB devido a mudança de orientação para a política de união nacional (PRESTES, 2001), reflexo da disputa das eleições presidenciais que haviam sido suspensas por Vargas. Nas palavras de Caio:

O PCB está cindido em dois blocos. Um direitista se aproxima indiretamente da situação atual com a palavra de ordem “obrigar Getúlio a realizar seu programa” e contrário a agitações que favoreceriam o integralismo e a fascistização completa do governo Getúlio. O outro grupo, mais radical, procura articular contra o governo uma frente única popular. O primeiro grupo compõe-se dos elementos da antiga direção do partido. O segundo é dissidente.⁶⁹

O grupo direitista estava ligado a Bangu (Lauro Reginaldo da Rocha), e tal qualificação era de uso comum entre os dissidentes paulistas, uma vez que não aceitavam qualquer aliança tática com Vargas. CPJ, insistia na composição da frente como forma de criar maiores possibilidades de atuação política. O historiador acreditava ser possível ajustar interesses liberais e democráticos com a esquerda típica (IUMATTI, 2007), influenciado pelas experiências das frentes na década de 1930, principalmente na França, onde CPJ esteve por um curto período de tempo, suficiente para manter contato com os marxistas franceses e as ideias que começavam a ganhar relevância na cena intelectual daquele país. Pericás (2016) observa que um editorial do Pravda de 23 de maio de 1934 incentivava os PCs a buscar alianças, somado a isso, havia ainda a mudança de orientação da IC por ocasião do VII congresso, uma vez que o nazifascismo começava a ganhar terreno na Europa:

O VII congresso do Comintern, reunido em Moscou, em agosto de 1935, selaria a nova linha, concedendo certa autonomia organizativa às seções nacionais, com o abandono do sectarismo e a acentuação das atividades dentro de tradições históricas e populares de cada país. Com representantes de 75 partidos de todo o mundo, a reunião impulsionaria a tática dimitroviana de unidade de ação sindical e frente popular contra o fascismo, ainda que as formulações e indicações do dirigente soviético fossem, em grande medida, genéricas. Apesar disso, era iniciada, na prática, uma nova orientação política.⁷⁰

A ANL era mais um exemplo dessa reorientação política ocorrida no VII congresso que exerceu influência determinante no pensamento e militância de CPJ e do CR de São Paulo de um modo geral. Embora a historiadora Anita Leocádia Prestes afirme que não havia contradição entre o levante de 1935 e toda a movimentação anterior da ANL, são as suas ações de mobilização, e não o seu levante armado, que nortearão a militância de CPJ. O ano

⁶⁹ Diário Político 5. CPJ005 – 011.

⁷⁰ PERICÁS, Luiz Bernardo. Caio Prado Junior – Uma biografia Política. São Paulo: Boitempo, 2016.

de 1938 encerra-se nos diários no mês de maio com uma pequena digressão a respeito da tentativa de golpe integralista, prontamente reprimida por Vargas. Sem detalhes sobre suas novas movimentações políticas, registraria uma viagem para a Europa da qual só retornaria em março de 1939, voltando a escrever nos diários somente em 1942.⁷¹

Apesar de iniciar o ano de 1942 manifestando preocupação com as consequências e a inserção do Brasil na guerra, é com a conjuntura interna que CPJ dedica seus primeiros escritos de 1942:

A fascistização do Brasil segue sua marcha. O Estado novo é elevado às nuvens. (Ilegível) Não se fala mais em eleições nem em plebiscito. Getúlio é senhor absoluto. Desapareceu a (ilegível) estadual. Os decretos-leis... (ilegível). O país está apático, as classes conservadoras temem o comunismo (temor esperado pela situação); o povo está sob o terror policial. A censura de jornais, livros e quaisquer publicações é norma. A DIP exerce uma ditadura incontornável sobre o pensamento do país (sic). Não há (ilegível) porque há apatia, cansaço, descrença... Internacionalmente, o que é contraditório, Oswaldo Aranha, ministro do exterior, força uma aproximação cada vez mais com os Estados Unidos, e através dessa política, com os demais países americanos. As Conferências Panamericanas de Havana e Peru (ilegível). [...]
A esquerda está adormecida...⁷²

O rompimento das relações diplomáticas com os países que compunham o Eixo representou um passo decisivo em direção à política de união nacional que começava, para infortúnio dos comunistas de São Paulo, a predominar no PCB. O distanciamento do nazifascismo e a aproximação com o bloco aliado legitimava as posições pró Vargas dentro do partido, que apoiaria inclusive o envio de tropas brasileiras para a guerra. Carlos Zacarias de Sena Junior observa que apesar de não possuir uma direção nacional desde 1940, alguns militantes na Bahia, através da revista Seiva, periódico comunista de circulação local, já trazia a política de união nacional como “dimensão estratégica dos comunistas, ao passo que a democracia era deslocada para o centro do discurso político dos comunistas brasileiros que passaram a defendê-la sem adjetivações” (SENA JUNIOR, 2007 pag. 172). Movimento imprescindível para o estabelecimento da democracia, entretanto, era para CPJ, a derrubada de Vargas.

A partir do desenrolar dos acontecimentos, o historiador intensificou suas atividades nos diários relatando tanto suas movimentações políticas quanto análises de conjuntura. Em novembro do 1945 registrava alguns manifestos veiculados pela imprensa em apoio ao esforço de guerra, mais especificamente o dos estudantes gaúchos e o da Liga de Defesa Nacional, os quais julgava estereis e adesistas, pois representavam apoio “irrestrito” a Vargas. Caio, por sua vez, juntava à sua militância a retórica de São Paulo na qual Vargas ainda era representado como um governante fascista, a despeito de sua aproximação com os aliados. Considerava a situação interna tão urgente quanto a conjuntura internacional e pensava ser Vargas incapaz de contorná-la. Num registro não datado, entre 20 de novembro e 21 de dezembro, CPJ observava a situação de carestia e o “encarecimento da vida” (Diário Político

⁷¹ No referido trecho do diário é difícil determinar a data. Entretanto, no registro feito imediatamente após a volta de sua viagem à Europa em março de 1939, o historiador faz uma pequena observação sobre o rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo. O anúncio foi proferido pelo ministro das relações exteriores de Vargas, Oswaldo Aranha, em 28 de janeiro de 1942. Portanto, é razoável inferir que o historiador escreve já no início da década de 1940 e a exasperação das tensões da segunda guerra mundial.

⁷² Diário Político 5. CPJ005-46.

5. CPJ005-078), e defendia, assim como Batini (1991), que o partido se concentrasse no trabalho de base junto às classes populares.

Apesar de clara a divergência com a linha oficial do PCB, mesmo que a direção não estivesse organizada (até porque os militantes de São Paulo não participaram da Conferência da Mantiqueira), ainda não há nenhuma menção tanto em relação à CNOP como a UDN, mas as associações do historiador com setores pretensamente liberais (embora fossem essencialmente anti Vargas), começariam a transparecer. Numa visita de Vargas a São Paulo, registraria em 21 de dezembro de 1943:

Getúlio vem a São Paulo, a razão da viagem não é difícil de conjecturar. Ele sente-se desprestigiado. Vem a São Paulo buscar simpatias. O discurso pronunciado na feira dos industriais é a prova. O momento deve ser para ele de apreensão. Seu colega, amigo e aliado, general Peñaranda da Bolívia, acaba de ser deposto por um golpe militar; Este presidente esteve há pouco em visita ao Brasil.⁷³

O presidente boliviano, general Enrique Peñaranda, ao qual se refere CPJ, deposto por uma parte do exército boliviano composta por jovens oficiais em 20 de dezembro de 1943. Ao notar a insatisfação de parte da burguesia industrial (de São Paulo) com Vargas, o historiador buscava articular uma aliança democrático-liberal de modo a pressionar o governo e organizar novas eleições e uma constituinte sem Vargas.

3.2 Como farsa: o Comitê de Ação e a formação da UDN

Ao final de 1944, no registro que se segue, começa a esboçar suas ideias e a forma da aliança que tentava construir:

O ano decorreu sem grandes atividades políticas. O ambiente geral e aparente é de marasmo, mas muitos se agitam, trabalham, articulam. Um grupo de políticos, entre eles Virgílio Melo Franco, Prado (ilegível) Kelly, os constitucionalistas de São Paulo trabalham junto do (ilegível) Eduardo Gomes para conseguir dele a adesão à campanha contra a ditadura. Armando Salles, um B. A., está em contato íntimo com estes (ilegível) trabalhos. Juraci Magalhães, em Pernambuco articula elementos militares. Um grupo de esquerdistas de São Paulo, em ligação com outros do Rio, planeja a União Democrática Nacional, (ilegível).

A União, levada aos liberais e democratas de centro, encontra (ilegível) em alguns setores: constitucionalistas de São Paulo, Virgilio Melo Franco, Pedro Aleixo e a generalidade dos políticos mineiros, João Mangabeira e (ilegível), Magalhães da Baía (sic), e João Sampaio do PRP.

Um grupo de comunistas (Ivan Ribeiro, (ilegível) Ramos, ex deputado Alvaro Ventura e outros) constituintes da CNOP (Comissão Nacional de Organização Provisória) não querem oposição a Getúlio. Esquemáticamente ligados à linha internacional de unidade via luta contra o fascismo, entendem fazer essa unidade em torno de Getúlio Vargas. A CNOP obriga a transformar-se num partido comunista, mas não é apoiada se não por um punhado pequeno de comunistas.⁷⁴

⁷³ Diário Político 5. CPJ005-088.

⁷⁴ Diário Político 5. CPJ005-091.

Neste momento, ao final de 1944, Caio está profundamente envolvido na articulação da UDN, que ele tentaria consolidar como uma frente democrática de oposição ao Estado Novo nos moldes da ANL. A heterogeneidade era ainda maior do que a finada ANL, incluindo militares, quadros distintos do PRP, e setores da elite paulista em geral, como ficará evidente nos registros de CPJ. Os elementos comunistas ou mais próximos à esquerda logo ficariam marginalizados, já que o historiador subestima tanto a capacidade quanto a adesão à CNOP, que após a Conferência da Mantiqueira consegue isolar o grupo liquidacionista, que se aproximaria do CA (CARONE, 1991).

O PCB, disperso, iniciara a reorganização a partir dos contatos entre grupos localizados no Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo. Permanece, entretanto uma contradição fundamental e mais aparente, a linha política de união nacional. A formação da CNOP no rio de Janeiro, apoiada pelo grupo da Bahia, e a realização da Conferência da Mantiqueira em agosto de 1943 e seus respectivos desdobramentos (consolidação da CNOP como o próprio PCB e a manutenção da linha de união nacional pelo esforço de guerra) não repercutiram bem em São Paulo. Os paulistas formaram, ao final de 1943, o CA, cujo elemento mais proeminente era CPJ, mas tinha adesão, entre outros, de Tito Batini, Heitor Ferreira Lima, Mario Schenberg e Astrojildo Pereira (FALCÃO, 2012). Havia ainda uma célula no Rio de Janeiro.

O CA, sob a decisiva influência de CPJ, se constituía como uma pequena tendência em busca de generalização no interior do PCB e ampliação para bases de sustentação externas com pontos em comum. Como a CNOP, era um grupo pequeno buscando reestruturação e relevância no cenário político que se descortinava com o ocaso do Estado Novo. Para além das definições que se realizam a partir da libertação de Prestes, e ainda antes, com seu indicativo de apoio à CNOP, a tensão política que atingiu seu ápice no ano de 1945, opunha dois grupos que se distinguiam tanto pela maneira de fazer política, mas também pela maneira de concebê-la, nas palavras do historiador Paulo Teixeira Iumatti:

Mesmo com todas as diferenças que o separavam de muitos dos demais comunistas, ele [Caio Prado] via, naquela conjuntura, uma possibilidade de efetivação das suas próprias ideias; tal possibilidade dependia da concretização do predomínio do “Comitê de Ação” na reestruturação do “Partido Comunista”. Estava em jogo fazer deste um partido aberto, dinâmico e capaz de interpretar em sua singularidade, as questões sociais, econômicas, culturais e políticas brasileiras. Como vimos anteriormente, o “Comitê de Ação” abrigava comunistas menos dogmáticos, voltados ao estudo de problemas concretos, como por exemplo alguns dos profissionais liberais e professores cujos livros Caio Prado editava. Valendo-se de seus próprios esforços e contando com parte dos membros ou simpatizantes do “Comitê de Ação” ou do comunismo em geral, e mesmo com intelectuais de outras correntes ideológicas, os quais se empenhavam em pesquisas sérias e bem embasadas, ele imaginava ser factível desenvolver e aperfeiçoar uma teoria política que se aplicasse à especificidade da experiência histórica brasileira e apontasse as soluções práticas de que o país precisava. Num plano ideal, o PCB deveria ter um papel de destaque no trabalho de elaboração dessa teoria.⁷⁵

Entre a sobrevivência política do PCB a partir do apoio a Vargas pela CNOP, ou pela oposição do CA e suas alianças, ficava subsumida e eclipsada tanto pela historiografia, quanto pela imprensa oficial do partido, um embate a nível ideológico sobre a constituição do próprio

⁷⁵ IUMATTI, Paulo Teixeira. Diários Políticos de Caio Prado Junior: 1945. São Paulo: Brasiliense, 1998. Pag. 51-52.

PCB e suas tarefas na sociedade brasileira. O que o professor Iumatti enxerga na atuação do CA é o tratamento privilegiado à questão democrática e à articulação com setores de fora da influência do PCB. O CA representava um modelo de partido aberto e dinâmico (IUMATTI, 1998), e pode ser compreendido como um esboço do que CPJ tentaria concretizar com a UDN, não sem dificuldades:

(1945)A política (ilegível) Eduardo Gomes (ilegível) sua candidatura interina (ilegível) é alvo do movimento democrático. A União Democrática Nacional ainda é muito (ilegível) por incompreensão dos partidos liberais. Mas é aceita em princípio, e em São Paulo começa a funcionar (ilegível) com um comitê central com a participação de Agnaldo (?) Sodré (PC), João Sampaio (PRP), Juraci Magalhães (representante das correntes militares), Caio Prado Junior (esquerda).⁷⁶

O movimento – em falso – de CPJ no sentido de renegar qualquer vinculação ou histórico de influência soviética representava uma total renovação do partido numa conjuntura de crise mundial devido a guerra e às divergências internas do PCB. O sucesso do empreendimento dependia da previsão de um elevado número de variáveis e acomodação de interesses, desse modo, além das articulações eminentemente políticas, o historiador buscava apoio em entidades civis como o congresso de escritores, realizado no mesmo ano e que possuía, segundo CPJ, “forte afirmação democrática”. Tal movimento representava, embora não à primeira vista, a opção de CPJ em formar a partir de elementos da sociedade civil a coalizão oposicionista se diferenciava fundamentalmente da CNOP, cuja aproximação com Vargas pode ser entendida como uma atuação a nível estatal, a fim de generalizar-se e sobreviver como partido. Esta falsa dicotomia entre Estado e sociedade civil será melhor desenvolvida no próximo subcapítulo que tratará especificamente da teoria revolucionária de CPJ. No dia 10 de março de 1945 o historiador já registrava alguns problemas na organização do futuro partido:

(10 março 1945) A campanha está desordenada e mal organizada. As correntes liberais (ilegível) conservam-se exclusivamente no terreno da candidatura. Defendem a candidatura de Eduardo Gomes, combatem a candidatura de Getúlio. São incapazes de se levantar acima de nomes.

[...]

Estive no Rio (ilegível) pela formação da UDN (ilegível). As coisas marcharam mais ou menos. Os liberais aceitam a união com as esquerdas, mas não querem largar o nome de Eduardo Gomes. [...] Aceitam contudo lançar a UDN com um programa só, para depois apresentar fisicamente a candidatura de Eduardo Gomes.

[...]

Os fascistas que tramaram (ilegível) estão largando Getúlio.

[...]

Francisco de Campos e Miguel Reale (ilegível) fizeram profissão de fé democrática.⁷⁷

O registro no primeiro parágrafo é emblemático do principal problema da UDN como frente. O diagnóstico de CPJ é que as correntes liberais não conseguem “se levantar acima de nomes” e expressando a resistência a Vargas. Como corruptela da ANL, faltava à UDN o poder de mobilização que os aliancistas tinham devido à intensa agitação promovida pelos

⁷⁶ Diário Político 5. CPJ005-092.

⁷⁷ Diário Político 5. CPJ005-093.

comunistas e a incorporação de demandas populares expressa pelo lema da ANL, “pão, terra e liberdade”. Tal composição, ainda que heterogênea, dispunha de uma orientação muito clara e democratizante, no sentido de equilibrar a correlação de forças opostas pela luta social, de modo que uma frente como a UDN não tinha com atuar nessas questões uma vez que seus apoiadores não necessitavam demandar pão, terra ou liberdade, isto é, era uma frente formada basicamente por uma elite, abarcando de militares, quadros históricos de partidos burgueses e industriais a intelectuais comunistas, mas, fundamentalmente, porque possuía uma ideologia explicitamente elitista. Como se pode observar, a esquerda presente na UDN neste momento, dissidentes comunistas e socialistas, jamais se tornará hegemônica, estando ligada a essa organização por uma precária ponte ideológica representada pela oposição a Vargas. O horizonte político da UDN se afastava das expectativas de CPJ na medida em que as tendências de esquerda perdiam relevância na frente, o que fica mais evidente no relato de 17 de março de 1945:

A desorientação política é igual. As oposições não se decidem a organizar o movimento pró-democratização. A razão oculta é que confiar mais num golpe (ilegível). Hoje realiza-se no escritório de Juraci Magalhães uma reunião de elementos integrantes da UDN em São Paulo. Estavam presentes João Sampaio pelo PRP, (ilegível) pelo PC, General Miguel Costa, Mario Schenberg, (Tito) Batini, (ilegível).⁷⁸

O CA, diminuto como organização, só poderia participar de forma decisiva através de alianças com os liberais e os contatos de seus membros, no referido relato, Mario Schenberg e Tito Batini, com a UDN ainda em gestação. A “desorientação política” a qual se refere CPJ era a expressão de um consenso tênue – derrubada de Vargas – sem lastro ideológico mais profundo e escancarado pelas intenções golpistas dos futuros *udenistas*. Se o *putsch* de 1935 desagradou alguns comunistas porque contribuiu para a extinção de um movimento amplo democrático e popular, – ou pelo menos foi assim caracterizado pelos comunistas que não estavam alinhados com Prestes – os futuros *udenistas* não estavam interessados na democratização proposta por CPJ.

O que CPJ concebe como democratização está intrinsecamente relacionado a uma total reestruturação da economia brasileira de modo, em termos genéricos, a limitar a concentração de poder da grande burguesia nacional e uma série de reformas nas quais as necessidades de consumo da “população brasileira tomada em conjunto” seriam satisfeitas (SANTOS, 2001). Isso significa uma drástica reorganização do sistema produtivo – ainda que não a sua superação – na qual as classes produtoras estariam com alguns de seus privilégios – essencialmente privilégios de classe – em xeque. A democracia *proto-udenista*, ainda em construção, vai se consolidar como anticomunista e com o ranço oligárquico e restaurador derrotado pela Revolução de 1930. A definição *caiopradiana* de democracia extrapola qualquer pretexto liberal-democrático da UDN e por isso mesmo o historiador não chegará a ingressar no partido, apesar de ser um elemento chave na sua criação e na escolha do nome:

A esquerda paulista teve importante papel nas tentativas de aproximação entre liberais e esquerdistas. Este grupo congregava os membros da União Democrática Socialista (UDS) como Antonio Candido de Melo e Souza, Antonio Costa Correa, Aziz Simão, Febus Gikovate, Paulo Emilio Salles Gomes e Renato Sampaio Coelho e os comunistas dissidentes da CNOP, como Caio Prado Junior, Mário Schemberg e Tito Batini. Germinal Feijó era o líder do grupo, que consolidava os contatos, tanto com os liberais quanto

⁷⁸ Diário Político 5. CPJ005-097.

com os comunistas. Caio Prado Junior articulava os entendimentos com os conspiradores no Rio de Janeiro, os futuros udenistas. O nome União Democrática Nacional foi sugerido por Caio Prado, que insistia no termo "democrático", enquanto que para os comunistas ortodoxos a sigla deveria ser apenas "União Nacional". Caio Prado, no entanto, ao contrário do que já foi dito, jamais pertenceu à UDN, restringindo sua participação às atividades conspiratórias contra a ditadura, no plano mais geral, e de oposição à linha stalinista e getulista da CNOP, em particular.⁷⁹

As ideias de CPJ que não encontraram espaço no PCB durante as décadas de 1930 e 1940, tampouco influenciaram decisivamente os rumos da UDN, que afirmaria seu caráter autocrático, elitista, antiprogressista e, acima de tudo, antivarguista, algumas décadas mais tarde. O PCB, cindido por grupos apoiadores da CNOP e os dissidentes do CA, convertera-se em base de apoio de Vargas sob a égide da união nacional. Se a perspectiva de que a renúncia ao papel de oposição à ditadura do Estado Novo poderia refrear o anticomunismo de Vargas e pressioná-lo a convocar eleições presidenciais e uma nova constituinte parecia aos integrantes do CA um recuo que nem o mais desesperado pragmatismo poderia justificar, a formação da UDN a partir da aproximação dos comunistas com setores liberais, quando colocada em perspectiva, revela-se como um ato de ingenuidade política que o próprio historiador seria forçado a reconhecer numa entrevista concedida ao jornalista Lourenço Dantas Mota algumas décadas depois:

Mas respondendo à pergunta, de fato não simpatizei muito com o apoio a Getúlio. Era muito fraco em termos de sensibilidade política e achava que Getúlio tinha de ser derrubado, antes de mais nada.

[...]

Reconheço, no entanto, que minha posição era errada, que meu plano de frente única não era correto. Essa frente é que acabou dando nascimento à UDN. Aliás, o nome UDN quem deu fui eu. Não me vanglorio por isso, é apenas uma curiosidade histórica. [...] Enfim, minha ideia era fazer um movimento democrático e popular e me iludi com os “democratas” da UDN.⁸⁰

O *frankensteiniano* monstro político materializado na UDN se tornaria o principal partido de direita do país durante aproximadamente duas décadas e teria fundamental atuação no golpe empresarial-militar de 1964. Não havia qualquer brecha para penetração de ideias de progressistas, modernizantes e minimamente reformistas, sua aproximação com a esquerda e os comunistas de um modo geral era superficial e limitada às esmolas que seriam concedidas ao PCB caso Eduardo Gomes fosse eleito. Tito Batini registra que os principais “compromissos” assumidos por Eduardo Gomes – e pessoalmente Eduardo Gomes, e não uma instância de deliberação da UDN, cabe ressaltar – eram a legalidade do PCB, anistia ampla e liberdade sindical (BATINI, 1991), o que a CNOP e Prestes também diziam ter obtido de Vargas. Ao renegar a criatura *a posteriori* de forma categórica, CPJ reafirma de forma mais explícita os problemas de formação da UDN já presentes nos relatos dos diários do historiador. Entre 22 de março e 6 de abril de 1945, entretanto, as movimentações prosseguiram:

⁷⁹ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A UDN e o udenismo - Ambiguidades do liberalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

⁸⁰ MOTA, Lourenço Dantas. A história vivida. São Paulo: Editora O Estado de São Paulo, 1981.

Dias de grande confusão política. No Rio prosseguem os enfrentamentos para o lançamento da UDN. As esquerdas continuam dispersas. A CNOP de um lado apoia o governo persistindo na sua linha antiga e propõe o governo de coalizão. Mas não luta por reivindicações. É oportunista e quase adesista. O Comitê de Ação faz oposição. Prestes não se define. Permanece (ilegível) para evitar golpes é preciso reforçar o governo.

Em São Paulo, depois de toda ordem de entendimento (?), chegou-se a reunir 3 grupos de esquerda: o Movimento Libertador (ilegível), a Comissão de Trabalhadores contra a Carestia e a Ditadura, e o Movimento de Unificação (nosso grupo, formado em torno do Comitê de Ação). Estes 3 grupos formam a Aliança Democrática Popular, nome definitivo dado a essa frente nacional das esquerdas (ilegível).⁸¹

As alianças que formariam a ADP eram mais orgânicas e menos débeis que as que se estabeleceriam para a formação da UDN. O manifesto da ADP seria lido na rádio Tupi no dia 7 de abril, como está registrado pelo historiador no mesmo diário. Ainda assim, apesar da defesa dos trabalhadores contra a carestia, mobilização e trabalho de base (BATINI, 1991), representavam um movimento minoritário. Além disso havia sido lançado pela CNOP o Movimento Democrático unitário, o qual CPJ considera “um programa vazio” ao mesmo tempo em que parece desistir da UDN quando registra que a última reunião havia sido “demagógica e estéril”. Ainda no mês de abril o historiador manifestaria sua esperança de reverter a situação com a libertação de Prestes, que traria “paz e unidade aos grupos de esquerda”, no que registraria sua decepção apenas um dia depois, em 20 de abril de 1945, ao tomar ciência do conteúdo da entrevista concedida por Prestes ao sair da prisão:

Os comunistas se dividiram. A maior parte, mesmo quando oposicionista, engole em seco, para justificar Prestes...

[...]

A CNOP está consagrada como partido de Prestes. O desalento é geral. Espera-se com ansiedade o comício do dia 23 em que Prestes falará. Enquanto isso o Queremos Getúlio ganha vulto.⁸²

Prestes, ao sair da prisão e apoiar a CNOP, transforma a organização na parte vitoriosa do PCB após a sua reorganização, enquanto os comunistas do CA abandonam a UDN quando Prestes indica Yedo Fiúza como candidato do PCB à presidência. A linha de união nacional já imprimia algumas marcas na imagem de Prestes após sua libertação. Em um panfleto de divulgação de seu discurso que seria proferido em 15 de julho de 1945 num comício no estádio do Pacaembu, em São Paulo, o líder comunista, histórico opositor de Vargas, havia se transmutado em “líder nacional”. O convite estendia-se a todas as pessoas abrigadas sob o grande guarda-chuva da nacionalidade entendida nos termos do varguismo:

Grande Comício

São Paulo a Luiz Carlos Prestes

Brasileiros!

Luiz Carlos Prestes, o grande líder nacional falará no estádio do Pacaembú, no próximo dia 15 às 15 horas a todo o povo de São Paulo sobre os problemas fundamentais da nossa pátria.

⁸¹ Diário Político 5. CPJ005-099.

⁸² Diário Político 5. CPJ005-103.

Assim, brasileiros, todos nós unidos patrioticamente em prol de um Brasil rico e forte, culto e democrático, compareçamos ao grande comício “São Paulo a Luiz Carlos Prestes”.

Sim, todos nós: industriais, comerciantes e proprietários em geral; funcionários civis e militares, cientistas e técnicos, operários de todas as profissões, empregados no comércio, camponeses e trabalhadores no campo; Todos nós: conservadores, liberais e comunistas;

Todos nós: católicos, protestantes, espíritas, positivistas, israelitas, maçons, teosofistas, livres pensadores;

Todos nós jovens e adultos, homens e mulheres, enfim todos nós patriotas brasileiros, ao grande comício “São Paulo a Luiz Carlos Prestes”.

Os portões do estádio serão abertos às 11 horas.

A comissão central.⁸³

A união nacional com Vargas subordinada ao esforço de guerra, sem qualquer contrapartida política e reprimindo as demandas da classe trabalhadora, era na visão de CPJ, uma forma de reforçar a situação de carestia da população mais pobre em torno de um projeto que visava beneficiar apenas o PCB. O partido tentava disputar os meios de representação política dos trabalhadores com Vargas, reforçando o problema da autonomia presente durante todo o Estado Novo. Caio Prado, por sua vez, apoiava o movimento contra a carestia pelas demandas mais imediatas dos trabalhadores. O partido deveria estar alinhado aos interesses da base pela socialização da política (COUTINHO, 1984), racionalizando sua relação com a sociedade.

O “partido de Prestes”, nas palavras de CPJ, abandonara as mobilizações entre os trabalhadores para construir uma relação orgânica com Vargas em oposição ao partido idealizado por CPJ. As articulações nas quais empenhou-se o historiador não conseguiram construir um consenso em torno de um programa, uma reforma, ou qualquer indício de democratização da vida política, expondo a fragilidade de uma aliança na qual os comunistas estiveram a reboque dos liberais opositores de Vargas. O PCB, recém organizado, apesar das perdas políticas e divergências mal resolvidas entre suas frações internas, ressurgia unificado ao final do Estado Novo, em grande medida, pela atuação decisiva de Prestes.

3.3 A longa duração de Caio Prado Junior: a centralidade do processo histórico e a conjuntura de 1945

Num ensaio publicado originalmente em 1958 na revista francesa *Debats et Combats*, o historiador francês Fernand Braudel, expoente da segunda geração da Escola dos Annales, definia assim o que ele chamava de longa duração:

Muy por encima de este segundo recitativo se sitúa una historia de aliento mucho más sostenido todavía, y en este caso de amplitud secular: se trata de la historia de larga, incluso de muy larga, duración. La fórmula, buena o mala, me es hoy familiar para designar lo contrario de aquello que Francois Simiand, uno de los primeros después de Paul Lacombe, bautizó con el nombre de historia de los acontecimientos o episódica (événementielle). Poco importan las fórmulas; pero nuestra discusión se dirigirá de una a otra, de un polo a otro del tiempo, de lo instantáneo a la larga duración.⁸⁴

⁸³ Panfleto, ?/?/1945.

⁸⁴ La Historia y las Ciencias Sociales. P. 64

Braudel marcava posição contrapondo-se a uma história episódica, eventual (*événementielle*), cuja principal preocupação era estabelecer relações imediatas entre causa e efeito. Ao inaugurar nos *Annales*, no pós-guerra, um novo paradigma (DOSSE, 2003) naquela que foi a maior expressão da historiografia francesa, Braudel buscava promover um diálogo com as demais ciências humanas de forma a dar sentido a uma nova abordagem cuja temporalidade extrapolaria os marcos tradicionais da ciência histórica e suas usuais vinculações. A noção de tempo longo se expressa numa realidade atravessada por permanências, nas quais estão circunscritos elementos e estruturas que resistem tanto aos ciclos econômicos que nos fala Braudel, quanto aos acontecimentos mais ordinários da vida cotidiana.

Considerando que CPJ estabeleceu ainda muito jovem contato com a emergente intelectualidade francesa que compôs o quadro de professores da recém fundada USP, entre eles o próprio Braudel (PERICÁS, 2016); (SECCO, 2008), é possível perceber certa influência *braudeliana* em sua formação, ainda que o artigo citado tenha sido publicado após Formação do Brasil Contemporâneo. Para além do âmbito das especulações, a interpretação caiopradiana da formação brasileira é fundamentalmente histórica na medida em que é orientada pela criação e reforço de determinadas estruturas através do tempo. Isto, é, um exame da conjuntura a partir de seus determinantes no tempo, no caso, os elementos históricos constituintes da sociedade brasileira a partir do impulso colonizador português no momento de sua expansão marítima. Dessa forma, o projeto posto em prática no Brasil foi, desde o início, a exploração dos recursos naturais para abastecimento do comércio europeu no momento de expansão do capitalismo mercantil, perdurando esta lógica através do tempo. A esta lógica, o autor chamou de *sentido da colonização*.

Desse modo, o *sentido da colonização* não pode ser simplisticamente compreendido apenas como a determinação fundamental do desenvolvimento capitalista no Brasil, mas antes como o empreendimento teórico caiopradiano que sintetiza as características gerais das relações de produção e organização da colônia e seus vínculos com a conjuntura europeia do século XVI, o processo histórico que se inicia no Brasil e o introduz na modernidade europeia, portanto. Dessa forma, o que fora esboçado como caráter geral da colonização brasileira em História Econômica do Brasil, passa a ser o caráter geral do processo histórico que se inicia com a colonização e permanece ao longo do tempo. O *sentido da colonização* não está circunscrito ao período colonial, constitui-se como uma estrutura de longa duração, modificando-se, mas permanecendo, isto é, assumindo novas formas, mas mantendo-se essencialmente o mesmo ao longo do tempo. O *sentido da colonização* é assim a orientação do referido processo histórico, ou seja, inserção subsidiária como abastecedor de produtos primários no mercado externo, colônia de exploração e de formação social fragmentária.

Assumindo a premissa de que a colonização, vinculada ao contexto de expansão marítima europeia, foi desde o seu princípio um empreendimento capitalista, CPJ inaugura ainda na década de 1930 uma historiografia que vai, de forma pioneira, interpretar o Brasil sob a influência do marxismo, o que também exerceria influência em sua militância no PCB. Um dos problemas mais prementes da década de 1930 entre os comunistas brasileiros – e de uma forma geral, desde a criação do PCB em 1922 – foi a dificuldade de formular uma teoria que explicasse o desenvolvimento histórico brasileiro que não fosse um idealismo inspirado pela Revolução Russa, uma deformação deliberada da realidade para que ela coubesse nos estreitos limites de oficialismo soviético (PERICÁS, 2016). As raízes anarcossindicalistas do PCB constituíram ainda uma dificuldade teórica para a consolidação do partido, uma vez que esse processo aconteceu de forma abrupta influenciado pelos acontecimentos de 1917, sem grandes debates ou divergências ideológicas. Autores como Leandro Konder (1980), Michel Zaidan Filho (1985), Bernardo Ricupero (2000) e Marcos Del Roio (1990) atribuem a esse passado anarcossindicalista a deficiência teórica do PCB. O que CPJ passa a fazer a partir de

suas publicações é preencher um vazo teórico, muitas vezes em conflito com o próprio partido, embasado pela identificação e interpretação das particularidades brasileiras e seus problemas. A CPJ interessava resolvê-las. Cabe ressaltar que a “importação” de teorias sem relação com a realidade brasileira não se deveu, como muitas vezes costumou-se afirmar, exclusivamente ao stalinismo, como bem observa o professor Lincoln Secco:

A teorização marxista orgânica do PCB era quase nula. Se houve tentativa de “traduzir o marxismo” antes de Caio Prado Junior, conforme alguns autores propugnam, seja com o talento organizativo e intelectual de um Astrojildo Pereira, seja com as iniciativas de Octavio Brandão, o fato é que esse esforço não vingou no solo árido de um partido que se fechou nas interpretações da Internacional Comunista – ademais, a adaptação dos partidos comunistas às determinações da IC não começou com a ascensão de Stalin ao poder, pois ela já fora formada, desde o início, como um exército mundial da revolução bastante centralizado.⁸⁵

Desta forma, a historiografia de CPJ é construída sobre a grande permanência legada pela colonização, uma herança material de dependência econômica e atraso político. A penetração do capitalismo no Brasil se deu originalmente não como uma forma revolucionária de superação das relações sociais anteriores, como ele mesmo enfatizaria ao se referir ao Manifesto Comunista, mas como um arranjo no qual relações capitalistas e pré-capitalistas coexistem, se sustentam mutuamente e se prolongam através do tempo. O constructo elaborado por CPJ, o *sentido da colonização*, como síntese da manifestação fundamental que o capitalismo assume no Brasil, uma permanência, opõe-se assim à ideia de transformação. A ideia de transformação que está contida no pensamento de CPJ é a ideia de revolução, que o autor definia da seguinte forma:

Revolução em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais. O ritmo da História não é uniforme. Nele se alternam períodos ou fases de relativa estabilidade e aparente imobilidade, com momentos de ativação da vida político-social e bruscas mudanças em que se alteram profunda e aceleradamente as relações sociais. Ou mais precisamente, em que as instituições políticas, econômicas e sociais se remodelam a fim de melhor se ajustarem e melhor atenderem as necessidades generalizadas que antes não encontravam devida satisfação. São esses momentos históricos de brusca transição de uma situação econômica, social e política para outra, e as transformações que então se verificam, que constituem o que propriamente se há de entender por “revolução”.⁸⁶

A ideia de revolução em CPJ é uma ideia de *processo* de intervenção na realidade que se diferencia, notadamente, da ideia de *ato* de intervenção. Dessa forma, para o historiador, um processo revolucionário contém uma temporalidade maior e mais complexa do que a efemeridade de um ato revolucionário, ainda que admita que processos revolucionários

⁸⁵ SECCO, Lincoln. Caio Prado Junior – O Sentido da Revolução. São Paulo: Boitempo, 2008. Pag. 37.

⁸⁶ PRADO JUNIOR, Caio. A Revolução Brasileira – Perspectivas em 1977. São Paulo: Brasiliense, 1978. Pag. 11-12.

possam ser desencadeados por atos revolucionários. A grande questão é o que se deve fazer – e o que se pode fazer – para cumprir as tarefas da revolução, considerando que a correção das distorções de um processo de longo prazo – o sentido da colonização que acompanha a vida nacional – nos termos caiopradianos, deveria superá-lo num espaço de tempo relativamente curto, o que pressupõe uma aceleração da dimensão temporal na sua relação com o espaço, isto é, superar as condições impostas e estabelecidas pelo grande empreendimento da colonização. Dessa forma, a revolução concebida pelo historiador é um ato consciente de atuação na realidade orientado por uma “interpretação da conjuntura presente e do processo histórico de que resulta” (PRADO JUNIOR, 1978 pag. 19), vale dizer, das reais condições para sua realização e que características deve assumir.

O paradigma revolucionário de Caio Prado assume, pois, antes das disputas entre a revolução democrático-burguesa e a revolução socialista, um caráter nacional. O compromisso da revolução brasileira deveria ser primeiramente com a transformação da sociedade, a elevação do nível de vida da população, o aprofundamento da democracia como forma de garantir a participação política e em contraposição ao atraso. A noção caiopradiana de vida social é um fator indispensável para a construção da nacionalidade e irrupção das classes subalternas na política, ainda que de forma velada. Concebendo o autor o processo histórico brasileiro como subsidiário, definido, organizado e levado a cabo externamente, a tarefa da revolução brasileira é interromper tal processo e iniciar outro. O tipo de transformação que o paradigma da revolução brasileira enseja não é uma ruptura imediata ou um acerto de contas com o passado, mas uma construção cotidiana que possa se estabelecer como processo histórico e supere suas distorções no tempo através de reformas progressivas (SECCO, 2008), ou seja, a revolução brasileira é, como constructo de CPJ, não simplesmente a oposição às condições legadas pela colonização, mas sua superação dialética.

O historiador assumia de forma categórica no livro *A Revolução Brasileira*, cuja primeira edição data de 1966, a tarefa de distinguir seu marxismo dos usos comuns do seu partido e da esquerda brasileira em geral, o que já acontecera de forma velada nas obras anteriores que versavam sobre a realidade brasileira. Um marxismo que, ainda que com limites, enunciava possibilidades – e necessidades – de transformação a partir da ação na conjuntura. Para além das abstrações de uma filosofia da história a qual CPJ se vinculava por sua elaboração original, o tema da revolução brasileira expressa uma *práxis*, e por isso indissociável de sua ação política. Diante da óbvia impossibilidade de agir retroativamente, o historiador propõe ações na conjuntura que possam criar condições de superação para problemas históricos. Na prática, no universo histórico-político caiopradiano, isso significa necessariamente – mas não somente, cabe frisar – reformar o capitalismo e torna-lo nacional.

O tema da nacionalidade é central na obra de CPJ por se constituir como o horizonte das elaborações do historiador. Era necessário, antes de qualquer coisa, tornar-se nação a partir da constituição de uma economia nacional e de uma população que não se integrasse socialmente apenas como força de trabalho de uma produção cujo objetivo fosse abastecer o comércio internacional. Tal dificuldade já era observada em *Formação do Brasil Contemporâneo*, quando o historiador delineava os primeiros apontamentos sobre a “vida social e política”, caracterizada como difusa. A problemática da formação identificada por CPJ residia no fato de que a vida social e a política estavam apartadas, inalcançáveis às classes subalternas. É nesse sentido que deve funcionar a reestruturação da economia como explicitada por Santos (2001), essa reestruturação deveria irradiar para todos os âmbitos da vida. A formação de um mercado consumidor interno abastecido pela produção nacional prevalece sobre a socialização dos meios de produção – embora não a exclua – privilegiando a circulação.

Nesse sentido especificamente identificamos o que concebemos como longa duração de CPJ, que para o caso brasileiro é um tipo de capitalismo que é um legado, e não

exatamente uma criação, embora ajustável, e se irradia para os âmbitos da vida a partir do seu desenvolvimento no espaço no tempo. A questão primordial é que tal tipo de capitalismo impede a constituição de um projeto nacional, já que para o historiador a democratização da sociedade brasileira só seria possível ao se elevar o nível material e as condições de vida da generalidade da população, – especialmente o trabalhador rural – daí a importância conferida por CPJ à circulação em detrimento da socialização dos meios de produção, como frequentemente são teorizadas as transformações socialistas. Aqui cabe a observação de que para o historiador a questão da nacionalidade, indissociável da constituição da democracia, agrega de certa forma interesses convergentes de classes distintas, como uma burguesia pretensamente nacional e produtiva interessada em fazer da industrialização um empreendimento de satisfação das demandas econômicas internas. O historiador compreende a nacionalidade como um devir, isto é, como processo de constituição – de longo prazo – que decorre de transformações estruturais em tempo relativamente curto, daí o sentido essencialmente histórico de sua teoria revolucionária.

É esse conjunto de formulações, além da própria experiência, que orientarão a militância comunista de CPJ nas movimentações de 1945. O problema que se impunha naquela conjuntura nos permite compreender de que forma o historiador interpretou a especificidade daquele contexto histórico e como agiu para intervir nos rumos da reorganização do partido. O horizonte que se abria com o iminente ocaso do Estado Novo era a possibilidade de renovar o PCB como partido que contemplaria os interesses das classes trabalhadoras a partir de uma perspectiva nacional e democrática, caso se generalizasse o ideário do grupo que formava o CA em detrimento da CNOP. A construção de um partido aberto, democrático e autônomo passava necessariamente pela modificação tanto das hierarquias partidárias quanto pela sua relação com o PCUS, já que a IC havia sido extinta em 1943.

O CA se constituía para CPJ como o sujeito coletivo – que deveria se tornar o PCB – capaz de abranger todos os setores sociais democráticos. Representava, em termos ideais, uma transformação política revolucionária e nacional em contraposição ao modelo político vigente.

Há naquela altura dos fatos pelo menos duas contingências, além da própria debilidade do grupo, cujos integrantes estavam sob certo isolamento no partido. A primeira era o predomínio da CNOP que conseguiu reunir em torno do seu grupo um número maior de apoiadores, além de uma esfera de influência mais ampla que passou a contar com sindicatos pró Vargas e o grupo de comunistas da Bahia, principalmente quando obteve o reconhecimento de Prestes. A segunda estava nos laços que o historiador tentava construir organizando a UDN junto a setores de oposição a Vargas. A frente democrática idealizada por CPJ ao iniciar os contatos do CA com os liberais acabou por se constituir como reafirmação do modelo político – elitista e excludente – ao qual o historiador pretendia se opor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente dissertação exploramos um tema que ainda é permeado por silêncios e omissões na história do PCB, tato pela dificuldade de fontes de pesquisa, quanto pelo pouco interesse que o tema suscita na historiografia, embora enseje algumas questões ainda nos dias de hoje. Procurando relacionar a problemática da reorganização de 1945 com as movimentações do CA e CPJ, seu principal organizador, e a futura União Democrática Nacional, podemos analisar as influências teóricas as quais estavam filiados os militantes do CA e suas diferenças com a CNOP.

O PCB, cuja reorganização está em curso desde os anos 1930 (BASBAUM, 1978), se encontra enredado numa escala crescente de violência e repressão das suas atividades desde a chegada de Vargas ao poder. Politicamente alheios à Revolução de 1930, e contrários ao movimento constitucionalista de 1932, o grande momento dos comunistas foi a constituição da ANL em 1935, que passar a ser referência da mobilização política do PCB durante e mesmo após o seu desfecho. O período compreendido entre 1930 e 1945 foi em sua generalidade de muitas dificuldades para o PCB, que externamente se viu perseguido, enquanto internamente esteve enfraquecido por divergências táticas e estratégicas.

O momento mais dramático se dá no contexto da reorganização de 1945 no fim do Estado Novo, quando o enfraquecimento do regime abria uma série de possibilidades que, em parte, foram fechadas a partir da oficialização da política de união nacional. Prestes, ao optar pela CNOP e declarar publicamente seu apoio, unifica o partido contando com a transição para um regime democrático e a posterior legalização do PCB, fato dura pouco mais que dois piscares de olhos, uma vez que empossado, Dutra coloca o partido de volta na ilegalidade em 1947.

Para a vertente aliancista, especialmente os do CR de São Paulo e organizada em torno do CA, era preciso construir uma frente com os setores liberais e democráticos e unificar a oposição a Vargas e ao Estado Novo. É nesse contexto que CPJ vai fazer as articulações entre o CA e a UDN objetivando a formação de uma ampla frente democrática nos moldes da ANL e fazer desta forma hegemônica no PCB. Tratava-se de um partido com ampla circulação de ideias, democrático e dinâmico (IUMATTI, 1998), contrapondo-se ao centralismo do PCB.

A partir dos registros do historiador traçamos paralelos entre o posicionamento do CA e a leitura *caiopradiana* da realidade nacional, identificando tanto as características dos militantes do CA e suas inspirações teóricas. Tratava-se de um grupo de militantes com perfil intelectual e que pensava a democracia como princípio da ação política. O princípio democrático do pensamento de CPJ estava relacionado ao que o historiador concebia como tarefa da revolução brasileira, que seria a superação do arcaísmo legado pela colonização. É esse o norte da ação de CPJ no início da década de 1940, e principalmente em 1945, quando está empenhado em construir uma aliança do PCB com a UDN. O partido de CPJ é essencialmente democrático e a conjuntura de 1945 ensejava um amplo debate sobre os rumos do PCB na política nacional.

A valorização – pioneira – da democracia como paradigma da política fez com que a historiografia surgida a partir dos anos 1980 e 1990 localizasse CPJ na história do PCB como uma espécie de pioneiro da “tradição pecebista”. Buscamos explicitar que a construção da noção de *pecebismo* está localizada temporalmente num contexto de crítica ao stalinismo – que posteriormente seria de crise do comunismo – e influenciada tanto pelo recrudescimento

da repressão da ditadura militar, quanto pelas transformações promovidas pelos teóricos italianos no PCI, no que foi comumente chamado de eurocomunismo.

Não há dúvida que CPJ seja de fato um renovador no campo do marxismo brasileiro, mas ressaltamos que a noção de *pecebismo* é uma construção *a posteriori* compartilhada por inúmeros militantes, intelectuais e escritores que rejeitam categoricamente o paradigma revolucionário, não só isso, negam sua possibilidade, o que, em termos históricos, nos parece nos parece tão idealista quanto os que enunciam a iminência revolucionária sob quaisquer condições. É preciso lembrar que a noção de *pecebismo* evoca princípios eminentemente liberais num momento histórico de contestação das experiências socialistas e sob o consenso neoliberal que se tornou hegemônico na América Latina após as transições dos regimes ditatoriais para regimes democráticos. O privilégio conferido à tática de frente única democrática sob uma apropriação gramsciana de sociedade civil que dilui as contradições de classe – inclusive de frações de classe – e homogeneiza de forma artificial as possibilidades de associação das agências de classe.

A noção de *pecebismo* expressa o fim das possibilidades ensejadas pela Revolução Russa, bem como seus desdobramentos. Consideramos que tanto os escritos quanto a militância de CPJ expressavam uma práxis original e preocupada com as questões nacionais e a democracia, uma vez que está atuando sob um governo antidemocrático – embora a crítica ao papel do Estado formulada por CPJ não seja a mais original de suas elaborações, expondo alguns idealismos liberais sobre a questão, como tentamos demonstrar. Procuramos, entretanto, entender o historiador nas circunstâncias e nos limites de seu tempo. A formação da UDN a partir do contato do CA com os liberais expressava uma alternativa a um PCB que, segundo CPJ, tornava-se um partido alienado de sua militância, e se tornava parte de uma rede de apoio a Vargas atrelado ao aparato do Estado Novo. Preconizava assim a formação de um partido plural, democrático e aberto à composição de forças.

REFERÊNCIAS

Diários de Caio Prado Junior

Acervo dos diários políticos de Caio Prado Junior do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP).

CPJ002 – 231

CPJ004 – 281 a 286

CPJ005 – 011 a 103

Obras de Caio Prado Junior

PRADO JUNIOR, Caio. A Revolução Brasileira – Perspectivas em 1977. São Paulo: Brasiliense, 1978.

_____. Evolução Política do Brasil e outros estudos. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2008.

Memórias

BATINI, Tito. Memórias de Socialista Congênito. Campinas: Editora Unicamp, 1991.

BASBAUM, Leôncio. Uma vida em seis tempos. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1978.

CHAVES NETO, Elias. Sentido Dinâmico de Democracia. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LIMA, Heitor Ferreira. Caminhos Percorridos – Memórias de Militância. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

Bibliografia

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A UDN e o udenismo - Ambiguidades do liberalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

BRANDÃO, Gildo Marçal. A Esquerda positiva – As duas almas do Partido Comunista – 1920/1964. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências sociais – A Longa Duração. IN: BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a história. São Paulo: Perspectiva, 1978.

CARONE, Edgard. Brasil: Anos de Crise (1930-1945). São Paulo: Ática, 1991.

_____. O Estado Novo (1937-1945). Rio de Janeiro: Difel, 1977.

_____. O P.C.B. Volumes I e II. São Paulo: Difel, 1982.

CAVALCANTE, Berenice. Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro – Universidade Federal Fluminense/EDUFF, 1986.

CHAMBERS, Simone; KOPSTEIN, Jeffrey. Bad Civil Society. *Political Theory*, Vol. 29, No. 6 (Dec., 2001), p. 837-865. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3072607>

CHILCOTE, Ronald H. O Partido Comunista Brasileiro – Conflito e Integração – 1922-1972. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

COSENZA, Apoena Canuto. Um partido, duas táticas: Uma história organizativa e política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de 1922 a 1935. São Paulo: Dissertação de mestrado, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. 1979. Disponível online: <https://www.marxists.org/portugues/coutinho/1979/mes/democracia.htm>

DEL ROIO, Marcos. A Classe Operária na Revolução Burguesa – A política de alianças do PCB: 1928-1935. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DULLES, John W. Foster. A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas 1938-1945. Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

_____. O Comunismo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FALCÃO, Frederico José. Os homens do passo certo – O PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961). São Paulo: Sundermann, 2012.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil – Ensaio de Interpretação Sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

GOMES, Angela de Castro. A Invenção do Trabalhismo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere Vol. III – Maquiavel: Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IUMATTI, Paulo Teixeira. Caio Prado Jr. – Uma trajetória intelectual. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

_____. Diários Políticos de Caio Prado Junior: 1945. São Paulo: Brasiliense, 1998.

LEICHSENDRING, Yuri Martins Fontes. O Marxismo de Caio Prado e Mariátegui – Formação do pensamento Latino-Americano contemporâneo. São Paulo: Tese de doutorado, 2015.

KAREPOVS, Dainis. Luta subterrânea – O PCB em 1937-1938. São Paulo: Hucitec/Unesp, 2003.

KONDER, Leandro. A democracia e os comunistas no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

MAGANE, Felipe Toledo. Crítica ontológica à teoria da democracia como valor universal de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Dissertação de mestrado, 2008.

MENDONÇA, Sonia Regina de. O ruralismo brasileiro (1888-1931). São Paulo: Hucitec, 1997.

MENDONÇA, Sonia Regina. Sociedade Civil em Gramsci – Venturas e Desventuras de um Conceito. IN: Sociedade Civil – Ensaios Históricos. Dilma Andrade de Paula; Sonia Regina de Mendonça (orgs.). Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

MOTA, Lourenço Dantas. A história vivida. São Paulo: Editora O Estado de São Paulo, 1981.

PACHECO, Eliezer. O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964). São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Camaradas e Companheiros – História e Memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PERICÁS, Luiz Bernardo. Caio Prado Junior – Uma biografia Política. São Paulo: Boitempo, 2016.

PRESTES, Anita Leocádia. 70 anos da Aliança Nacional Libertadora. 2005. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/memoria/1935/a_pdf/anita_leocadia_70_anos_anl.pdf

_____. Da Insurreição Armada (1935) à União Nacional (1938-1945) – A virada tática na política do PCB. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. Os comunistas brasileiros (1945-1956/58) – Luiz Carlos Prestes e a política do PCB. São Paulo: Brasiliense, 2010.

RICUPERO, Bernardo. Caio Prado e a nacionalização do marxismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2000.

RIDENTI, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970". In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (Org.) Revolução e democracia (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RODRIGUES, Leôncio Martins. PCB: Os dirigentes e a organização. IN: FAUSTO, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira - tomo III - O Brasil Republicano vol. 10 – Sociedade e Política. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007.

SANTOS, Raimundo. A Primeira Renovação Pecebista – Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957). Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

_____. Caio Prado na cultura política brasileira. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001.

_____. O Pecebismo inconcluso – Escritos sobre ideias políticas. Seropédica: Sociedade do Livro e Editora Universidade Rural, 1992.

_____. A importância da tradição pecebista. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2009.

SANTOS, Raimundo (org). Caio Prado Jr. – Dissertações sobre a revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense/ Fundação Astrojildo Pereira, 2007.

_____. O marxismo político de Armênio Guedes. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2012.

SANTOS, Raimundo; SEGATTO, José Antonio. A Valorização da Política na Trajetória Pecebista: Dos Anos 1950 a 1991. IN: RIDENTI, M.; AARÃO REIS, D. (orgs.), História do Marxismo no Brasil, Vol. 6, Campinas: Editora Unicamp, 2007.

SECCO, Lincoln. Caio Prado Junior – O Sentido da Revolução. São Paulo: Boitempo, 2008.
SEGATTO, Jose Antonio. Breve História do PCB. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. Política, relações sociais e cidadania. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP); Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

SENA JUNIOR, Carlos Zacarias F. de. Os Impasses da Estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível. 1936-1948. Recife: tese de doutorado, 2007.

SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930 – 1964). Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

SPINDEL, Arnaldo. O Partido Comunista na gênese do populismo – Análise da conjuntura da redemocratização no após guerra. São Paulo: Edições Símbolo, 1980.

VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

_____. Questão nacional e democracia: o ocidente incompleto do PCB. In: VIANNA, Luiz Werneck. A Transição – Da constituinte à sucessão presidencial. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1989.

VINHAS, Moisés. O Partidão – A luta por um partido de massas 1922-1974. São Paulo: Hucitec, 1982.

Z Aidan Filho, Michel. PCB (1922-1929) – Na busca das origens de um marxismo nacional. São Paulo: Global, 1985.